

A lírica de imigrantes
portugueses no Brasil meridional
(1832-1922)

Artur Emilio Alarcon Vaz

Faculdade de Letras - UFMG
Belo Horizonte, 12 de maio de 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LITERÁRIOS
DOUTORADO EM LITERATURA COMPARADA
LITERATURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA CULTURAL

A lírica de imigrantes
portugueses no Brasil meridional
(1832-1922)

Artur Emilio Alarcon Vaz

Prof^a. Dr^a. Maria Zilda Ferreira Cury
Orientadora

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor
em Literatura, na área de concentração de Literatura Comparada

Data da defesa: 12 de maio de 2006
Belo Horizonte, março de 2006

VAZ Artur Emilio Alarcon. *A lírica de imigrantes portugueses no Brasil meridional (1832-1922)*. Belo Horizonte, 2006. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) - Curso de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Maria Zilda Ferreira Cury

Defesa: 12 de maio de 2006

Esta tese de doutorado intenta avaliar a contribuição poética de imigrantes portugueses no Rio Grande do Sul nos primeiros cem anos após a independência política do Brasil. O recorte indaga como autores portugueses se relacionaram com a literatura brasileira, dentro dos nossos limites geográficos, apontando como esses autores produziram uma literatura intervalar entre a portuguesa e a brasileira, deixando rastros de sua nacionalidade em seus textos escritos e publicados no Brasil.

Palavras-chave: poesia sul-rio-grandense, periodismo literário, imigração

DEDICATÓRIA

A Lorena, pelo inesperado da vida.

A minha família, sem a qual eu nada seria.

Aos meus amigos, pela ajuda nos momentos precisos.

AGRADECIMENTOS

Esse momento é difícil por ter que sintetizar muitas pessoas em poucas linhas, mas, como toda etapa, é necessária, mesmo com as falhas.

Agradeço primeiramente à amiga e professora Maria Zilda Ferreira Cury, pela orientação acadêmica e pessoal, não só no texto da tese, mas em todos os aspectos do doutorado. Da mesma forma, agradeço aos outros professores da UFMG que participaram em diversos momentos dessa tese: José Américo, Silvana e Constância.

Aos professores da Universidade Federal do Rio Grande, que tanto me incentivaram a realizar o mais cedo possível essa necessária etapa da vida acadêmica, assim como ao CNPq, através da bolsa do Programa de Incentivo a Capacitação Docente (PICDT).

Por fim, agradeço *in memoriam* à professora Maria Alice, pela sua eterna dedicação ao magistério, atitude muito mais importante do que todo e qualquer conhecimento da língua francesa.

*Necessidade todo mundo passa
Qualquer raça, qualquer massa
O português, o gringo, o italiano,
O alemão, o índio, o africano.
Somos todos irmãos sob esse céu azul,
Somos brasileiros do Rio Grande do Sul.
Ultramen, em "Peleia"*

*Quem sai terra natal, em outro canto não pára.
Só deixo meu cariri no ultimo pau-de-arara.
Gilberto Gil, em "Último pau-de-arara"*

*A minha casa está onde está o meu coração.
Ele muda, minha casa não. (...)
Porque eu sou apenas movimento
Sou do mundo, sou do vento. Nômade
Porque quando paro, sou ninguém...
Skank, em "Nômade"*

*Desahuciado esta el que tiene que marchar
A vivir una cultura diferente.
Mercedes Sosa, em "Solo le pido a Dios"*

*Sei que há léguas a nos separar, tanto mar, tanto mar.
Sei também quanto é preciso, pá, navegar, navegar.
Chico Buarque, em "Tanto mar"*

RESUMO

Esta tese de doutorado intenta avaliar a contribuição poética de imigrantes portugueses no Rio Grande do Sul nos primeiros cem anos após a independência política do Brasil. O recorte indaga como autores portugueses se relacionaram com a literatura brasileira, dentro dos nossos limites geográficos, apontando como esses autores produziram uma literatura intervalar entre a portuguesa e a brasileira, deixando rastros de sua nacionalidade em seus textos escritos e publicados no Brasil.

Palavras-chave: poesia sul-rio-grandense, periodismo literário, imigração

RESUMÉ

Cette thèse essaie d'évaluer la contribution poétique des immigrants Portugais dans l'état du 'Rio Grande do Sul' pendant les cent premières années après l'indépendance politique du Brésil. La découpage a le but de montrer comment des auteurs Portugais se sont liés à la littérature brésilienne dans nos limites géographiques, au temps qu'elle aussi souligne comment ces auteurs ont produit une littérature du "demi chemin", c'est-à-dire entre la portugaise et la brésilienne, en laissant des traces de leur nationalité dans leurs textes qui ont été écrits et publiés au Brésil.

Mot-clé: poésie '*sul-rio-grandense*', périodisme littéraire, immigration

SUMÁRIO

Volume I

A história de uma tese.....	11
1. Contexto sociohistórico e literário (1822-1922)	
Brigas de família: Brasil, de filho a irmão de Portugal	39
Literatura brasileira e periodismo literário do século XIX	61
Algumas reflexões teóricas necessárias	79
2. A lírica de imigrantes portugueses no Brasil meridional (1832-1922)	
Refração da cultura local	101
Assimilação da cultura local	132
Hibridização das culturas	160
Temática intimista	169
Uma conclusão em aberto	182
Bibliografia	202

SUMÁRIO
Volume II - Anexos

1. Relação de obras, bibliotecas consultadas e modo de transcrição	3
2. Relação de periódicos, bibliotecas consultadas e modo de transcrição	7
3. Biobibliografia dos poetas	11
4. Normas para transcrição fidedigna dos poemas	18
5. <i>Coleção das poesias ao muito alto d. Pedro II</i> , de Antônio José Domingues	20
6. <i>O suicida salvo pelo amor e pela amizade</i> , de Antônio José Domingues ...	43
7. Poemas de Antônio José Domingues em periódicos e antologias	64
8. <i>Aquarelas</i> , de Silvino Vidal	87
9. Poemas de Silvino Vidal em periódicos e antologias	92
10. <i>Frisos de luz</i> , de Azevedo Júnior	140
11. Poemas de Azevedo Júnior em periódicos	168
12. Poemas de Pinto Monteiro em periódicos	199
13. Poemas de Rocha Galo em periódicos	205
14. Poemas de Joaquim de Almeida em antologias	228
15. <i>Cedrim</i> , de Albino Costa	230
16. <i>As epopéias da raça</i> , de Albino Costa	240
17. Poemas de Albino Costa em periódicos e antologias	252

A HISTÓRIA DE UMA TESE

Este trabalho intenta avaliar a contribuição poética de imigrantes portugueses no Rio Grande do Sul nos primeiros cem anos após a independência política da metrópole portuguesa. As histórias literárias brasileiras apontam como é incontestável, pelas mais diversas razões, inclusive pela condição do Brasil de ex-colônia, a influência da literatura portuguesa na brasileira. No entanto, uma vertente pouco estudada é a influência de imigrantes portugueses na nossa produção literária.

O recorte deste estudo busca saber como autores portugueses se relacionaram com a literatura brasileira, dentro dos nossos limites geográficos, já que a interlocução com autores portugueses editados em Portugal encaixa-se sob uma ótica já bastante pesquisada. Minha hipótese inicial é de que esse grupo de autores produziu uma literatura intervalar entre a portuguesa e a brasileira (ou a sul-rio-grandense), deixando rastros de sua nacionalidade em seus textos escritos e publicados no Brasil para serem lidos por brasileiros e também por outros imigrantes portugueses.

Exemplos canonizados de autores portugueses que moravam e publicaram no Brasil no século XIX são Emilio Zaluar¹ - cuja obra mais conhecida, *Peregrinações pelas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro*

¹ Consta que Augusto Emilio Zaluar (1826-1882) emigrou em 1850 e naturalizou-se cidadão brasileiro em 1856. No Brasil, entre outras atividades, fundou o jornal *Espelho* (cf. SODRÉ, 1966, p. 222), além de participar como redator de *O Álbum Semanal* (1851-1853) e como diretor de *O Vulgarizador* (1877-1879), todos cariocas. Publicou *Dores e flores*, em 1851, na editora de Paula Brito, além de traduzir folhetins estrangeiros para jornais. Vale destacar o prefácio (cf. CÉSAR, 1971, p. 294) feito ao livro poético *Prelúdios*, da gaúcha Julieta de Melo Monteiro, esposa do também imigrante português Pinto Monteiro. Conforme *O berço do cânone*, Zaluar foi incluído no *Lírica Nacional* (1862), de Quintino Bocaiúva.

(1860-1861), tem edições recentes - e Adelina Amélia Lopes Vieira,² autora do livro *Pombal* (Rio de Janeiro, 1882), que homenageia o centenário da morte do Marquês de Pombal.

Ambos atuaram de forma semelhante, ainda com olhos estrangeiros sobre a terra adotiva e mantendo vínculos com a terra natal, embora tenham vivido aqui até a morte. A recepção desses autores, no entanto, é diferente. Apesar do destaque dado ao fato de ser portuguesa, Adelina Vieira é incluída no primeiro volume do livro *Escritoras brasileiras do século XIX*, organizado por Zahidé Muzart. Adelina, junto com sua irmã Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), publicou o livro *Contos infantis*, “que foi aprovado pelas autoridades do ensino no Brasil para ser adotado em escolas primárias em todo o país. O livro teve três edições, sendo duas em Lisboa e uma no Rio de Janeiro, e alcançou cerca de 15 mil exemplares” (SCHUMAHER, BRAZIL, 2000, p. 305).

Em sua história literária, José Veríssimo descarta a presença de Zaluar, não o considerando como um autor de literatura brasileira, pois

os portugueses que para cá vieram fazer literatura após a Independência, Castilhos, Zaluares, Novais e outros, nem pela nacionalidade ou sentimento, nem pela língua ou estilo, não pertencem à nossa literatura, onde legitimamente não se lhes abre lugar. São por todas as suas feições portuguesas (VERÍSSIMO, 1969, grifo meu).

Veríssimo, que escreveu o trecho acima já no início do século XX, marca a origem natal como sendo uma das fontes primordiais para a definição da nacionalidade da literatura de um autor, pois é possível admitir traços de lusitanismos na língua e no estilo num Zaluar, que emigrou com 26 anos de

² Adelina Lopes Vieira (n. Lisboa, 20 set. 1850) veio para o Brasil com um ano de idade. Sua irmã Júlia, poetisa conhecida, nasceu no Brasil após a imigração dos pais casou-se com o escritor português Filinto de Almeida. Outra portuguesa que também escreveu poemas foi a

idade, após ser criado e alfabetizado em Portugal. No entanto, generalizar tal questão é perigoso ao se pensar que Adelina Lopes Vieira poderia ter algum sentimento nacional, ou mesmo resquício na língua e no estilo da sua origem portuguesa, apesar de ter emigrado com um ano de idade e, pelo menos aparentemente, nunca ter voltado a sua terra natal.

O século XX fornece outros exemplos. O romancista português Ferreira de Castro (1898-1974) destaca-se por ter aqui vivido dos doze aos vinte anos, assim como Miguel Torga (1907-1994), que também viveu parte da adolescência (dos treze aos dezessete anos) no Brasil, entre 1920 e 1925. José Cardoso Pires³ é outro exemplo parcial de portugueses que escreveram no Brasil, pois sua vinda constitui-se num auto-exílio durante a ditadura salazarista. Denise Rollemberg expõe que tal poeta “fala, a partir dessa experiência como migrante português no Brasil, da dor do desenraizamento, dos que vivem divididos entre culturas e mundos diferentes” (ROLLEMBERG, 1999, p. 27).

A emigração portuguesa, no entanto, representou muito mais do que esses poucos exemplos de literatos e sua representatividade na população brasileira é, à parte os diversos censos demográficos, inumerável. Mirtes Esteves Lopes afirma que “o movimento imigratório de portugueses para o Brasil foi o de mais longa duração, entre todas as nacionalidades que para cá se dirigiam” (LOPES, 2003, p. 18), já que para esses imigrantes “a vantagem

atriz Eugênia Infante Câmara (1837-1879) conhecida também por ter vivido com o empresário teatral e ator Furtado Coelho e, entre 1866 e 1868, com o poeta Castro Alves.

³ Cardoso Pires chegou ao Brasil no ano de 1960, tendo trabalhado como redator do *Última Hora* e como colaborador da revista *Senhor*. Outro português que aqui viveu foi Carlos Malheiro Dias, redator da revista *O Cruzeiro* e editor da *História da colonização portuguesa no Brasil*, que fez parte das comemorações do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Herculano Gomes Mathias considera essa obra como “um verdadeiro monumento consagrado ao estudo dos feitos lusitanos no Brasil através dos séculos” (2000, p. 93).

da mesma língua facilitava a comunicação, o que permitia encontrar trabalho tão logo chegassem, principalmente em profissões que exigiam contato com o público” (LOPES, 2003, p. 20).

Susana Serpa Silva também avalia a imigração portuguesa para o Brasil de forma semelhante. A pesquisadora argumenta que, apesar da Independência de 1822, o Brasil continuou a ser o maior destinatário das famílias que emigravam de Portugal, principalmente devido à política que concedia facilidades à entrada de mão-de-obra estrangeira (cf. SILVA, 2001, p. 349).

Essas emigrações ocorreram, porém, de forma desigual por região e por época. Entre as regiões em que mais fortemente se deu a imigração de portugueses, pode-se destacar a região sul do Rio Grande do Sul, que recebeu um considerável fluxo desses imigrantes ao longo do século XIX, proporcionalmente quase tão forte quanto a das capitais carioca e paulista, regiões que normalmente merecem destaque nas pesquisas sobre imigração lusa.

A região sulina, assim como outras, sofreu uma influência direta da literatura lusa, devido à venda de livros importados de autores canonizados e à reprodução de poemas e contos portugueses em jornais, almanaques e outras publicações periódicas. Eulália Maria Lahmeyer Lobo registra que

apesar da importância econômica, social e política da emigração portuguesa para o Brasil, em particular do movimento de massa que ocorreu de fins do século XIX à terceira década do século XX, a bibliografia sobre este tema é escassa se comparada à relativa à emigração de italianos, alemães e de outras nacionalidades (LOBO, 2001, p. 11).

Laurence Hallewell particulariza a influência francesa na sociedade brasileira no século XIX, que estava substituindo lentamente a influência lusa reinante durante os séculos anteriores, ‘em todas as esferas da vida brasileira’, da política à arte (cf. HALLEWELL, 1985, p. 73).

Apesar disso, a influência portuguesa ainda permanecia na sociedade e literatura brasileiras. Isto ocorria concomitante e contraditoriamente à lusofobia existente no país ao longo do século XIX e que responsabilizava os portugueses pelo atraso nacional, compreensível em função das lutas pela independência. Entretanto, o próprio estudioso prova essa influência lusa em outros dois momentos de seu livro. Num, lembra o interesse de leitores pela literatura portuguesa:

Embora os leitores brasileiros de hoje não sejam apaixonados pela literatura portuguesa contemporânea, isto não ocorria antes de 1930. No século passado, nomes como Camilo Castello Branco, Almeida Garrett, Castilho, e - depois de *O primo Basílio* (1878) - Eça de Queirós desfrutavam de uma imensa popularidade no Brasil (HALLEWELL, 1985, p. 172).

Noutro momento sintetiza a opinião de Gilberto Freyre,⁴ expressa em *Ordem e progresso* (1959), de que

o romancista nacional preferido era José de Alencar. O autor europeu mais lido naquela época era Eça de Queirós, seguido por Zola e Anatole France. Os poetas mais populares eram Castro Alves, Gonçalves Dias, Olavo Bilac e, de Portugal, Guerra Junqueiro (HALLEWELL, 1985, p. 188).

⁴ Freyre é considerado como o introdutor do conceito de luso-tropicalidade pelo exposto em livros como *Casa-grande e senzala* (1933) e *O mundo que o português criou* (1940), entre outros. No final do segundo capítulo, a importância desse conceito será analisada no contexto do início do século XX.

O apogeu econômico e cultural da região localizada ao extremo sul do Brasil ocorreu na segunda metade do século XIX, período em que havia essa forte influência lusa que contradizia o discurso histórico usual de lusofobia.

Em 1835, o comércio gaúcho - e também a riqueza e um movimento cultural mais intenso - estava estabelecido num eixo no norte, entre as cidades de Porto Alegre e Rio Pardo, e outro no sul, entre Rio Grande e Pelotas, mantendo-se até o final do século, pelo menos.

Mário Osório Magalhães (1993) afirma que o apogeu de Pelotas foi entre 1860 e 1890, detalhando os motivos desse recorte teórico-didático em sua obra *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. A cidade de Rio Grande foi pioneira em várias áreas e atividades ao longo dos séculos XVIII e XIX. A cidade gaúcha mais antiga (1737) foi também a primeira a ter um templo católico no estado (a Catedral de São Pedro, em 1755) e Câmara de Vereadores (1751), assim como foi a primeira sede sulina da Capitania dos Portos (1760). A Loja Maçônica União Constante é a mais antiga no Rio Grande do Sul (1840) e é rio-grandina a primeira alfândega do extremo sul do Brasil (1804). Na área cultural, a cidade de Rio Grande teve o primeiro jornal do interior (*O Noticiador*, em 1832) e é sede da primeira biblioteca gaúcha (a Biblioteca Rio-Grandense, fundada em 1846 e ainda hoje uma das mais importantes do estado e do Brasil).⁵ O único porto marítimo gaúcho, situado em Rio Grande, era a entrada de todas as mercadorias européias, inclusive livros, trazidas pelos navios e também por onde desembarcavam

⁵ Mesmo as conquistas tecnológicas dos séculos XIX e XX chegaram ao Rio Grande do Sul através dessa cidade, como a telefonia (a exploração das linhas foi autorizada em 1882, quando só havia telefones no Rio de Janeiro e em Niterói), a introdução de indústria frigorífica no estado (a empresa Swift, em 1917), a construção da barra do Rio Grande (terminada em 1918, permitindo o aumento do tráfego de navios) e a telefonia automática (a quinta cidade da América do Sul, em 1925). *Grosso modo*, a estagnação da cidade de Rio

portugueses ávidos pela fama de enriquecimento fácil que o Brasil propagava na época.

Magalhães explica que os navios que transportavam o charque para as outras províncias brasileiras voltavam “carregados de mantimentos, móveis, louças, quadros, modas, livros, figurinos e magazines dos grandes centros” (p. 1993, p. 137), acrescentando que as ‘companhias líricas da Corte e de outras capitais do mundo’ sempre passavam pelas cidades de Rio Grande e Pelotas, antes mesmo de se apresentarem em Porto Alegre.

Outro fator para que essas cidades gaúchas do extremo sul tivessem uma influência maior ainda da literatura portuguesa foi a produção intelectual de imigrantes portugueses que fixaram residência na região e ali publicaram suas obras, quer em livros, quer em periódicos locais. Tais imigrantes atuaram em sociedades literárias, sendo considerados muitas vezes autores da literatura sul-rio-grandense em dicionários e histórias da literatura do Rio Grande do Sul.

Francisco das Neves Alves enumera a influência desses imigrantes no jornalismo local:

A colônia portuguesa, a mais importante na cidade do Rio Grande, também marcou a sua presença no jornalismo rio-grandino. *O Lusitano* (1878), *Echo Lusitano* (1882-87), *União Portuguesa* (1894) e *Pro Pátria* (1898) foram alguns dos periódicos que intentaram congregar a colônia portuguesa, prestando informações, enaltecendo as tradições e relembrando as datas comemorativas da “Pátria-Mãe” (ALVES, 2005, p. 34).

Eulália Lobo afirma que, tanto no século XIX como no XX, “em Minas Gerais e no sul do país prevalecia a colonização estrangeira com pequena

participação lusa” (LOBO, 2001, p. 23), mas em seguida registra um grande número de imigrantes portugueses que atuaram no teatro no Rio Grande do Sul de então. Também Guilhermino César (1971, p. 261), abordando o teatro gaúcho do século XIX, diz que a “base cultural [era] eminentemente lusa” e que os autores gaúchos eram “produto dessa mesma cultura portuguesa”.

Com essas referências, pode-se perceber que talvez a ‘pequena participação lusa’ no Rio Grande do Sul tenha sido de um contingente de imigrantes mais qualificados culturalmente, diferente da grande maioria dos imigrantes, constituída de mão-de-obra barata e agricultores, que fomentaram o estereótipo do imigrante português inculto, tão divulgado em livros e revistas da época e motivo das piadas freqüentes até hoje e que expressa o senso comum em relação ao português.

É ainda Eulália Lobo (2001, p. 22) que sinaliza, com base no censo carioca de 1906, que o índice de analfabetismo era maior entre brasileiros (48,67%, entre 600.928 pessoas) do que entre imigrantes portugueses (44,30%, entre 133.393 indivíduos). No entanto, o grupo brasileiro inclui os negros recém-libertados que ainda sofriam os reveses causados pela escravidão, fator inexistente na parcela de imigrantes. Em outro momento, Eulália Lobo afirma que, entre 1903 e 1905, “a população negra e mulata, de padrão de vida mais baixo, constituía 75% da taxa de mortalidade” (2001, p. 19), que era considerada extremamente alta.

Baseada em Leite (1999, p. 187), Mirtes Lopes igualmente afirma que havia um grupo de portugueses que “emigravam com a finalidade de obter uma carreira profissional (...) e compunha-se de jovens do sexo masculino, alfabetizados, já com contatos previamente estabelecidos por familiares e

amigos” (LOPES, 2003, p. 21).

Essa tese caminha, então, coadunada com uma afirmação de Mário Osório Magalhães. O estudioso, falando sobre a vida intelectual da cidade de Pelotas (RS), diz: “parece-nos insuficiente considerar apenas autores locais quando se pretende recompor o patrimônio literário de um município brasileiro. Deve-se incluir nesse registro (...) os estrangeiros que se radicaram nesse município e nele exerceram atividade intelectual” (MAGALHÃES, 1993, p. 264).

Carlos Dante Moraes, em livro publicado em 1959, pergunta retoricamente “quais os escritores que devem ser compreendidos ou considerados por uma literatura rio-grandense?” (MORAES, 1959, p. 179), respondendo em seguida que, além dos nascidos no estado,

uma literatura rio-grandense não poderá abrir mão daqueles que, embora nascidos noutras partes, e até no estrangeiro, aqui se radicaram e atuaram, exercendo em nosso meio influência intelectual e literária. Como excluir, por exemplo, um Carlos Koseritz, alemão naturalizado brasileiro (MORAIS, 1959, p. 135).⁶

Guilhermino César, na introdução de sua *História da literatura do Rio Grande do Sul*, igualmente expõe seus critérios de inclusão dos autores estrangeiros:

Incluí neste estudo os autores naturais do Rio Grande do Sul que emigraram para outros pontos do país. (...) Do mesmo modo procedi no concernente a autores estrangeiros que se fixaram no Sul, aqui desenvolveram atividade saliente, ou, mesmo de longe, versaram assuntos rio-grandenses. Os dois

⁶ José Fernando Carneiro, falando de Koseritz (1830-1890), mostra que “sua vida é das mais interessantes para os estudiosos de nossa história da imigração e dos problemas correlatos de assimilação e de interculturação. (...) Em ninguém se manifestou, com mais vivacidade e urgência, o desejo de participação na vida pública provincial e nacional, desejo que muitas vezes é no imigrante simples necessidade inconsciente” (CARNEIRO, 1959, p. 7).

Carlos, Koseritz e Jansen, servem de exemplo (CÉSAR, 1971, p. 22).

Foi a partir dessas constatações que, numa **primeira etapa**, procurei verificar o número de autores portugueses que publicaram sua obra literária no Rio Grande do Sul, consultando o livro *Escritores do Rio Grande do Sul*, de Ari Martins, que apontava um grande número de imigrantes portugueses atuando no estado como jornalistas, teatrólogos, cronistas, filólogos, poetas.⁷

Foi então que, entre esses autores de nacionalidade portuguesa citados por Ari Martins, optei por imprimir três recortes fundamentais à pesquisa: (a) por região: restringir-me a autores que se estabeleceram e publicaram nas cidades de Rio Grande e Pelotas (mesmo que posteriormente publicassem em outros locais); (b) por período: restringir-me a textos publicados ao longo do primeiro século de Independência brasileira (1822-1922); e (c) por gênero: restringir-me ao poético, porque constitui o *corpus* mais significativo, tanto quantitativa, quanto qualitativamente. Não houve restrição de fonte, realizando-se a coleta de obras publicadas em jornais, revistas, livros, antologias ou almanaques.

A justificativa da restrição ao gênero poético pode ser corroborada se analisada a importância desse gênero no início do século XIX, pois com a chegada das tipografias “muitos parecem ter se empolgado com a idéia de se tornarem poetas. Basta ver a quantidade de obras em verso escritas por

⁷ A maioria desses nomes era constituída por jornalistas: o também teatrólogo Alfredo Mendes Guimarães, Antônio de Oliveira Gomes, Antônio Gomes da Silva, o também crítico Antônio Joaquim Dias, o também chargista Cândido Aragonez de Faria, Eduardo Antônio de Araújo Guerra, o também cronista Floriano Baptista Beirão, Francisco Xavier Ferreira, Guilherme José Corrêa, José Marcelino da Rocha Cabral, Lourenço Júnior de Castro e Manoel José de Andrade. Apareceram ainda os nomes de Antônio José Gonçalves Chaves como autor de textos políticos; César de Lacerda como teatrólogo; Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva e João Henrique como filólogos; e Manoel Loforte Gonçalves como autor de textos médicos. Posteriormente, pude acrescentar outro nome a essa lista: Araújo Guerra, citado por Carlos Reverbél como jornalista em Pelotas e Porto Alegre, antes de se mudar para São Paulo.

moradores do Rio de Janeiro e publicadas pela Impressão Régia” (ABREU, 2003, p. 224).

Com pensamento semelhante, Gilberto Freyre, abordando a sociedade do século XIX, comenta que “quando as visitas chegavam (...), acompanhados ao piano, recitavam os rapazes poemas de poetas favoritos da época” (FREYRE, 1977, p. 76). Halleswell apresenta a mesma idéia, ao argumentar que “na verdade, no Brasil de meados do século XIX (...), os poetas se tornavam conhecidos mais freqüentemente dando recitais públicos do que sendo lidos” (HALLEWELL, 1985, p. 143) e que, mesmo no início do século XX, “qualquer bibliografia brasileira compreensiva acabava sendo, mais do que tudo, uma relação de livros de poesias” (HALLEWELL, 1985, p. 236).

A justificativa da inclusão de publicações esparsas como os almanaques é condizente com o pensamento de Guilhermino César, para quem,

Nas últimas décadas do século passado [XIX], os almanaques publicados no Rio Grande [do Sul] tiveram grande voga e prestígio. Era o melhor veículo da poesia, do conto e do estudo histórico. Algumas dessas publicações chegaram a exercer influência na vida mental, pois que se constituíram em repositório de pesquisas e ensaios da maior importância. (...) Copiosas informações ter-se-iam perdido, por falta de periódicos dessa natureza (CÉSAR, 1971, p. 370).

Com os critérios estabelecidos, o número de autores a serem pesquisados nesta tese ficou restrito a sete: Albino Costa, Antônio José Domingues, Francisco Guilherme Pinto Monteiro, João Gualberto Silvino Vidal, Joaquim Carlos de Almeida, Joaquim José Teixeira Azevedo Júnior e José Antônio da Rocha Galo,⁸ cujas biografias estão disponíveis nos anexos.

⁸ Cinco poetas citados por Ari Martins foram excluídos da análise por não terem publicado nas cidades-alvo: Berta Loforte Gonçalves (cronista e poeta que publicou em Porto Alegre);

Com esses nomes selecionados, a **segunda etapa** continuou sendo realizada em fontes secundárias, como os projetos de pesquisa *Sistema literário em Pelotas*, desenvolvido na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e *Resgate da produção literária no jornal Eco do Sul*, desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Dissertações de mestrado e teses de doutorado que usassem como *corpus* jornais e revistas gaúchas desse período também serviram como fonte indireta de pesquisa, fornecendo poemas e dados biográficos dos autores selecionados. Houve a consulta a quatro dissertações de mestrado: *Literatura e imprensa em Porto Alegre: a revista Murmúrios do Guaíba (1870)*, de Mauro Nicola Póvoas (PUCRS, 2000); *Arauto das Letras: literatura e imprensa*, de Jaqueline Rosa da Cunha (FURG, 2004); *Imprensa e Literatura no Rio Grande: o periódico Inúbia (1868)*, de Leila Ávila (FURG, 2004) e *A presença e o papel da literatura no jornal caricato O Diabrete (1875-1881)*, de Fernanda de Avila Branco (FURG, 2005), além de duas teses de doutorado: *Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX*, de Mauro Nicola Póvoas (PUCRS, 2005) e *Múcio Teixeira: trajetória de um poeta singular*, de Paulo Alves (PUCRS, 2005).

Evaristo Afonso de Castro (poeta e cronista que publicou em Cruz Alta e Passo Fundo) e João da Cunha Lobo Barreto (seus poemas foram publicados exclusivamente em jornais porto-alegrenses). O poeta e romancista Manuel Pereira Júnior teve sua obra publicada em Rio Grande, mas após a Segunda Guerra Mundial. Ao longo da pesquisa, tive acesso a outros três imigrantes portugueses poetas que também foram descartados por não terem vivido na região sul: Miguel Freire é citado por Hessel (1976) como tendo publicado suas poesias sacras em Porto Alegre e Nicolau Vicente Pereira publicou poemas somente na revista mensal do *Partenon Literário*, de Porto Alegre. Mauro Nicola Póvoas (2004) transcreve dois poemas publicados n' *O Guaíba* em 1858 do português Furtado Coelho (28 de dezembro de 1830 - 13 de fevereiro de 1900) e três poemas do também português Manuel José Gonçalves Júnior (1839-1899). Há também referência a outros dois poetas portugueses em terras gaúchas, mas de quem não se obteve a produção lírica, nem dados biográficos mais precisos: "Antônio Joaquim Dias, português de nascimento, (...) publicou inúmeros artigos e textos poéticos na imprensa do sul do estado" (BAUMGARTEN, 1997, p. 98) e Antonio da Silva Neves Piranga, citado por Guilhermino César (1971, p. 84-85) como poeta farroupilha que teria nascido em Portugal.

Algumas informações da trilha a seguir partiram de livros sobre a literatura sul-rio-grandense: *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*, de Athos Damasceno Ferreira, que indicou nove jornais e duas revistas porto-alegrenses nos quais alguns dos poetas selecionados publicaram, e *O Partenon Literário e sua obra*, de Lothar F. Hessel e outros, que listaram poemas de Silvino Vidal e Azevedo Júnior na revista dessa sociedade.

Havia ainda outros importantes livros que citavam fontes primárias diferentes das indicadas por Ari Martins: *Dicionário bibliográfico brasileiro*, de Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake; *Notas de bibliografia sul-rio-grandense*, de Pedro Villas-Bôas; e *Imprensa gaúcha (1827-1852)*, de Lourival Viana. Antônio Carlos Machado, em sua *Coletânea de poetas sul-rio-grandenses (1834-1951)*, restringe seu foco a autores nascidos no Rio Grande do Sul, não incluindo, assim, nenhum dos sete poetas da presente tese.

A **terceira etapa** constituiu-se da busca pelas fontes primárias indicadas em tais obras, que classifiquei em três grupos: livros, “antologias” e jornais. Dos sete livros indicados nas fontes pesquisadas, somente um não foi encontrado nos acervos a que tive acesso. No grupo denominado “antologias”, por agrupar textos de diferentes autores, a busca ocorreu inicialmente na *Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário*, no *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* e nas porto-alegrenses *Revista Literária* e *Revista da Sociedade Ensaio Literários*.

A pesquisa em jornais⁹ restringiu-se a publicações das três mais importantes cidades gaúchas de então: **de Porto Alegre: Álbum de Domingo, Álbum Literário, Álbum Semanal, O Caixeiro - Periódico joco-sério, O Colibri -**

⁹ Há, nos anexos, a lista detalhada dos exemplares consultados e os locais de pesquisa.

Periódico joco-sério, O Contemporâneo, O Lábaro, Kaleidoscópio, Mercantil, O Mosquito, Social, O Telefone; de Rio Grande: O Rio-Grandense, O Mercantil do Rio Grande, Eco do Sul e A Gazeta Portuguesa. Nos jornais de Pelotas, a pesquisa foi praticamente restrita ao projeto já citado, para o qual foi realizada a transcrição de todos os poemas dos jornais locais que existiam na Biblioteca Pública Pelotense.

A pesquisa e coleta dessas fontes primárias ocorreram em diversas bibliotecas e hemerotecas brasileiras: **Biblioteca Rio-Grandense** (Rio Grande, RS), **Biblioteca Pública Pelotense** (Pelotas, RS), **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul** (Porto Alegre, RS), **Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa** (Porto Alegre, RS), **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul** (Porto Alegre, RS), **Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul** (Porto Alegre, RS), **Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa** (Belo Horizonte, MG), **Biblioteca Nacional** (Rio de Janeiro, RJ), **Real Gabinete Português de Leitura** (Rio de Janeiro, RJ), **Biblioteca Mário de Andrade** (São Paulo, SP), **Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP** (São Paulo, SP) e **Arquivo Edgard Leuenroth** (Campinas, SP).¹⁰ Houve também a consulta, via internet, à **Biblioteca Nacional de Lisboa**, que reúne acervo de diversas bibliotecas portuguesas, e à **Biblioteca Nacional de Buenos Aires**.

Nos locais enumerados, a existência esparsa de periódicos e obras que continham poemas dos autores escolhidos dificultou a reunião deste *corpus*,

¹⁰ Também houve a busca, com resultados infrutíferos, na **Hemeroteca Pública** (Belo Horizonte, MG), na biblioteca e na hemeroteca da **PUC Minas** (Belo Horizonte, MG), nas bibliotecas da **UFMG** (Belo Horizonte, MG), na **Biblioteca da Academia Brasileira de Letras** (Rio de Janeiro, RJ), no **Arquivo Público Estadual** (Vitória, ES), na **Biblioteca Pública do Estado da Bahia** (Salvador, BA), na **Biblioteca da Universidade Federal da Bahia** (Salvador, BA), **Fundação Clemente Mariani** (Salvador, BA), **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia** (Salvador, BA), no **Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (João Pessoa, PB), na **Biblioteca Pública do Paraná** (Curitiba, PR), na seção de Obras Raras da **Biblioteca da PUCRS**

fazendo com que a coleta parcial fosse realizada em diversos momentos da pesquisa, já que há poucas coleções completas. Exemplares de alguns jornais são atualmente considerados como totalmente desaparecidos, evidenciando ser impossível a tentativa de se realizar as obras completas dos autores constantes do recorte desta tese ou mesmo de outros da mesma época.

Os poemas foram transcritos com base em diferentes métodos: cópia manuscrita *in loco* (em periódicos de bibliotecas gaúchas e mineiras, que em geral não possuem microfilmagem), cópia fotoestática a partir do original (como, por exemplo, alguns livros em bom estado da Biblioteca Rio-Grandense), cópia impressa de microfilmes (na Biblioteca Nacional e no Arquivo Edgard Leuenroth), cópia digitalizada de microfilmes (na Biblioteca Nacional).

Ao longo da identificação e coleta dos poemas nas hemerotecas, outras fontes primárias foram incluídas nessa lista: *Almanaque Bertrand*,¹¹ o *Anuário da Província do Rio Grande do Sul*, o *Almanaque do Estado*, além do jornal porto-alegrense *O Ferrão*, do pelotense *O Trovador* e do arroio-grandense *O Popular*.

Nesse período também foram comprovadas duas indicações constantes na obra de Inocêncio Francisco da Silva sobre poemas de Antônio José Domingues, um no jornal *Correio Mercantil* (microfilmado na BN) e outro numa antologia feita após a morte da rainha de Portugal Estefânia

(Porto Alegre, RS) e Biblioteca Central da UFRGS (Porto Alegre, RS).

¹¹ Em visita ao Gabinete Real Português, também foram consultados - sem sucesso - números esparsos de outros almanaques editados em Portugal: *Almanaque Camões para 1881* (Lisboa, 1880); *Almanaque D. Luiz para 1881* (Lisboa, 1880); *Almanaque das Senhoras Portuguesas e Brasileiras para 1888* (Porto, 1887); *Novo Almanaque de Lembranças Luso-brasileiro para o ano de 1879* (Lisboa, 1878).

(fotocopiada na Biblioteca Rio-Grandense).¹² E, a partir de indicação de fontes secundárias, encontrei também um poema de Albino Costa no jornal *Gazeta de Notícias*.

A partir da pesquisa na *Enciclopédia de literatura brasileira*, organizada por Afrânio Coutinho e J. Galante Sousa, outros dicionários de autores foram igualmente pesquisados. Em tal enciclopédia, foram encontrados os nomes de Azevedo Júnior, Albino Costa, Antônio José Domingues e Silvino Vidal.¹³ Dessa forma, tive acesso ao *Dicionário biobibliográfico*, de Velho Sobrinho, que continha informações sobre Antônio José Domingues, e o *Dicionário de literatura brasileira*, de Raimundo de Meneses, do qual - apesar da indicação da enciclopédia - não consta o verbete de Silvino Vidal.

Ainda nessa fase de levantamento de fontes, nada foi encontrado nem no *Dicionário de literatura portuguesa* (1996), de Álvaro Manuel Machado, nem no *Aditamentos ao Dicionário bibliográfico português de Inocêncio Francisco da Silva* (1972). Foram encontrados os nomes de Antônio José Domingues e Azevedo Júnior no *Índice alfabético do Dicionário bibliográfico*

¹² Edição organizada por Bernardo Xavier Pinto de Souza (n. Coimbra, 27 de novembro de 1814), contendo transcrições da imprensa portuguesa sobre a morte da Rainha Estefânia e nêias e poemas encomiásticos, inclusive da mineira Beatriz Francisca de Assis Brandão. Blake (v. I, p. 421) informa que o organizador veio para o Brasil em 1835 e naturalizou-se em 1839, tendo morado em Minas Gerais - onde foi o editor do *O Recreio Mineiro* (Ouro Preto, 1845-1848, 84 números) - e Rio de Janeiro. Conforme o dicionário de Inocêncio (1867, p. 199), o poema de Antônio José Domingues teria sido publicado em Pelotas no ano 1859 na Tipografia de Cândido Augusto Melo num "fólio, uma página". Não se obteve registro dessa edição nem em bibliotecas e não tive acesso aos principais jornais pelotenses publicados na época: *O Noticiador* (não se conhecem exemplares) e *O Brado do Sul* (existente somente na Biblioteca Nacional).

¹³ Conforme critério explicitado no início de sua obra, somente constam nomes de autores que publicaram em livro. Daí naturalmente não aparecer os nomes de Pinto Monteiro e Joaquim Carlos de Almeida, dos quais não se tem conhecimento de publicação em livro. De Rocha Galo, seja pelo critério de gênero (sua única obra em livro é um discurso), seja pela dificuldade de acesso (não consta no acervo da BN), também nada aparece. Vale ressaltar que, nos quatro autores encontrados, não há diferenças entre a primeira edição e a segunda, o qual repete as informações - inclusive as erradas - *ipsis litteris* da edição anterior.

português de Inocêncio Francisco da Silva, de José Soares de Souza, mas na consulta feita no dicionário propriamente dito de Inocêncio Francisco da Silva, na Biblioteca Mário de Andrade, nenhuma nova informação foi constatada.

A busca e recuperação de fontes primárias não devem se restringir apenas à coleta de textos literários esquecidos ou perdidos em jornais e outros periódicos de difícil acesso; mas, principalmente, devem abranger o estudo da literatura produzida na região e/ou época estudada. Essa ação é necessária já que ainda temos uma visão muito restrita de vários pontos do conjunto literário em questão sobre o qual há raras informações disponíveis, sendo usual a repetição dos dados, sem um retorno à fonte primária que torne as informações fidedignas. Assim, com a ida à fonte original, algumas idéias amplamente aceitas e divulgadas começam a ser analisadas de outra forma.

A pertinência da presente análise dá-se pela possibilidade de um aprofundamento do estudo do sistema literário local - que ainda possui poucos dados e/ou pouco organizados -, a fim de aumentar o conhecimento sobre o sistema literário desse período e região, nos momentos em que essas cidades tiveram grande importância comercial, histórica e literária.

A maioria dos poetas aqui analisados tiveram reconhecimento em sua época, já que foram incluídos nos dicionários tradicionais de autores gaúchos. Assim, a análise de tal escrita e de suas especificidades pode propiciar rearranjos do cânone poético do século XIX no sistema literário da região meridional do Brasil. Ao mesmo tempo, tal revisão do cânone pode se ampliar para o sistema literário brasileiro como um todo, pondo à luz manifestações literárias ocorridas fora de eixos centrais, como Rio de Janeiro e São Paulo, ou mesmo de outros eixos, como Porto Alegre.

A coleta e a análise do *corpus*, conforme a seleção pelos critérios já fixados (imigrantes de nacionalidade portuguesa que se estabeleceram nas cidades gaúchas de Rio Grande e Pelotas e que nessas cidades publicaram poemas no século XIX), são justificadas para preencher algumas lacunas no estudo da literatura produzida no Brasil meridional no século XIX, pretendendo caracterizar, via poesia, a obra de parte dos portugueses residentes no Brasil.

Cabe advertir que uma das funções da universidade pública é a de pesquisa - aliada à extensão e ao ensino - da região em que atua, acrescentando uma parte ao imenso mosaico de informações que ainda existem para serem pesquisadas. A universidade pública, como produtora e divulgadora de conhecimento, tem a função de preservá-lo e expandi-lo enquanto disponível de fontes primárias existentes em estado latente nas bibliotecas e hemerotecas brasileiras.

Se cada vez mais a universidade pública busca integrar-se a governos locais para a recuperação e manutenção da arquitetura urbana dos séculos passados, não há motivo para que a recuperação da literatura do período seja colocada em segundo plano, pois ambos fazem parte da cultura brasileira. E nesse resgate, não cabem exclusivamente critérios estéticos, selecionando-se o que é, hoje, considerado melhor ou pior, mais importante artisticamente ou não, já que todo o conjunto, pelo seu valor histórico, deve ser preservado, embora o olhar do presente possa alterar sua valoração. Também cabe à universidade divulgar para fora dos domínios da esfera acadêmica o conhecimento produzido pela história da literatura, como sugere Siegfried J. Schmidt (1996), no intuito de aumentar a relação entre o desenvolvimento da

literatura e a sociedade.

O foco do presente trabalho, além disso, percorre um caminho à margem da crítica atual, cujos estudos abordam principalmente a literatura contemporânea e de imigração de outras nacionalidades. A maioria dos estudos locais, como se disse, busca verificar a influência de outras literaturas nacionais na literatura do Rio Grande do Sul,¹⁴ deixando a leitura da literatura de influência lusitana feita no Rio Grande do Sul em segundo plano. Acredito, portanto, que este estudo irá aumentar o espaço dado a esses textos e autores, contribuindo para o aprofundamento de uma nova leitura da produção literária luso-brasileira, preenchendo importantes lacunas da historiografia literária gaúcha.

Assim, a presente análise objetiva entender a difusão de parte das obras sul-rio-grandenses editadas no século XIX, “sem valorizar indevidamente autores desprovidos de eficácia estética, nem menosprezar os que desempenham papel apreciável, mesmo quando esteticamente secundários” (CANDIDO, 1981, v. I, p. 9). A tentativa é, então, compreender, nas palavras de Leila Perrone Moisés, o “gosto médio” de então, atendendo “as novas tendências da historiografia”, que focaliza os “atores anônimos da História” e não só os “grandes fatos e grandes homens” (MOISÉS, 1991, p. 143).

¹⁴ Um desses exemplos é o livro *Franceses no Rio Grande do Sul*, de Armindo Beux (Porto Alegre: Nação, 1976). A literatura produzida nas comunidades gaúchas de origem alemã também tem detalhados estudos, como a dissertação de mestrado *Onde o sabiá canta e a palmeira farfalha: a poesia em língua alemã publicada nos anuários - (1874-1941) - sul-rio-grandenses* (1991) e a tese de doutorado *A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul* (1999), ambas defendidas por Irgart Grützmann na PUCRS. Outro exemplo vem do livro *Rio Grande do Sul. Terra e povo* (1969), que dedica um artigo à colonização alemã e outro à italiana, mas nenhum à portuguesa, embora os editores admitam na apresentação que “neste extremo Sul do Brasil, (...) criou-se uma sociedade cujas características, marcadamente brasileiras e lusas, fornecem um excepcional campo de estudo” (1969, p. 1).

Citando estudo de Nietzsche, a autora aponta que o pesquisador deve buscar uma relação entre a “história monumental”, que despreza “tudo o que é menor, mas que também existiu e viveu” (MOISÉS, 1991, p. 145), e a “história antiquária”, em que se considera “tudo igualmente interessante só porque existiu” (MOISÉS, 1991, p. 146). Importante, nesse momento, é refletir sobre sua conclusão, que atende ao proposto por esta tese:

Convém não esquecer que as grandes obras ocorrem tendo como chão húmus uma cadeia ininterrupta de obras menores, e que os produtores da literatura presente são tão devedores das grandes obras do passado quanto das milhares de obras menores, que preparam terreno para as maiores (MOISÉS, 1991, p. 146-147).

Guilhermino César, abordando os jornais farroupilhas, afirma que “tomados isoladamente, carecem de valor, mas em conjunto são significativos: assinalam a presença retardada do Arcadismo nas letras incipientes do extremo Sul” (CÉSAR, 1969, p. 229). O mesmo pode se afirmar do presente *corpus*, pois se os poemas coletados carecem isoladamente de valor, em conjunto são significativos ao mostrarem que a produção dos poetas escolhidos possui, como irá se ver, diferenças primordiais do cânone sul-riograndense.

Cíntia Schwantes, integrante do projeto pelotense citado, também faz notar a importância do resgate desse tipo de obras geralmente consideradas como de segunda ordem, que deve ser feito sem um critério que privilegie unicamente a qualidade estética:

Ao nos debruçarmos sobre a produção literária veiculada nos jornais pelotenses do período estudado, não pretendemos encontrar obras perdidas (embora isso possa acontecer: já foram encontrados dois poemas inéditos de Lobo da Costa, um dos poetas importantes da cidade) ou resgatar

autores de obras de boa qualidade literária que por qualquer motivo tenham sido excluídos do cânone. Nosso objetivo, antes, é o de mapearmos o conjunto das idéias que circulavam na cidade, que eram veiculadas pela mídia, discutidas pela população e constituíam as balizas dentro das quais a cidade construiu sua visão de si mesma e de seu(s) outro(s) (SCHWANTES, s/p.).

Outra opinião sobre a pesquisa de ditos autores menores é dada por Márcia Abreu, ao advertir - a partir de trechos extraídos do livro *Como e por que sou romancista*, em que José de Alencar admite a dificuldade que teve em ler Balzac em francês e a forte influência de romances ‘menores’ - que

Esse pequeno exemplo traz indícios de que parece necessário repensar o *corpus* de textos com o qual críticos e historiadores literários têm trabalhado, no sentido de alargar o conjunto de obras consideradas e o campo de interrogações.

Deixando de ver na literatura um objeto ideal, definido por uma imanente literariedade percebe-se que sua composição é socialmente construída, assim como sua leitura. (...) Textos ignorados ou superficialmente examinados às vezes têm parte preponderante nesse jogo (ABREU, 2003, p. 137).

As recentes pesquisas em acervos, portanto, “resultam em histórias da literatura não mais ocupadas apenas com os cânones, mas com os lados antes excluídos da cogitação historiográfica, como os hibridismos da alta e da baixa cultura, a inclusão das minorias, a valorização dos discursos excêntricos” (BORDINI, 2005, s/p.).

Um dos periódicos literários mais estudados na literatura sul-riograndense é a *Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário*. Entretanto, tal publicação é criticada, por diversas vezes, pela baixa “qualidade estética” das suas produções. Mauro Nicola Póvoas, em sua tese de doutorado, lista brevemente diversos críticos gaúchos que abordam a falta de qualidade dessa fonte primária. Moysés Vellinho, já na década de 50, manifesta um interesse

histórico maior do que literário pelos textos dessa revista:

É evidente que suas páginas, crespas de uma retórica que para nós perdeu de todo o sentido e o gosto, guardam um interesse puramente histórico. O certo, porém, é que a seu tempo elas desempenharam uma função considerável, uma função que não pode deixar de ser levada em conta no inventário da nossa evolução literária (VELLINHO, 1958, p. 25).

Esse tipo de crítica à revista do Partenon Literário também foi feito por Athos Damasceno Vieira e, mais recentemente, por Regina Zilberman (1992, p. 12-18) e Luís Augusto Fischer (1998, p. 21-27). Desfaz-se, assim, na prática, a existência onipotente de critérios de qualidade estética - seja do século XIX, seja atual - na busca de fontes primárias, já que isso não ocorre mesmo em trabalhos fundamentais de críticos reconhecidos e no estudo da revista literária mais amplamente pesquisada na literatura sulina.

O resgate de textos e autores “perdidos” (“adormecidos” poderia ser um termo mais exato) em jornais contrapõe-se à aura de “obra fechada” conferida normalmente às histórias literárias, questionando-as e relativizando as obras e autores nelas incluídos, assim como a idéia que se tem sobre a literatura (e, portanto, a sociedade) nelas retratada/catalogada.¹⁵ A idéia principal não é, então, questionar o motivo de este ou aquele autor ser canonizado, mas principalmente ampliar o conhecimento socioliterário que se tem do Rio Grande do Sul (e, portanto, do Brasil) através do prisma escolhido para a tese. Esses poetas, mesmo que considerados como ‘pequenos autores’ ou com baixa qualidade estética, contribuíram para a formação da literatura

¹⁵ Esse pensamento é semelhante ao exposto por Maria Zilda Ferreira Cury, que analisa a oposição da “recuperação dos acervos [com prototextos] à aura conferida comumente ao texto final” (1995, p. 62) publicado pelo autor.

gaúcha, influenciando autores contemporâneos e também das gerações seguintes, ajudando na solidificação cultural.

Ainda sobre o resgate de obras em fontes primárias, vale lembrar que esse foco é relativamente recente e que, conforme Franco e Miranda,

o interesse pela história de revistas e jornais literários brasileiros ganhou força, entre nós, quando, em 1968, nas páginas da *Revista do Livro*, Plínio Doyle deu início à publicação de índices de importantes periódicos especializados em literatura (FRANCO, MIRANDA, 2000, p. 7).

Como possibilidade primeira do resultado da pesquisa, foi importante perguntar se a identidade poética criada nos poemas permanece européia - ao estilo da literatura brasileira colonial - situando-se num entrecruzamento de dois países ou se a “brasilidade” foi incorporada pelos imigrantes portugueses, criando espaço para entender a visão dos imigrantes portugueses sobre Portugal e o Brasil no século XIX.

Essa idéia é reforçada pelo dualismo exposto por Eulália Lobo na visão do imigrante português: “As fontes literárias [portuguesas] tratam do imigrante de forma mais individualizada, do seu meio de origem, de suas expectativas, de sua experiência, do seu perfil humano, de sua auto-imagem. (...) As fontes literárias [brasileiras] freqüentemente apresentam uma visão negativa do imigrante” (LOBO, 2001, p. 12). Foi instigante, pois, pensar em qual visão se encaixariam os poemas feitos pelos portugueses residentes no Brasil.

Pensar como se pode localizar essa poesia nos contextos da literatura portuguesa e brasileira leva naturalmente à problematização dos conceitos de nacionalidade comumente usados, já que a identidade de imigrantes-autores

se interpõe à divisão clássica de nacionalidade num período em que o Brasil ainda buscava definir o seu conceito de brasilidade, seguindo assim o caminho traçado por Reinaldo Marques (1998, p. 51), que evidencia que a poesia - e não só a narrativa, como exposto por Benedict Anderson - também é importante na construção e na consolidação da identidade nacional.

Antonio Candido reforça esse traço na literatura brasileira, ao afirmar que, depois da Independência, o nacionalismo se acentuou e a atividade literária foi considerada como parte do esforço de construção do país livre, procurando diferenciar e particularizar os temas e os modos de exprimi-los. Candido atribui a esse nacionalismo a importância dada, em seu livro, “à ‘tomada de consciência’ dos autores quanto ao seu papel, e à intenção mais ou menos declarada de escrever para a sua terra, mesmo quando não a descrevem” (1981, p. 26).

Apesar de o recorte temporal pretender abranger um século, a maioria dos poemas foi escrita e publicada no último quartel do século XIX, excetuando-se somente Antônio José Domingues (o seu poema mais antigo é datado de 1832, embora houvesse referências de poemas seus de 1823, publicados posteriormente) e Albino Costa (com poemas que tratam de eventos ocorridos em 1922).

Assim, a grande maioria dos poemas foi escrita numa época em que originalidade e nacionalidade eram privilegiadas na avaliação crítica da produção literária, principalmente a “não-imitação dos modelos estrangeiros, especialmente os portugueses” (BAUMGARTEN, 1997, p. 77). Cabe, então, a dúvida sobre como atuavam esses poetas. Quais evidências ou mesmo indícios foram gravados na poesia de imigrantes portugueses publicados no Brasil.

Quais diferenças ou semelhanças possuem com o padrão estético aceito então no Brasil? E com o gaúcho? Essas são perguntas colocadas ao longo da tese e para as quais se propõem algumas respostas.

A investigação visou abordar, pois, sob outra ótica, a presença do eu lírico nos textos do *corpus* proposto, analisando os modos de enunciação desses sujeitos líricos que constroem uma literatura situada num provável espaço intermediário entre a literatura portuguesa e a brasileira, tanto para o que se considerava literatura brasileira para a época, como atualmente. A análise de identidades nacionais - portuguesa e brasileira - a partir dos sujeitos líricos busca identificar as posições adotadas nos poemas explicitamente (na temática de defesa da terra portuguesa ou de seus filhos ilustres) ou implicitamente (através de escolha lexical e da prosódia, por exemplo).

Penso na hipótese de que um imigrante (ou mesmo seus filhos) constitua-se num possível hibridizador ao fazer a síntese entre culturas, num duplo viés de afetividade nacional. Portanto, a intenção aqui é refletir sobre o resultado poético de alguns imigrantes portugueses que publicaram - tanto no século XIX, como no XX - no Brasil meridional e sobre o motivo de terem ficado fora das histórias literárias sul-rio-grandenses atualmente usadas pelas universidades, já que a maioria teve destacada participação nas agremiações literárias da época.

Para iniciar esta pesquisa, senti a necessidade - exposta no primeiro capítulo - de ver como foram as relações entre Brasil e Portugal no período recortado, analisando também o início da imprensa e da literatura no Brasil e no Rio Grande do Sul, em especial. Como referencial teórico, mais detalhado

no final, foram utilizadas as recentes pesquisas sobre literatura de migração, transculturação, hibridismo, diáspora, entre outros, em que se debatem as trocas culturais realizadas pelo jogo de mão dupla no tipo de literatura recortado, produzida não só no século XX como em toda a história literária. Nessa perspectiva, destaca-se outra originalidade do presente trabalho, pois além do *corpus* e do foco pouco usuais, os estudos das literaturas migrantes são raros - se não inexistentes no Brasil - em obras do século XIX.

Registra-se que, atualmente, a crítica literária volta-se predominantemente para o estudo dessas enunciações “intervalares”, que captam uma linguagem de entrelugar, como é o caso dos discursos de imigrantes, em textos contemporâneos, deixando dúvidas de como isso ocorria nos textos do passado.

Os poemas coletados foram divididos conforme a relação estabelecida com a cultura local - refração, assimilação, hibridismo¹⁶ e intimismo - que será detalhada no segundo capítulo, no qual serão analisados os textos desses autores. O capítulo seguinte é, na medida do possível, uma parada para diminuir as dúvidas levantadas desde o início da pesquisa, já que é improvável pensar numa conclusão definitiva após a coleta de um *corpus* que demanda mais tempo e pesquisa do que uma única tese.

Para sistematizar o material obtido, estabeleci algumas normas de transcrição baseadas em estudos da Edótica, como os de Antonio Houaiss, Segismundo Spina e outros, usando também os exemplos aplicados por Alice Campos Moreira (PUCRS, 1991), José Américo Miranda (UFMG, 1997) e Mauro

¹⁶ A inclusão de poemas do século XX possibilitou a existência dessa opção na análise.

Nicola Póvoas (PUCRS, 2005), que estão detalhados no início dos anexos, em volume separado.

Destaco, no presente momento, a decisão de evitar dúvidas na divisão de estrofes causadas pela paginação nas fontes primárias. Na presente edição, a diagramação foi efetuada fazendo-se coincidir a mudança de página com a mudança de estrofes. Nos casos em que não consegui ter certeza sobre a quebra de estrofe, foi acrescentado um asterisco na margem direita para indicar essa dúvida.

A presente pesquisa procurou também reverter a precária situação das biografias desses autores, pois havia muitas informações esparsas em periódicos dos séculos XIX e XX. Os poucos dados biográficos contidos nos livros mais tradicionais - como os livros de Ari Martins, Pedro Villas-Bôas¹⁷ e Guilhermino César - contêm muitas lacunas, equívocos e imprecisões.

Exemplo disso é o que ocorre com os dados biográficos de autores como Rocha Galo, Pinto Monteiro e Antônio José Domingues, dos quais não constavam as datas de nascimento e/ou morte. Nos três casos, busquei documentos oficiais (certidões de casamento e óbito) em cartórios e bispados que preenchessem as lacunas ou, como no caso de Silvino Vidal, confirmassem qual das fontes consultadas estava exata. Periódicos do século XX igualmente forneceram elementos para a obtenção da data de falecimento de Albino Costa, que não constava em nenhuma das bibliografias lidas, nem mesmo na republicação portuguesa do livro *Cedrim*, em 1992.

¹⁷ Aqui se considera somente a primeira edição (de 1974), já que houve, na segunda edição, “a retirada de autores não rio-grandenses, em consequência do elevado número de co-estaduanos que são necessários ao espírito da obra” (VILLAS-BÔAS, 1991, p. 5).

Ainda no segundo volume, há as biografias dos sete autores, assim como a transcrição dos poemas coletados. Posteriormente, pretende-se democratizar esses dados, realizando uma página virtual que disponibilize os poemas e os dados obtidos, assim como as imagens dos jornais microfilmados pela Biblioteca Nacional ao longo da pesquisa.

1. CONTEXTO SOCIOHISTÓRICO E LITERÁRIO (1822-1922)

O estabelecimento dos contextos histórico e literário em que foram produzidas as obras analisadas possibilita ter uma visão ampla sobre as relações entre Portugal e Brasil ao longo do século XIX e princípio do XX, desde os antecedentes da Independência até as comemorações do centenário, em 1922. Mais adiante, pretendi demonstrar, em algumas breves notas, como era a literatura brasileira, principalmente a publicada na imprensa desse período, assim como a literatura impressa em periódicos do Rio Grande do Sul e da sua região meridional.

A parte final do capítulo é constituída por algumas reflexões teóricas necessárias para a análise dos poemas que compõem o *corpus* recolhido. Assim, reflexões sobre a literatura migrante e sobre o nacionalismo, comuns no século XX, serão adaptadas para a leitura de produções do século XIX. Dessa forma, as teorias de Homi Bhabha, Stuart Hall, Eric Hobsbawn, Benedict Anderson serão abordadas no que podem ser relacionadas ao caso luso-brasileiro e à poética dos imigrantes portugueses no Brasil.

Brigas de família: Brasil, de filho a irmão de Portugal

Ao longo dos séculos XIX e XX, houve períodos de íntima relação entre Portugal e Brasil e outros de afastamento, foram várias idas e vindas nas relações diplomáticas entre esses países, desde fortes tentativas de integração de ambos os lados até a divulgação de idéias lusóforas em jornais

brasileiros importantes.¹⁸ E esses movimentos são importantes para entender a situação dos imigrantes portugueses no Brasil.

Se a Inconfidência Mineira foi a mais forte ação contra o domínio português até o início do século XIX, a chegada da família real em 23 de janeiro de 1808 na Bahia, transformando o Brasil na sede dos reinos, acalmou em parte os ânimos locais, já que trouxe diversos benefícios para a ‘metrópole’ americana, como a criação do Banco do Brasil, a abertura dos portos a navios de outros países e também a criação de gráficas e, conseqüentemente, a implantação da imprensa em terras brasileiras.

A lei promulgada por D. João VI, em 16 de dezembro de 1815, elevando o Brasil a reino, equiparando-o a Portugal, foi considerada por alguns como uma manobra portuguesa para diminuir as intenções de independência da colônia, já que Angola e Algarves - outras possessões portuguesas - foram considerados reinos tanto como o Brasil.

Em oposição, o jornal *O Português*, editado em Londres entre 1814 e 1821, criticava com extremo conservadorismo e nacionalismo a possível separação entre Brasil e Portugal, obtendo leitores e adeptos em território brasileiro, apesar de sua proibição por parte do governo luso.

A revolução separatista em Recife (entre março e maio de 1817) deu força novamente à independência, assim como a Revolução Liberal, a 24 de agosto de 1820, ocorrida em Portugal, já que obrigou D. João a voltar para Portugal (em 26 de abril de 1821) e tinha intenção de forçar também o retorno de seu filho.

¹⁸ Nas páginas seguintes, restrinjo-me a fatos históricos e literários até o ano de 1922, sem entrar em outras áreas (música, escultura, pintura, arquitetura, assistencialismo), que são

A aprovação de várias resoluções contrárias aos interesses brasileiros acaba por levar ao Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822, quando D. Pedro I formalmente recusa seu retorno para a metrópole. Após reuniões políticas em Minas Gerais e São Paulo, a independência é proclamada em sete de setembro, sendo oficializada com a aclamação e a coroação de D. Pedro I em, respectivamente, 12 de outubro, aniversário do novo imperador, e 1^o de dezembro de 1822.¹⁹

As resistências mais significativas passaram-se na Bahia e no Piauí, onde “em várias oportunidades, lutaram ombro a ombro, confundidos, soldados de ambas as nacionalidades” (MATHIAS, 2000, p. 38). Até 1823, ainda houve tentativas isoladas de reverter a independência por parte de alguns militares portugueses, embora muitas vezes suas tropas fossem compostas também por brasileiros.

Conforme Isabel Lustosa, a Assembléia Constituinte, cuja abertura ocorrera em 3 de maio de 1823, foi fechada em 12 de novembro em virtude dos ataques aos portugueses do jornal *O Tamoio*. Ataques esses produzidos pelos aliados dos Andrada, o que comprova a influência da imprensa nos rumos da política. O título do periódico lembrava a forte resistência dos tamoios no início da colonização portuguesa, pretendendo “lutar contra os privilégios dos antigos colonizadores que, mesmo depois da Independência,

destacadas, por exemplo, na obra *Imigração portuguesa do Brasil*, que traça um panorama de 1888 até cerca de 1980.

¹⁹ Conforme Cecília Helena de Salles Oliveira (USP), “a transformação do Sete de Setembro em data nacional só aconteceu a partir de 1870” (NOSSA HISTÓRIA, p. 17). Apesar de a declaração ser um pouco vaga, há diversos registros de comemorações do Sete de Setembro ainda na década de 20, o que torna-se comum na imprensa na década de 1850, com edições comemorativas. Destaco, por exemplo, o poema “No faustíssimo e memorável dia Sete de Setembro”, de Antônio José Domingues, publicado em 1856 e constante nos anexos.

continuavam a levar as riquezas do Brasil sem nada dar em troca” (LUSTOSA, 2003, p. 45-46).

No mesmo tom agressivo aos portugueses de *O Tamoio*, José Estevão Grondona publicou, a partir de 6 de agosto de 1823, o seu *Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande*. Nelson Werneck Sodré lembra como esse sentimento antilusitano tentou ser transformado em lei, durante a Assembléia Geral citada acima:

A aversão aos lusos atingiu tal extremo, (...) que por proposta de Muniz Tavares, (...) deveriam os portugueses ser expulsos do Brasil. O projeto, apresentado à Assembléia Geral, não logrou aprovação, é certo (SODRÉ, 1966, p. 190).

Ainda sobre o período logo após a Independência, Sodré explica o uso dos termos “papeleta”, o português que requisitava um documento específico ao cônsul para manter sua nacionalidade, e “meia cara”, o português que aceitou a naturalização constitucional.

A Constituição de 1824, realmente, no parágrafo 4º de seu artigo 6º, dizia serem cidadãos brasileiros “todos os nascidos em Portugal e suas possessões que, sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a Independência nas províncias onde habitavam, aderiram a esta, expressa ou tacitamente, pela continuação da sua residência” (SODRÉ, 1966, p. 190-191).

Depois da Independência, o tratado entre Portugal e Brasil feito em 1825 reconheceu a nova relação e procurou estimular a unificação comercial e cultural entre os dois países, sem, no entanto, reconhecer brasileiros e portugueses como cidadãos “binacionais”, com direitos iguais em ambos os países.

A instabilidade política de Portugal, que pode ser exemplificada pela seqüência de revoltas na década de 20 (a Revolução Liberal de 1820, a

Abrilada de 1824 e a Vilafrancada de 1829), aumenta consideravelmente a emigração de portugueses, em especial para as terras brasileiras. Em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdica do trono, deixando-o para seu filho. O fato de D. Pedro II ter nascido já em terras brasileiras (no Rio de Janeiro, em 2 de dezembro de 1825) fazia-o ser mais bem visto pela população do que seu pai, sempre considerado um representante direto de Portugal.

Até a maioria de D. Pedro II, o Brasil foi governado através de regências: a Regência Trina Provisória (1831-1832), a Trina Permanente (1832-1835), além das regências unas do Padre Antônio Diogo Feijó (1835-1837) e de Araújo Lima (1837-1840). No período da Trina Permanente, os liberais exaltados (que não faziam parte do governo) eram favoráveis à República e defendiam a expulsão dos estrangeiros, a perseguição aos negociantes portugueses e a nacionalização do exército.

A década de 40 continua revelando atitudes contraditórias. Em 1845, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - com portugueses e brasileiros entre seus fundadores - premiou a monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Von Martius. Nessa obra, o naturalista alemão diz que “cabia ao historiador brasileiro redigir uma história que incorporasse as três raças, dando predominância ao português, conquistador e senhor que assegurou o território e imprimiu suas marcas morais ao Brasil” (CHAUÍ, 2001, p. 50). Na mesma década, entretanto, houve a Revolta Praieira (1848), que pedia exclusividade do comércio de retalho para os brasileiros.

Vê-se assim que havia uma tentativa de aproximação por parte das classes políticas e eruditas, mas a população em geral mantinha um caráter antilusitano, com reações hostis aos portugueses residentes no Brasil.

Vale destacar que, nessa época, porém, as festas cariocas da Penha e da Glória já eram famosas por, conforme José Murilo de Carvalho, misturar pessoas de todas as raças, “com ritmos portugueses, brasileiros e africanos” (1987, p. 141-142).

A relação entre os governos foi boa até o corte das relações diplomáticas, em 7 de janeiro de 1853, causado pela “Guerra do Chouriço”, ocorrida entre 1852 e 1853, devido à acusação de que os chouriços portugueses exportados para o Brasil eram feitos de carne de gato e até mesmo de carne humana.

Já na década seguinte, conforme o professor de História Mauro César Silveira, em seu *Adesão Fatal - A participação portuguesa na Guerra do Paraguai*, Portugal enviou, em maio de 1865, um navio com 23 ‘portugueses’ (em geral, negros das colônias portuguesas africanas) para lutar na Guerra do Paraguai ao lado dos brasileiros. Ainda segundo o mesmo autor, incentivada pelo governo português, a imprensa lusa respaldou a intervenção militar brasileira, influenciando na opinião de outros governos europeus. Uma terceira forma de ajuda portuguesa às tropas brasileiras foi feita pelo corpo diplomático português no Paraguai, o que acabou por causar o fuzilamento de dois diplomatas lusitanos naquele país. Essa notícia também foi amenizada (ou omitida) pelos jornais em Portugal, a mando do governo local.

Outros acontecimentos que corroboram o movimento pendular de aproximações e distanciamentos entre Portugal e Brasil são de caráter literário. Algumas sociedades literárias - como o Gabinete Português de Leitura - fundadas por imigrantes portugueses aceitavam entre seus sócios somente patrícios, e em represália outras entidades - como a Sociedade

Ensaio Literários, fundada na capital federal em 1859 - admitiam somente brasileiros como sócios.

Em 1871, “Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão ridicularizaram o imperador D. Pedro II, que visitava a Europa, na revista que editava *As Farpas*” (HÉLIO, 2004, s/p.), assim como os brasileiros em geral: “Em conversa, é o *macaco*; no jornal é a *nação irmã!*”. Logo em seguida, o jornal pernambucano *Seis de Março*, de caráter republicano, reproduz ilegalmente e de forma exagerada o texto dos autores portugueses, que por sua vez agem com ironia agradecendo ao “Brasil, nação irmã, [que] leva os seus extremos de fraternidade conosco até o ponto de reproduzir a nossa obra e de a vender depois por sua conta” e sugerindo que os editores pernambucanos assinassem um abaixo-assinado irônico, confessando-se “ladrões”:

“Eu abaixo-assinado, editor na cidade de Pernambuco da notável publicação intitulada *As Farpas*, a qual publicação recomendo muito à proteção dos leitores, declaro que roubei aos Srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, únicos redatores e únicos proprietários da publicação acima referida, não só o presente volume mas bem assim todos aqueles que da sua obra tenho dado à estampa sob o meu nome. Declaro mais que, achando-me eu, abaixo-assinado, fora do alcance das leis que punem este roubo, não deve a circunstância de se achar o meu pé desguarnecido da grilheta que lhe compete - sem motivo para que todas as pessoas dignas e honestas deixem de me considerar para todos os efeitos e sob todos os pontos de vista como um criminoso que tem a honra de ser dos Srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queirós. Ladrão muito atento e obrigado. Manuel Rodrigues Pinheiro. Editor das *Farpas* no Império do Brasil, morador na cidade de Pernambuco, tipografia do *Jornal do Recife*, 1872” (HÉLIO, 2004, s/p.).²⁰

²⁰ Para maiores dados da polêmica, ver *Eça de Queiroz - Agitador no Brasil*, de Paulo Cavalcanti (1959), já que esses textos não foram incluídos nas *Obras Completas* de Eça de Queirós.

Em reação, o jornalista brasileiro José Soares Pinto Correia publicou *Os Farpões* (Recife, julho de 1872), ironizando os portugueses (cf. LOBO, 2001, p. 59). No entanto, a par dessas “farpas”, há diversos registros da repercussão dos livros de Eça de Queirós no Brasil. É sabido que, apesar da forte influência da literatura e cultura francesa, nenhum outro autor estrangeiro exerceu maior influência do que Eça de Queirós na literatura brasileira. Eulália Lobo afirma que “a obra de Eça de Queirós era acompanhada pela mocidade literária brasileira” (2001, 59) e que seus livros impulsionaram a escola realista no Brasil, da mesma forma que “o lançamento de *Gouaches*, do português João Barreira, em 1890, despertou o gosto simbolista no final do século no Brasil” (2001, p. 59).

Outro texto de Eça de Queirós, *Emigração como força civilizadora*, indica as qualidades dos Estados Unidos em detrimento do Brasil e da Argentina, no que tange a facilidades para os imigrantes vindos de Portugal. Apesar de Eça apontar verdadeiros problemas que os portugueses encontravam no Brasil, diz que esses preferiam o país por motivos lingüísticos e religiosos.²¹ Alexandre Herculano, em 1879, também analisa a emigração portuguesa no seu *Opúsculo VI*, mas pouco trata da realizada para o Brasil.

O uso da língua portuguesa igualmente era um aspecto para ora marcar a diferença entre o Brasil e Portugal, ora negá-la. José de Alencar, principalmente em seus romances regionais, buscou o uso de uma escrita ao estilo brasileiro, chamando a atenção para a necessidade de uma separação lingüística e literária de Portugal, ao passo que alguns literatos portugueses

²¹ Eulália Lobo afirma que “a geração de 1870 mantinha relações estreitas com o Brasil. Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Fialho de Almeida escreviam na *Gazeta de Notícias*; Correia de Oliveira, Alberto de Oliveira e Maria Amália Vaz de Carvalho no *Estado de São Paulo* e outros

ainda procuravam a manutenção de pretensas pureza e unidade da língua portuguesa, apesar de admitirem a natural separação entre as literaturas dos dois países.

A celebração em 1880 do terceiro centenário da morte de Camões foi outro ponto forte da integração cultural, com diversos eventos realizados entre os dias 8, 9 e 10 de junho em Lisboa, quando “produziu-se muita poesia também, em sua maioria de forte acento encomiástico e questionável valor literário” (SANDMANN, 2003, p. 198). Comandada pelo Real Gabinete Português de Leitura, entidade fundada em 1837 por imigrantes, a comunidade portuguesa no Brasil organizou também diversos eventos para a comemoração no Brasil, especialmente na então capital federal Rio de Janeiro. No dia 10, a sessão solene no Teatro D. Pedro II teve participação de diversas personalidades: a apresentação pelo ator português Furtado Coelho da peça teatral *Tu só, tu, puro amor...*,²² de Machado de Assis, um discurso do político Joaquim Nabuco e um hino composto por Carlos Gomes.

De acordo com Marcelo Corrêa Sandmann, diversos periódicos cariocas - como *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias* e *Revista Brasileira* - criaram suplementos dedicados ao poeta português, contando com importantes autores e outros intelectuais, inclusive Machado de Assis (cf. SANDMANN, 2003, p. 201).

literatos lusos no *Jornal do Comércio*” (p. 58). Deve-se considerar que a maioria desses textos era reproduzida pela imprensa de outras províncias, como ocorreu no Rio Grande do Sul.

²² Conforme Massaud Moisés (1961, p. 253), Machado de Assis escreveu peças teatrais durante a década de 1860 e esta seria a única escrita na sua maturidade intelectual. Conforme o sítio *Biblioteca Virtual*, “a peça *Tu, só tu, puro amor...* foi escrita quando o autor já tinha 42 anos, uma encomenda do Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, para comemorar o terceiro centenário da morte de Camões. O manuscrito data de 20 de maio de 1880, tendo a peça sido encenada em 10 de junho do mesmo ano no Teatro Pedro II, com os célebres Furtado Coelho e Lucinda Coelho nos papéis de Camões e Catarina. No ano seguinte, Machado pagou do seu próprio bolso uma edição de apenas 100 exemplares.” O texto integral - cujo título é um verso dos *Lusíadas* - está disponível no referido sítio.

Analisando o texto de apresentação desse suplemento, escrito por D. Pedro II, em que o imperador considera Camões como “o maior gênio da língua falada por dois povos irmãos”, Sandmann revela que

Enfatiza-se a fraternidade luso-brasileira (com destaque para os vínculos lingüísticos) e uma continuidade histórico-cultural que permitiria reivindicar para o Brasil a figura de Luís de Camões como um patrono recuado (mesmo que involuntário) também da nacionalidade brasileira (SANDMANN, 2003, p. 202).

O crítico termina mostrando a amplitude de tais festejos, já que tais comemorações ocorreram em diversas províncias do Império e que também atingiram o comércio, com a venda de relógios, roupas e até pratos em restaurantes homenageando Camões. Há, na província gaúcha, diversos textos comemorativos nos jornais *Eco do Sul* (Rio Grande) e *O Guarani* (Uruguaiana), por exemplo. Essas publicações servem para demarcar como os acontecimentos ocorridos na capital do Império - como vários dos descritos neste capítulo - acabam refletindo na sociedade sulina.

Mesmo depois da proclamação da República²³ - reconhecida por Portugal em 18 de setembro de 1890 -, houve muitos episódios de xenofobia na cidade do Rio de Janeiro, como a campanha contra os portugueses em jornais como *O Nacional* e *A Bomba*. Conforme José Murilo de Carvalho, foi durante o governo do Marechal Floriano Peixoto (1891-1894) que o antilusitanismo atingiu

²³ Evaristo de Moraes (1985, p. 68-69) relata um acontecimento ocorrido “na noite de 15 de julho [de 1889]. Saindo do Teatro Sant’Ana (hoje Carlos Gomes), acabava o Imperador de tomar o seu carro, que se punha em movimento, quando, contra o mesmo carro, foram disparados tiros de revólver. Como autor dos tiros foi logo preso um rapaz português, empregado do comércio, por nome Adriano do Vale. Parece que agira sob ação do álcool (...). Antes dos tiros, fora vivada a República”. Esse fato, se ocorrido algumas décadas antes, levaria provavelmente a um incidente diplomático, assim como uma reação à comunidade portuguesa residente no Brasil. Carvalho (1987, 168) lembra que, no dia anterior, ocorria o Centenário da Revolução Francesa, havendo inclusive conflitos nas ruas cariocas entre republicanos e monarquistas. Registre-se que o imaginário republicano brasileiro tomou de empréstimo à Revolução Francesa seu referencial simbólico.

grandes proporções, principalmente através dos textos jornalísticos de Raul Pompéia, para quem “a dificuldade encontrada pela República em consolidar-se era devida à presença portuguesa na imprensa, nos negócios e mesmo na população” (CARVALHO, 1999, p. 249).

O antilusitanismo existia até mesmo em processos criminais cariocas, nos quais ocorria o maniqueísmo do português ordeiro e trabalhador *versus* o brasileiro vagabundo. No entanto, também se olhava o imigrante português como explorador (cf. CHALHOUB; RIBEIRO; ESTEVES, 2004).

Gladys Ribeiro, em artigo escrito com Sidney Challob e Martha de Abreu Esteves, destaca que “o imigrante português deveria substituir gradativamente a força de trabalho do escravo negro” e que, por isso, “as relações entre estrangeiros e brasileiros (brancos, pretos ou mulatos) não eram amenas, sempre amistosas e tranqüilas, como o mito da ‘democracia racial’ daria a entender” (CHALLOUB *et alii*, 1984, p. 96). Mais adiante, essa idéia é ampliada: “Esta preferência dada ao imigrante português engendrava no seio das camadas populares um antilusitanismo que, se não era novo e vivera latente por toda a Colônia e Império, parece ter-se acirrado durante a República Velha” (CHALLOUB *et alii*, 1984, p. 98).

Antonio Candido, no ensaio “De cortiço a cortiço”, também expõe que o português se equivaleria ao escravo por serem trabalhadores de força bruta, mas deve-se levar em conta a ‘exploração do nacional pelo estrangeiro’. O crítico defende assim, a partir da leitura do romance *O cortiço*, que haveria uma ‘espécie de luta de raças e nacionalidades’ que causaria a xenofobia contra os imigrantes portugueses que teriam mantido os ideais de ascender socialmente. Ao contrário, no exemplo do romance, “agir como brasileiro

redunda para o imigrante em ser como brasileiro, (...) ser massa dominada” (CANDIDO, 2004, p. 119) e que se abrasilizar “é expressivamente marcado pela perda do ‘espírito da economia e da ordem’, da ‘esperança de enriquecer’” (CANDIDO, 2004, p. 120).

A lusofobia ainda tomou um forte impulso após dois navios portugueses darem asilo, em 6 de setembro de 1893, a revolucionários da Revolta da Armada, que pretendia depor o Marechal Floriano do governo republicano, causando novamente a interrupção das relações diplomáticas entre Portugal e Brasil a partir de maio de 1894. Sobre esse episódio, Eulália Lobo afirma que “o governo português concordara em devolver os asilados ao governo brasileiro, porém o comandante da flotilha recusou-se a fazê-lo” (LOBO, 2001, p. 18).

A pesquisadora Suely de Queiroz, entretanto, aponta que,

Ante a emergência, o governo luso assegura ao marechal que só desembarcaria os revoltosos em Portugal, mas os navios saem do porto e tomam o rumo do Prata, onde poderiam os rebeldes reunir-se aos federalistas, o que de fato aconteceu (QUEIROZ, 1986, p. 23).

Acrescenta a autora, baseada na autobiografia *O Rio de Janeiro do meu tempo* de Luís Edmundo, que a população carioca, ao saber da ajuda lusa aos revolucionários, acabou por descontar a fúria nos portugueses e nas lojas e armazéns ligados a essa parcela da população. Já em São Paulo, ao contrário, não havia esse perigo de violência pessoal, apesar do conflito diplomático.

Em março de 1895,²⁴ o presidente Prudente de Moraes sofreu fortes críticas devido à promoção do reatamento das relações diplomáticas e

²⁴ Em nota final, José Murilo de Carvalho cita que “em 19 de janeiro de 1895, por exemplo, houve um conflito entre operários do Arsenal da Marinha e carregadores portugueses,

também por aceitar Tomás Ribeiro como embaixador. Conforme Suely de Queiroz, “conhecido intelectual e poeta, o enviado português sofreria as conseqüências da intensa xenofobia jacobina” (QUEIROZ, 1986, 33).

Lançado em 1894, o jornal *O Jacobino* “publicava piadas insultuosas sobre os portugueses, reclamava a nacionalização do comércio, a exclusão do português do serviço público, a confiscação de propriedades lusas, de cabeças-de-porco e habitações nas favelas” (LOBO, 2001, p. 27), além de exigir “leis que reservassem o comércio de retalho para os brasileiros” e que “expulsassem estrangeiros que criticassem o Brasil na imprensa e famílias que autorizassem o casamento de seus filhos com portugueses” (LOBO, 2001, p. 28).²⁵ Citando o jornal *O Jacobino*, de 15 de agosto de 1896, Suely de Queiroz sintetiza o ódio xenófobo dos jacobinos brasileiros: “A nossa sincera amizade para com Portugal e seus filhos será a faca ou a dinamite” (QUEIROZ, 1986, p. 38). Importante lembrar que jacobinos formavam o grupo político mais radical não só na França, mas também no Brasil, cujo ideário e iconografia republicana foram tirados da Revolução Francesa.

Ainda conforme Suely de Queiroz, o auge do jacobinismo foi a tentativa de assassinato do presidente Prudente de Moraes em 5 de novembro de 1897, que resultou na morte de um ministro seu. A sede do jornal *O Jacobino* é atacada e destruída; o velório do ministro fica lotado, com a população prestigiando o presidente; o processo policial aponta jornalistas, políticos e militares como autores intelectuais.

resultando no choque vários feridos e dois ou três mortos” (CARVALHO, 1987, p. 174). Não obtive mais dados sobre esse evento.

²⁵ Vale lembrar que a maioria dos imigrantes - lusos ou não - vinham em busca de enriquecimento. Esse grupo era composto principalmente por homens, causando um desequilíbrio entre a população masculina e a feminina no censo brasileiro de então.

Outra forma de perceber as aproximações e os distanciamentos entre Brasil e Portugal é analisar os números de imigrantes portugueses para o Brasil, como expõe a historiadora portuguesa Susana Serpa Silva:

Portugal e, em particular, os Açores conheceram um êxodo muito elevado com destino, primordialmente às Américas do Sul e do Norte em detrimento das regiões africanas. Não obstante a declaração de Independência de 1822, o Brasil continuou a ser - pelos laços que mantinha com a velha metrópole e pela sua política de imigração que concedia facilidades à entrada de mão de obra estrangeira - o mais importante chamariz ou pólo de atracção para as inúmeras famílias que se viram condicionadas a um êxodo forçado ou voluntário (SILVA, 2001, p. 349).

A imigração portuguesa foi muito incentivada pelo império brasileiro após a abolição do comércio de escravos em 1850, numa tentativa de aumentar (ou “melhorar”, nos termos da época) a mão-de-obra livre. Entre 1850 e 1880,²⁶ a imigração portuguesa - principalmente constituída de mão-de-obra barata, mas também de intelectuais - aumentou bastante, até mesmo pela mudança do transporte de navios à vela para navios a vapor a partir de 1870. Conforme Mirtes Lopes, “os veleiros levavam, em média, 48 dias para chegar ao Brasil; já os vapores de 1870 conseguiam reduzir a viagem para 24 dias. Sem escalas, de Lisboa ao Rio de Janeiro, chegavam a fazer [a viagem] em 15 dias” (LOPES, 2003, p. 25). Halleweel fala sobre “a introdução dos navios a vapor nas rotas do Atlântico Sul, em fevereiro de 1851” (HALLEWEEL, 1985, p. 129), mas com prazos semelhantes aos da citada autora.

O estabelecimento, em 1874, do telégrafo submarino entre o Brasil e a

²⁶ Eric Hobsbawn, em seu *A era dos impérios*, afirma que Portugal era “a única parcela da Europa meridional que conheceu emigração significativa antes dos anos 1880” (1998, 61). Em outros momentos, assegura que “Portugal era pequeno, débil e atrasado segundo qualquer padrão da época, praticamente uma semicolônia britânica” (p. 36) e que estava, por causa do

Europa (HALLEWELL, 1985, p. 180) e a implantação dos navios a vapor modificam a situação de várias cidades portuárias brasileiras, como confirma Gilberto Freyre:

A navegação a vapor trouxe notável progresso para o Brasil nos primeiros anos da segunda metade do século XIX. Com seu desenvolvimento, beneficiaram-se várias cidades. (...) Daí o progresso que os observadores estrangeiros notavam nas cidades marítimas e fluviais. As demais cidades - antes servidas, algumas delas, de estradas-de-ferro - dificilmente progrediam. Na verdade, continuavam, durante anos, verdadeiras cidades medievais sem iluminação pública, sem ruas limpas, sem calçamento que as modernizassem (FREYRE, 1977, p. 60-62).

Eulália Lobo faz notar que, durante a interrupção das relações diplomáticas recém-citadas, há um forte declínio no número de imigrantes em 1894, demanda que é suprida no ano seguinte, quando há o reatamento das relações diplomáticas. A partir de 1896,²⁷ a entrada de portugueses caiu ano a ano, atingindo a menor imigração em 1900, com apenas 8.250 pessoas. As estatísticas oficiais brasileiras mostram uma nova curva ascendente a partir de 1904, alcançando cerca de 20 mil imigrantes novamente, e chegando ao ápice em 1912 e 1913, com cerca de 76 mil imigrantes em cada ano.

Hallewell aponta que “o fluxo de imigrantes portugueses quase duplicara desde 1890; com o fim da entrada em massa de italianos, em 1904, o Brasil voltara a ter nos portugueses sua principal fonte de imigração (47,1% do total em 1913)” (1985, p. 241). O crescimento verificado até 1912 e 1913 é estancado com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), mas é logo

índice de analfabetismo entre sua população, “na melhor das hipóteses, nas margens do desenvolvimento” (p. 44).

²⁷ Para essa autora, a seqüência de entradas de portugueses para esses três anos é 17.042 em 1894, 36.055 em 1895 e 22.229 em 1896.

retomado na década seguinte (cf. LOBO, 2001, p. 46). Citando Eugênio Egas,²⁸ Lobo afirma que “em 1920, dos trinta milhões de habitantes do Brasil, 1.565.961 eram estrangeiros, dos quais 433.567 eram portugueses” (LOBO, 2001, p. 44).²⁹

Marcos dos Anjos Hallal (1996), usando os dados do recenseamento urbano de 1899, quantifica em 913 os imigrantes portugueses que moravam na zona urbana, o que significava quase metade do total de estrangeiros de então. Para efeito comparativo, as nacionalidades mais significativas na seqüência são a italiana (com 352 representantes) e a uruguaia (com 212 nacionais). O mesmo autor usou registros de internação na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas entre 1850 e 1900, obtendo números semelhantes: 4039 portugueses, 1123 italianos, 1106 alemães e 852 uruguaiois.

Como parte das comemorações no Quarto Centenário do Descobrimento, José Murilo de Carvalho cita “o romance de Xavier Marques, *Pindorama*, de 1900, premiado pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em que é defendida a versão portuguesa e católica da conquista” (1998, p. 253). Ainda durante essas comemorações, promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, houve a inauguração de um monumento a Pedro Álvares Cabral, no Rio de Janeiro. Em 1908, foi inaugurado outro monumento no Rio de Janeiro, este para D. João VI.

Os assassinatos do rei português e do príncipe herdeiro, em fevereiro de 1908, impediram a vinda da expedição portuguesa à “Exposição

²⁸ “Os portugueses no Brasil (sua ação patriótica e civilizadora)”, conferência feita no Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, em 1911. Há, no original, os números detalhados por estado e em época anterior.

²⁹ Mesmo com mortes, retornos à terra natal e naturalizações, esse número de imigrantes portugueses parece subestimado, já que é pouco maior dos que entraram nos quinze anos

internacional do Rio de Janeiro pelo centenário da abertura dos portos brasileiros”,³⁰ acelerando a queda da monarquia portuguesa, ocorrida em 5 de outubro de 1910. Ainda nesse ano, houve comemorações, em São Paulo, do centenário de nascimento de Alexandre Herculano e, em Lisboa, o lançamento do livro *Portugal, Brasil*, do brasileiro Eugênio Egas. Nos primeiros aniversários da implantação da República Portuguesa também houve comemorações de imigrantes lusos em várias cidades brasileiras³¹.

A conturbação política de Portugal deu novo impulso à emigração portuguesa e mais uma vez o Brasil recebeu grande fluxo de lusitanos que - conforme Mirtes Lopes (2003, p. 23) - em sua maioria eram de boa situação financeira e que aplicaram seu capital na compra de imóveis e no estabelecimento de bares, restaurantes e indústrias.

Uma das novas forças do luso-brasileirismo cultural foi representada pela fundação da revista *Atlântida* (Lisboa, 1915) pelo escritor português João de Barros, que divulgava fortemente ações efetivas da integração cultural:

Esta publicação tinha caráter luso-brasileiro e recebia o patrocínio dos Ministérios de Relações Exteriores do Brasil e dos Estrangeiros e Fomento de Portugal. Graça Aranha, em 1919, defendia, em ensaio publicado na revista, a união política de Portugal e Brasil como consequência lógica da unidade rural das duas nações (LOBO, 2001, p. 64).

Em 3 de abril de 1916, Olavo Bilac faz, com passagens custeadas por essa revista, uma conferência no Teatro República, em Portugal, sinalizando

anteriores, ainda mais se for considerado que os números oficiais de imigração são reconhecidamente subestimados.

³⁰ Conforme índice publicado por Antonio Dimas, a revista *Kosmos* mostrou reportagens, crônicas e fotografias da exposição ao longo de todo o ano de 1908. No número de fevereiro, há uma crônica de Olavo Bilac, além de textos políticos e fotos sobre o assassinato.

³¹ Eulália Lobo cita, sem detalhar, um “conflito sangrento em 1908 entre brasileiros e portugueses” (p. 49) na Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, do Rio de Janeiro.

que “apesar da forte influência francesa no Brasil, os [autores] portugueses ainda dominavam a cena até meados da década de 1910” (LOBO, 2001, p. 66). De 1912 a 1914, o poeta português Montalvor permaneceu no Brasil, realizando conferências sobre a literatura portuguesa no intuito de fortalecer a união cultural e intelectual entre os dois países.

A revista *Rajada*, fundada em 1920 no Brasil, é outra cujos colaboradores “distinguiam-se pelo seu esforço de estreitamento das relações Brasil/Portugal” (LOBO, 2001, p. 64). Em 1921, no Rio de Janeiro, é fundado o Centro Luso-Brasileiro Paulo Barreto, “assim denominado em homenagem ao jornalista e escritor conhecido como João do Rio, que tanto trabalhou pela união luso-brasileira” (LOBO, 2001, p. 104).

Se por um lado, “entre 1920 e 1921, o governo brasileiro restringiu a entrada de estrangeiros no Brasil, nacionalizou o comércio, os bancos e a pesca, provocando o regresso a Portugal de muitos imigrantes” (LOBO, 2001, p. 94), por outro, também em 1920, é revogado o banimento editado logo após a Proclamação da República, possibilitando a transferência dos restos mortais de D. Pedro II e sua esposa para o Brasil, sendo inicialmente depositados na Catedral do Rio de Janeiro, em 1921.

Assim, o luso-brasileirismo - “conceito formado nos princípios do século XX” (cf. VIEIRA, 1991, p. 71) - ganhou cada vez mais força no tocante ao comércio internacional e à cultura em geral, embora a política sempre atuasse de forma vesga, entre distanciamento e aproximação.

Comparando-se duas tabelas feitas por Hallewell com dados do século XX, revela-se o “declínio da importação de livros franceses” no mesmo período em que há uma manutenção do “comércio de livros luso-

brasileiros”³², chegando a valores próximos em 1922, o que demonstra mais uma vez que a influência portuguesa ainda permanecia na sociedade e na literatura brasileiras, apesar da pretensa unanimidade no reconhecimento da influência francesa:³³

Ano	Importação de Portugal		Importação da França	
	Volume	%	Volume	%
1910	149.736	23,2	457.732	52,4
1911	239.537	19,8	586.945	47,9
1916	196.227	27,5	297.685	43,4
1919	179.489	25,8	243.094	38,9
1922	143.967	21,4	179.401	28,7

Ainda em 1922, as comemorações do centenário da Independência Brasileira foram abertas com os aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, ao realizarem a primeira travessia aérea do Atlântico Sul. A viagem começou no rio Tejo, em Lisboa, em 30 de março, e terminou no Rio de Janeiro em 17 de junho.³⁴ Para a realização da viagem, tema de diversos livros, foi necessário modificar alguns instrumentos de uso marítimo, adaptando-os ao uso aéreo, possibilitando a precisão da rota e do consumo de combustível. Como era preciso amerissar perto de pequenas ilhas ao longo do oceano, qualquer desvio da rota poderia causar uma pane seca.

³² Hallewell explicita que - na primeira tabela citada (de n.º 12) - estão incluídos jornais, periódicos e mapas, mas não explicita se a segunda tabela (originalmente de n.º 10) também contaria com tais edições.

³³ No entanto, ressalta-se que a influência francesa vinha também por tabela, mediada pela influência desta na literatura portuguesa. Zola é um dos autores franceses que influenciou a literatura brasileira não só diretamente, mas também indiretamente através de autores portugueses realistas.

³⁴ A primeira parada foi ainda no dia 30 de março, nas Ilhas Canárias. A 5 de abril, a dupla portuguesa decolou de Cabo Verde e chegou às Ilhas Vicente. No dia 18, o hidroavião Lusitânia sofreu um acidente na chegada aos rochedos de São Pedro e São Paulo, já na costa brasileira. A viagem recomeçou de Fernando de Noronha em 5 de junho e foram feitas escalas em algumas cidades, como Recife (dia 5), Salvador (dia 8), Porto Seguro (dia 13), Vitória (dia 15). O jornal *Diário de Minas* relata as comemorações que houve nos dias seguintes ao término da travessia em vários estados brasileiros, sendo reforçada a participação de representantes de consulados e outras entidades dirigidas por portugueses residentes no Brasil. Reportagens desse feito também são encontradas em outros jornais e revistas da época: *Ilustração Brasileira*, *Careta*, *Fon-Fon*, *Revista do Brasil*.

Conforme o *Relatório da viagem aérea Lisboa-Rio de Janeiro*, a idéia da travessia começou na visita do então presidente brasileiro Eptácio Pessoa a Portugal em 1919, logo após uma travessia aérea do Atlântico Norte feita pelos norte-americanos. A proposta era uma integração luso-brasileira, pois “seria esta colaboração uma das formas de melhor estreitar os laços de amizade que sempre existiram entre as duas nações” (CABRAL, COUTINHO, 1964, p. 1).

Ao comparar esta travessia do Atlântico Sul com a realizada no Atlântico Norte pelos norte-americanos em maio de 1919, Armando Areias (2002, p. 21-22) aponta facilidades tidas por esses últimos, já que foram orientados por diversos *destroyers* espalhados pelo Oceano Atlântico e porque a Irlanda, ponto de chegada, é uma ilha com um enorme comprimento no sentido norte-sul.

É importante reproduzir cartas familiares da escritora Florbela Espanca que dão notícia da travessia e exemplificam como era o cotidiano de Portugal à época:

Nestes dias é que cá deviam estar; não imaginas o entusiasmo que vai por cá, por causa dos nossos aviadores. Os jornais não dão idéia do que isto é. Portugal está vivendo uma das suas horas mais belas. Estou ouvindo as salvas em Lisboa e parece que tudo rebenta dentro do meu coração. Tenho chorado, eu que nunca choro. É uma coisa extraordinária o que aqueles dois homens estão fazendo, e em Lisboa anda tudo maluco; não se descreve a ansiedade com que dia e noite se esperam notícias; até eu ando maluca, e poucas coisas já me comovem nesta vida. A marinha de guerra anda inchadíssima e com razão, caramba! Venham depressa gritar com toda a gente: Viva Gago Coutinho! Viva Sacadura Cabral! (ESPANCA, 1986, 250).

Nos meses seguintes ao feito que ligou Portugal ao Brasil pelos ares, os

aviadores visitaram diversos estados brasileiros. Conforme o jornal *Diário de Minas* da época, os aviadores chegaram a Belo Horizonte, vindos de São Paulo de trem, na manhã de 16 de julho, domingo, conhecendo a cidade e arredores até o final do dia 18, quando se dirigem de trem para a cidade do Rio de Janeiro.³⁵ Por onde passaram, promoviam-se festejos organizados por brasileiros e também por imigrantes portugueses, pessoas que ainda sofriam fortemente o sentimento contra a ex-metrópole, procurando assim possibilidades de negociação cultural e identitária.

Em Portugal - para onde os aviadores regressaram somente em outubro - igualmente houve manifestações e festas, além da publicação de diversos livros referentes ao feito, entre os quais se destaca *Nave etérea: em memória do descobrimento do caminho celeste para o Brasil*, do então jovem Vitorino Nemésio.³⁶

Nessas comemorações do centenário da Independência, o Brasil

³⁵ A importância desse feito pode ser descrita também por ocasião do desaparecimento de Sacadura Cabral, em 15 de novembro de 1924, no Mar do Norte, durante uma viagem aérea. Tal acidente é tema do poema pessoano "Sacadura Cabral", junto com o poema "Mar Português", este posteriormente foi incluído no livro *Mensagem*. Maria Aliete Galhoz, na sua edição da *Obra poética* de Fernando Pessoa, faz o seguinte comentário ao incluir esse poema no apêndice: "Embora não incluído pelo A., na economia da *Mensagem*, há um poema, publicado in *Athena* 3 [dezembro de 1924], que nos parece necessário adstringir a um Apêndice da *Mensagem*." (PESSOA, 1986, p. 663).

³⁶ Em sebos portugueses *on-line*, foram encontrados dois livros: *A alma portuguesa vibrando perante o glorioso feito de Gago Coutinho e Sacadura Cabral*, de Bota de Estrelas e *Viagem maravilhosa que Gago Coutinho e Sacadura Cabral fizeram pelos ares ao Brasil no ano de MCMXXII e que descreveu e pintou para o bom povo de Portugal*, de Meneses Ferreira. A *Revista do Brasil* de outubro e de novembro de 1922 resenha três livros publicados no Brasil: *Lusitânia*, de Ezechias da Rocha (Ed. Casa Ramalho, de Maceió); *A epopéia dos ases*, de Octávio Rangel (Tip. Coelho, do Rio de Janeiro); e *Saudação*, de Afonso de Freitas Júnior (Ed. Jacob Zlapotolsky, de São Paulo).

Outros textos sobre a travessia foram transcritos em fontes secundárias, como os livros de Pinheiro Correa, Armando Areias e Albino Costa. Pinheiro Correa transcreve o soneto "Caravelas do céu", de Afonso Lopes Vieira (1966, p. 378), e um trecho do poema "Nave etérea" (1966, p. 381-383), de Vitorino Nemésio, além de trechos em prosa sem indicação de fonte ou título de Antonio Candido, Afonso Lopes Vieira, Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro, Guerra Junqueiro, Coelho Neto, Vitorino Nemésio e Antônio Correia de Oliveira (1966, p. 335-351). Armando Areias (2002, p. 116) transcreve trechos poéticos de Vitorino Nemésio (não é o poema "Nave etérea") e de Antônio Correia de Oliveira. Já Albino Costa (1922, p. 7-9) transcreve trechos em prosa de Guerra Junqueira e Coelho Neto, sem indicar fonte ou título.

“pareceu preocupar-se mais com o tema da herança comum do que com qualquer identidade brasileira independente... Até mesmo os edifícios da Exposição foram erguidos em estilo colonial” (HALLEWELL, 1985, p. 242). De 17 a 27 de setembro, houve a visita do presidente da República Portuguesa, António José de Almeida, à capital federal brasileira,³⁷ o que evidencia a disposição política de manter os laços fraternais.

Hallewell argumenta, ainda, que na assinatura da “Convenção especial sobre a propriedade literária e artística entre o Brasil e Portugal”, ocorrida em 26 de setembro de 1922,

Os eufóricos sentimentos de fraternidade luso-brasileira engendrados pela ocasião levaram o governo brasileiro não apenas a oferecer a Portugal o mútuo reconhecimento dos direitos autorais com base na lei de 1912, mas também a conceder a suspensão das taxas alfandegárias sobre a importação de livros desse país (desde que fossem brochuras) (HALLEWELL, 1985, p. 191).

Em 1922, destaca-se ainda a realização da Semana de Arte Moderna, que promoveu um forte nacionalismo e, em certa medida, a valorização das raízes brasileiras e da busca de uma linguagem autenticamente nacional, tentando-se redescobrir o Brasil. Nas palavras de José Murilo de Carvalho, “os modernistas descobriram a arte barroca brasileira do século XVIII e deram nova valorização simbólica ao índio. Mário de Andrade dedicou-se à pesquisa do folclore, pouco cultivada desde os tempos de Sílvio Romero” (CARVALHO, 1998, p. 256).

Estabelecidos, mesmo que parcialmente, os contextos histórico e literário em que foram produzidas as obras analisadas, cabem agora breves

³⁷ Após a saída do Rio de Janeiro, houve uma parada em Recife, com a saída definitiva do Brasil ocorrendo em 2 de outubro. Essa visita foi, em parte, uma retribuição à visita de Epitácio Pessoa a Portugal, ocorrida em 1919.

notas de como era a literatura brasileira, centrando-se mais na sua manifestação impressa em periódicos do Rio Grande do Sul e da sua região meridional.

Literatura brasileira e periodismo literário do século XIX

Márcia Abreu registra que “o estudo da documentação produzida por órgãos censores demonstra que havia leitores na colônia, ao contrário do que muitas vezes se afirma” (ABREU, 2003, p. 87) e que a literatura também circulava através de cópias manuscritas, deixando muitas vezes dúvidas sobre autoria, como é o caso dos poemas atribuídos a Gregório de Matos.

Até a vinda da família real, a aquisição de livros era restrita aos importados de Portugal, após uma autorização do órgão de censura. Ainda conforme a mesma pesquisadora, “após a transferência da corte para o Rio de Janeiro, novas formas de contato com livros se abriram, ainda que constantemente supervisionadas por organismos censores” (ABREU, 2003, p. 29).

Em 1^o de junho de 1808, antes mesmo da liberação da imprensa em solo brasileiro, ocorrida após a vinda de D. João VI, é lançado o primeiro jornal brasileiro: o *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, editado em Londres por um brasileiro: Hipólito da Costa. Surgida em 10 de setembro de 1808, a *Gazeta do Rio de Janeiro* é o primeiro jornal publicado no Brasil e *As variedades ou Ensaios de Literatura*, publicado em Salvador (BA), em 1812, é considerado o primeiro periódico literário. Entre os jornais iniciais de maior reputação, está *O Patriota*, surgido em 1813, no Rio de Janeiro, e

posteriormente *Minerva Brasiliense* (1843-1845) e *Guanabara* (1849-1856), ambas também revistas do Rio de Janeiro.

Em referência ao final do período colonial, Márcia Abreu conclui que,

Consideradas não apenas as categorias e instituições convencionais em torno das quais se faz história da leitura - escolas, bibliotecas, livrarias, imprensa, impressos, leitura silenciosa e individual, posse de livros, alfabetização -, é possível perceber indícios de interesse pela erudição no Brasil. Não havia desinteresse por parte dos colonos e sim um empenho da metrópole em controlar o acesso à instrução e aos livros, como forma de mantê-los subordinados a ela. Apesar das limitações impostas, encontravam-se brechas no sistema: havia poucas escolas, mas professores particulares incumbiam-se da educação; não se podia imprimir, mas era possível importar livros e ler manuscritos; a presença de livreiros era restrita, mas era possível recorrer ao comércio alternativo e às relações com residentes na Europa que se incumbissem da compra e do envio dos livros; existiam poucas bibliotecas públicas, mas particulares disponibilizavam seus acervos; muitos eram os analfabetos, mas se podiam ouvir leituras em voz alta (ABREU, 2003, p. 348).

A independência política serviu assim para aumentar (e não para fazer surgir) o interesse em tipografias, que começaram a publicar jornais e livros em profusão, o que aumentou consideravelmente o público leitor e o número dos literatos.

Outro fator diferenciado para a época é a ausência de direitos autorais, o que possibilitou a publicação de livros de autores estrangeiros poucas semanas após o término de sua publicação em folhetins nos jornais europeus.

Ainda conforme Hallewell, “não havia nenhuma verdadeira lei de direitos autorais, como tal, no Brasil, até 1898” (1985, p. 170), apesar de várias delas

terem tentado proteger os direitos de autores portugueses e brasileiros.³⁸ Numa seqüência de acordos externos e leis internas,³⁹ ficou determinada a duração dos direitos autorais por sessenta anos após a morte do autor e por dez anos a das traduções.

Hallewell coloca o Rio Grande do Sul como centro das edições clandestinas, atribuindo a culpa principalmente à “Livraria Americana, de Carlos Pinto, originalmente estabelecida em Pelotas, no extremo sul do estado, na década de 1880” (1985, p. 311).

Após essas breves notas sobre a literatura no Brasil do século XIX, cabe agora buscar parâmetros para entender a produção da literatura no Rio Grande do Sul no mesmo período, com o intuito de identificar individualidades necessárias para o presente estudo.

Guilhermino César, em *História da literatura do Rio Grande do Sul*, aponta que a **primeira etapa** da literatura desse estado seria a oral, em que estariam incluídas as crônicas escritas por viajantes estrangeiros. Nessa etapa, salienta também o surgimento da imprensa, em 1^o de junho de 1827, com o jornal *Diário de Porto Alegre*, na capital gaúcha.

Conforme Nestor Ericksen, a primeira tipografia do Rio Grande do Sul

³⁸ Hallewell aponta a existência do artigo 5 do Tratado de Paz com Portugal (de 1825) que dizia que “as propriedades e os escritos dos súditos portugueses seriam protegidos e religiosamente guardados no Brasil”, assim como do artigo 261 do Código Criminal do Império, de dezembro de 1830, que garantia os direitos autorais por dez anos da morte do autor e/ou tradutor brasileiro. Curiosamente, Hallewell cita na seqüência “que houve uma segunda edição, clandestina, das *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, impressa em Pelotas menos de 12 meses após sua morte, em 1862” (p. 171).

³⁹ O Brasil referendou a I Convenção Pan-Americana de Direitos Autorais (Montevideú, 1889), aprovou uma lei em 1898 (regulamentando uma cláusula na Constituição Republicana de 1891), sediou a III Conferência dos Estados Americanos em 1906, aprovando a terceira versão da Convenção Pan-Americana de Direitos Autorais. O texto da IV Convenção Pan-Americana de Direitos Autorais em 1910 foi incorporado pelo decreto-lei de 2.577, de 17 de janeiro de 1912 e pelo Código Civil de 1916. Ainda houve uma “Convenção especial sobre a propriedade literária e artística entre o Brasil e Portugal” (assinada em 26 de setembro de 1922 e aprovada como o decreto 4.818, de 24 de janeiro de 1924), a assinatura da Convenção de

foi implantada pouco meses depois da de São Paulo.⁴⁰ Essa constatação desfaz o repetido argumento de que o Rio Grande do Sul tenha sofrido um atraso no desenvolvimento de sua imprensa,⁴¹ com base em que o *Diário de Porto Alegre* tenha surgido quase um século depois de 1737, data de fundação do forte Jesus-Maria-José, origem da cidade de Rio Grande, marco inicial da formação histórica do Rio Grande do Sul.

Nota-se assim que o atraso no desenvolvimento da imprensa ocorreu igualmente em todo o Brasil e que até se poderia considerar o Rio Grande do Sul em melhor situação, já que a criação da primeira gráfica se deu menos de um século após a fundação de sua primeira povoação, enquanto a província de São Paulo - assim como outras províncias - teria ficado mais de dois séculos sem uma gráfica própria.

Carlos Dante de Moraes tem a mesma opinião sobre um teórico atraso cultural gaúcho, lembrando que, “às vésperas da nossa independência política, existia uma única aula de latim em Porto Alegre, e nenhuma de primeiras letras, custeada pelos cofres públicos, em toda a Capitania” e que, apesar disso, a vida cultural no Rio Grande do Sul teria começado cedo, pois a região já contava com “um número apreciável de humanistas e homens de cultura. Estes não são apenas rio-grandenses, mas brasileiros de outras plagas,

Berna (existente desde 1908) e, por fim, entre outras, a Declaração dos Direitos Autorais, de 1971.

⁴⁰ Para esse autor, depois de Pernambuco e Paraíba terem suas gráficas no primeiro decênio do século XIX, Pará, Ceará, São Paulo (em fevereiro de 1827) e Rio Grande do Sul seriam as outras províncias a terem primeiramente um prelo. No entanto, há registros de jornais publicados anteriormente em Minas Gerais - cujo primeiro jornal, *Compilador Mineiro*, é de 1823 - e em outras províncias nordestinas, como o Maranhão.

⁴¹ Mauro Nicola Póvoas (2005), em sua tese, cita, em rodapé, duas obras que usam esse raciocínio sobre o atraso da formação cultural do Rio Grande do Sul: “SILVEIRA, Carmen Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. O Partenon Literário: imprensa e sociedade literária. In: ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmen Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *O Partenon Literário: poesia e prosa*. Porto Alegre: EST; Instituto Cultural

filhos de Portugal ou de outros países” (MORAES, 1959, p. 180).

Na seqüência, Moraes contraria vários críticos literários gaúchos, desmentindo novamente as ligações da atividade constante de guerra com a debilidade da qualidade estética dos sul-rio-grandenses. O autor indica a fertilidade dos poetas surgidos durante a Revolução Farroupilha (1835-1845)⁴² e a constituição do Partenon Literário, ocorrida em plena Guerra do Paraguai.

José Murilo de Carvalho acrescenta um dado que pode ser considerado como muito mais influenciador do pretenso “atraso cultural” do Rio Grande do Sul. Analisando a relação entre os estudantes brasileiros matriculados na Universidade de Coimbra e a população de cada província, conclui que “a relativa ausência de gaúchos em Coimbra foi certamente uma razão adicional para o isolamento da província e seu sempre problemático relacionamento com o governo central” (CARVALHO, 1981, p. 58).⁴³ Esse dado, no entanto, evidencia para um distanciamento entre as elites gaúcha e brasileira, e não tem tanta relação com a vida cultural de então, pois o Rio Grande do Sul já era tido como uma das províncias mais ricas do país.

Abordando os jornais fundados entre 1827-1835, Francisco Rüdiger cita que

esses periódicos tinham pequeno formato (28 cm x 18 cm) e suas tiragens giravam em torno de 400 exemplares. A circulação era, em sua grande maioria, duas ou três vezes por semana; os jornais

Português, 1980. p. 16-17; e ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 12-13”.

⁴² Guilhermino César, contudo, mostra como “a imaturidade literária do período farroupilha é evidente” e que “o estudo de tais poetas seria perfeitamente escusado numa história que procurasse, de preferência, fazer ressaltar os valores estéticos mais genuínos” (1971, p. 71).

⁴³ Através de gráficos (p. 59), o autor mostra que, apesar de ter mais de 5% da população brasileira, os gaúchos eram só 1,52% entre os 1.242 estudantes brasileiros matriculados na Universidade de Coimbra. São Paulo estava na mesma situação da desvantagem gaúcha (respectivamente 9,2% e 3,7%). Em situação oposta, estavam Maranhão (2,4 % da população e 8,7% dos estudantes), Bahia (15% e 26%) e Rio de Janeiro (10% e 27%). Antônio José Gonçalves Chaves, citado por João Pinto da Silva (1930, p. 17), já apontava numeros semelhantes.

diários eram poucos e geralmente não sobreviviam por muito tempo (RÜDIGER, 2003, p. 21).

Mesmo nesse contexto difícil, o principal veículo da literatura continuava sendo a imprensa, centrada em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, sendo o único meio para a publicação das obras dos poetas locais, pois ainda inexistiam editoras de livros. Nessas cidades, os jornais já tinham uma grande importância, destacando-se os vanguardistas *Noticiador*, o primeiro jornal rio-grandino (fundado em 3 de janeiro de 1832), e *O Pelotense* (fundado em 7 de novembro de 1851), o primeiro jornal de Pelotas.

As primeiras produções poéticas de Antônio José Domingues são datadas de 1832, ano da instalação da vila de Pelotas, quando teria feito declamações em público em meio a apresentações teatrais. Mesmo assim, o registro em papel dessas composições poéticas só irá ocorrer na segunda metade do século, após a fundação do jornal *O Pelotense*, produzido na primeira gráfica pelotense.

Sobre a imprensa desse período, Guilhermino César afirma que:

[em] todos os jornais, da capital como do interior, predominava o tom polêmico, o partidarismo faccioso, dividindo as opiniões entre liberais e restauradores, aqueles adeptos de um nacionalismo extremado, jacobinos violentos, enquanto estes, na maioria portugueses, ou ligados aos restauradores, se opunham ao jacobinismo e à violência dos patriotas (CÉSAR, 1971, p. 89, grifos meus).

Nessa divisão da história literária gaúcha, o marco para o início da **segunda etapa** seria a publicação, em 1834, do livro *Poesias*, de Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), considerado então o primeiro livro da literatura gaúcha, quando também ocorre a “assimilação consciente dos valores integrantes da cultura nacional” (CÉSAR, 1971, p. 18). Ao publicar a

sua história literária, Guilhermino César não tinha conhecimento da naturalidade sul-rio-grandense de Maria Clemência da Silveira Sampaio (1789-1862), que publicou anteriormente o opúsculo intitulado *Versos heróicos*, em 1823, no Rio de Janeiro.

Somente em 1972 é que Domingos Carvalho da Silva comprovou o pioneirismo dessa autora, embora ainda predomine a idéia de que Delfina Benigna da Cunha seja a pioneira nas letras gaúchas. Nas palavras de Maria Eunice Moreira, *Versos heróicos* é “um longo poema, escrito para comemorar a aclamação do primeiro soberano brasileiro e marcar a presença de habitantes do Rio Grande no momento histórico que vivia a nação brasileira” (MOREIRA, 2003, p. 14).

Para essa pesquisadora, em 1822, a então vila de Rio Grande “apresentava-se como o centro de comércio de carne seca, couros, sebo e trigo, que garantiam a subsistência de seus habitantes e, em alguns casos, a riqueza de seus negociantes” (MOREIRA, 2003, p.20), esclarecendo em seguida que “a classe comerciante do Rio Grande [era] constituída principalmente por portugueses vindos dos Açores” (MOREIRA, 2003, p. 20-21).

O viajante belga A. Baguet descreve a cidade rio-grandina em 1845, em seu *Viagem ao Rio Grande do Sul*, em seus aspectos negativos e positivos:

suas ruas são mal iluminadas, algumas nem são pavimentadas, e não possui nenhum edifício realmente digno de nota. (...) Mas graças a seu comércio e seu porto, que é o único desta rica província, a cidade sofrerá, pela força das circunstâncias, uma transformação completa. Já possui um teatro, uma espaçosa alfândega e outros edifícios estão em construção (BAGUET, 1997, p. 29-30).

É desse período o comentário de Ubiratan Machado sobre a ida de companhias teatrais da Corte ao Rio Grande do Sul, “onde havia pelo menos três teatros de excelente nível” (2001, p. 304), para depois citar as cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, esta última como “ponto de parada obrigatória”. No censo de 1848, a cidade contava então com uma população de pouco mais de dez mil habitantes, número que aumenta para cerca de quinze mil no censo seguinte, em 1858, realizado logo após a epidemia de cólera que atingiu a província na metade dessa década.

Ainda fazem parte dessa etapa *Divina Pastora*⁴⁴ (1847) e *O Corsário* (1851), romances de Caldre e Fião (1821-1876), considerados os primeiros sul-rio-grandenses. As obras desses três pioneiros - Maria Clemência, Delfina da Cunha e Caldre e Fião - foram publicadas no Rio de Janeiro, pois eram raras as gráficas no Rio Grande do Sul e, em grande parte desse período, por ter sido esse estado o palco da Revolução Farroupilha (1835-1845). Esse acontecimento histórico foi um tema literário recorrente e a maioria dos poemas impressos nesse período - como os de Delfina Benigna e Antônio José Domingues - eram financiados pelo Imperador D. Pedro II,⁴⁵ tendo por este motivo um caráter legalista e anti-republicano, ao contrário da produção oral

⁴⁴ O único exemplar conhecido desse romance foi encontrado em 1992 pelo livreiro pelotense Adão Monquelat, sendo fonte para a republicação da obra no mesmo ano. Por isso, os livros críticos anteriores ao fato fazem menção ao desconhecimento de qualquer volume do romance, considerando-o como perdido. Vale lembrar que durante muito tempo o conhecimento de tal obra devia-se ao fato de sua divulgação num jornal. Se não fosse essa fonte primária, não teria ocorrido a procura durante décadas, nem o resgate do exemplar encontrado.

⁴⁵ Márcia Abreu (2003, p. 244) relata que o mesmo ocorria na Corte, à época: “Muitos parecem ter-se empolgado com a idéia de se tornarem poeta. Basta ver a quantidade de obras em verso escritas por moradores do Rio de Janeiro e publicadas pela Imprensa Régia. Muitas delas associavam procedimentos poéticos e retóricos, lançando mão com especial interesse do gênero epidítico ou demonstrativo. O objeto e destinatário principal dos discursos poéticos eram, na maior parte das vezes, uma pessoa da Família Real”.

- elogiosa, em sua maioria, aos rebeldes farroupilhas - que circulava na região e que foi somente reunida em livro já no século XX.

O auge da literatura gaúcha no século XIX dá-se através do aparecimento da revista *O Guaíba* (1856-1858) e da *Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário* (1869-1879), periódicos que marcam o início respectivamente da terceira e da quarta etapas⁴⁶ da literatura no Rio Grande do Sul na divisão proposta por Guilhermino César. Carlos Baumgarten destaca a importância dessas duas revistas:

A atividade realizada pelo grupo d'*O Guaíba* realmente constitui-se numa primeira tentativa de conferir maior uniformidade ao processo literário sulino, àquela altura ainda marcado por manifestações isoladas nos mais diferentes pontos da Província. O trabalho desenvolvido pelo *Guaíba* se reveste de um caráter agregador e pioneiro e, em certa medida, dá início a uma tarefa mais tarde concluída pelos escritores e intelectuais reunidos em torno da *Sociedade Partenon Literário* (BAUMGARTEN, 1997, p. 85).

As principais diferenças entre essas etapas baseiam-se em que a terceira está solidificada quase que exclusivamente na lírica e é isenta de traços locais, enquanto que já irão surgir diversos textos em prosa na quarta etapa, a maioria com traços locais e linguagem regional. Novamente a produção literária mistura-se com aspectos históricos, agora devido à Guerra do Paraguai (1865-1870).

Através da forte influência da agremiação do Partenon, ocorre nesse período o início de uma literatura regional através da publicação de três textos de Apolinário Porto Alegre: *O Vaqueano* (1872), *Paisagens* (1875) e *A*

⁴⁶ De forma extremamente resumida, as etapas seguintes - que não serão importantes para esta tese - marcariam o surgimento, estabelecimento e "queda" das escolas realista e parnasiana (1884-1902), simbolista e pré-modernista (1902-1925), modernista (1925-1947) e

Tapera (1875), e outro de Bernardo Taveira Júnior, *Provincianas* (1886). *Provincianas* reúne poemas que o autor compusera na década de 1860 e aguardara doze anos por uma edição. Múcio Teixeira, entretanto, reivindica para si a primazia na abordagem da temática sul-rio-grandense, por causa das poesias com esse teor em *Novos ideais*, de 1880. Cumpre registrar que, na apresentação dessa obra, Carlos Baumgarten e Maria Eunice Moreira argumentam que “As *Provincianas*, contudo, constituem a primeira obra da literatura rio-grandense a apresentar unidade em torno dos temas gaúchos” (BAUMGARTEN, MOREIRA, 1986, p. 10).

É nesse momento que acontece a formação de um sistema literário no Rio Grande do Sul, pois se cria aos poucos uma relação mais forte entre autor, obra e público em virtude da popularização dos jornais e ambas as etapas caracterizam-se pela formação de grupos organizados em torno da literatura e cuja escrita tem fortes traços românticos. Até então, os jornais atingiam uma parcela ínfima da população, fazendo com que os autores - como Antônio José Domingues - publicassem basicamente para seus pares, com um público leitor pouco influenciado e pouco influenciador da literatura produzida.

Infelizmente, muitas das informações necessárias para um entendimento da formação do sistema literário sulino ainda são desconhecidas ou foram parcamente divulgadas. É preciso então entender que projetos de pesquisa, dissertações e teses que procuram refletir sobre o sistema literário gaúcho no século XIX não são totalizantes, já que dados sobre bibliotecas, livrarias, leitores e jornais desse período ainda não são suficientes para uma

contemporânea (após 1947), embora sempre nelas coexista a tendência de caráter regionalista, tanto na temática, como na linguagem.

compreensão ampla do que seria a formação e o estabelecimento do sistema literário local.

Nelson Werneck Sodré destaca a região sulina, pois nesse século “é significativa a relação de jornais circulando na província de São Pedro do Rio Grande do Sul” (SODRÉ, 1966, p. 213), listando os diversos jornais na capital e na cidade de Rio Grande, que, em sua grande maioria, ainda foram pouco estudados e ou catalogados. Em 1884, por exemplo, “publicaram-se, diariamente, 18 [periódicos], não tendo menos de cinco a capital, igual número em Pelotas e Rio Grande e três em Jaguarão” (SCHNEIDER, 1958, p. 97).

Azevedo Júnior e Silvino Vidal, dois dos poetas estudados nesta tese, eram alguns dos autores que participaram do Partenon Literário e que publicaram poemas na sua revista mensal. Guilhermino César (1971, p. 176) os inclui numa extensa lista de nomes, destacando Silvino Vidal como “português”, fato que não ocorre com Azevedo Júnior, talvez pela confusão feita por Villa-Bôas (1974) e Lothar Hessel (1976) de que esse poeta teria nascido em Pelotas. Guilhermino César adverte logo após que

a maioria desses nomes (nem todos gaúchos) não desperta hoje a menor ressonância nos arraiais literários. Estão mortos e bem mortos, mas foram, em sua época, os mentores principais, constituíram a elite do Rio Grande do Sul (CÉSAR, 1971, p. 179).

Ressalte-se, na avaliação do estudioso, a importância conferida ao levantamento e à recuperação de fontes primárias de textos que, muitas vezes, não resistiam ao tempo, sucumbindo ao padrão estético contemporâneo, embora exercessem importância no sistema literário de que fizeram parte. Antonio Candido salienta, por exemplo, como grandes autores

do século XIX, com produções já consolidadas e com recepção consistentemente já ancorada no sistema literário, usufruíram de ‘pequenas conquistas’ de escritores anteriores cujas obras, vistas isoladamente, não representavam grandes ousadias formais ou temáticas.

É desse mesmo período o texto “José de Alencar - estudo biográfico”, de Apolinário Porto Alegre, em que defende, nos passos de José de Alencar, a busca constante de uma língua nos moldes brasileiros, portanto diferenciada da portuguesa, já que “em Portugal tudo é estacionário, porque ele vive da tradição; no Brasil tudo caminha, é impetuoso, porque ele vive da esperança, o futuro é seu norte” (PORTO ALEGRE, *apud* BAUMGARTEN, 1997, p. 228-229).

Dante de Moraes, ao analisar os integrantes do Partenon, descreve-os inicialmente como “homens sisudos, que cantavam lamurientemente virgens, flores mimosas, brisas, males de amor, pieguices, é uma repetição de segunda ordem, do que o romantismo indígena celebrizava em prosa e verso (...) numa tentativa apaixonada de acompanhar o passo da literatura nacional” (MORAES, 1959, p. 183), acrescentando em seguida que “quem os lê, tem a impressão de que flutuavam, numa literatura sem raízes locais” (MORAES, 1959, p. 184). Essas características, no entanto, são do início do movimento partenonista, já que aos poucos alguns desses autores começam a usar a “cor local”, como já argumentado.

É nessa última etapa que floresce o Romantismo de cunho liberal, defensor e pregoeiro da liberdade, com um forte tom político de cunho liberal e republicano. Os ideais representados nas poesias também eram realizados no plano prático, pois a Sociedade Partenon Literário promoveu diversos saraus para arrecadação de fundos com o fim de possibilitar a abolição dos

escravos e oferecer educação noturna a adultos.

Os jornais, literários ou não, marcavam sua tendência política: conservadora ou liberal. O rio-grandino *Eco do Sul*, por exemplo, manteve sempre sua tendência de jornal de cunho político, expresso pelos artigos escritos pelos autores locais e também pela reprodução de autores de São Paulo e Rio de Janeiro.⁴⁷ Outros jornais e revistas destacavam-se pela promoção de idéias feministas, como o *Corimbo* e *Violeta*, da cidade de Rio Grande, dirigidos pelas irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro.

Autores como Pinto Monteiro, Rocha Galo, Azevedo Júnior e Albino Costa publicaram a maioria de seus poemas inicialmente em jornais como os rio-grandinos *Mercantil* e *Eco do Sul* ou os pelotenses *Diário de Pelotas* e *Tribuna Literária*, onde publicavam textos literários em prosa, discursos e teses políticas. Regina Zilberman (1992, p. 14) propõe uma divisão na literatura desse período em duas linhagens: uma romântica (centrada em temas da infância, morte e amor desenganado) e outra regional (que valoriza o índio e o gaúcho, o passado e as guerras).

Hallewell revela que “o período de crescimento do Rio Grande do Sul ocorreu uma geração mais tarde [que o de São Paulo], durante a República Velha (1889-1930). No Império, permanecera uma região de fronteira sempre conflagrada, a custo incorporada à vida nacional” (HALLEWELL, 1985, p. 309), acrescentando que,

nos derradeiros anos do Império, Porto Alegre era uma pequena cidade de 25.000 almas, sem

⁴⁷ Francisco das Neves Alves mostra que, “desde os primeiros tempos, o jornal filiou-se à causa do Partido Conservador, vinculação que se tornou ainda mais direta a partir da década de oitenta, quando o jornal transformou-se num ‘órgão partidário’” (2001, p. 103).

abastecimento público de água nem esgoto, sem iluminação de rua após as dez da noite, com apenas dois bancos e só três livrarias. Era uma capital sem nenhuma instrução de ensino superior e um porto marítimo que dependia de um solitário vapor que, uma vez por mês, a ligava ao resto do país (HALLEWELL, 1985, p. 310).⁴⁸

Destacando, na seqüência, a importância do governo de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros na inversão desse suposto estado de letargia, Hallewell erra ao falar de um porto marítimo em Porto Alegre. O único no estado sulino, de então e até os dias de hoje, encontra-se na cidade de Rio Grande e foi o porto por onde a capital recebia a maioria das notícias e dos produtos.

Erra também o historiador ao apontar que “já em 1891” - portanto antes dos governos citados - “o número de bancos em Porto Alegre subira para dez” (HALLEWELL, 1985, p. 310). Em outros trechos, o autor destaca que a cidade de São Paulo vivia em situação parecida, pois sua expansão foi causada por um “afluxo de flagelados, fugindo à terrível seca no sertão do Nordeste, em 1877-1880, [que] ajudou a inchar a população da cidade, que atingiu 44.030 em 1886” (HALLEWELL, 1985, p. 230) ou mesmo que “no fim do século (...) São Paulo ainda tinha apenas oito livrarias” (HALLEWELL, 1985, p. 232).

Em meio a um sistema literário ainda nascente, no interior de uma região que recentemente tentara tornar-se independente do Império Brasileiro e num tempo e num país em que o conceito de nação ainda estava se formando, entre a independência política em 1822 e a Proclamação da República em 1889, é que publicavam os autores nascidos em Portugal e

⁴⁸ Esses números não são os mesmos mostrados por Francisco Rüdiger, para quem “Porto Alegre passara dos 6 mil habitantes, em 1810, para 15 mil, em 1830; Rio Grande passa, no mesmo período, de 3.500 para 12 mil habitantes” (RÜDIGER, 2003, p. 19).

imigrados para o Rio Grande do Sul.

Mauro Nicola Póvoas mostra que, entre os portugueses imigrados para o Rio Grande do Sul,

Muitos estabeleceram-se no eixo Rio Grande-Pelotas, aclimatando-se ao estado sulino e logo se agrupando em clubes literários, sem deixar de, na nova terra, estampar suas produções literárias - em jornais, revistas e às vezes inclusive em livros próprios -, nas quais cantam desde as saudades da terra lusitana até as belezas da pátria que os acolheu (PÓVOAS, 2005, p. 25).

Como já exposto na introdução, havia também fatos que evidenciavam a lusofobia no Brasil. Guilhermino César, ao dissertar sobre o drama *Talita* (1907), de Pinto da Rocha, mostra que “a ação passa-se toda numa aldeia portuguesa, fato que serviu ao nacionalismo da época para hostilizar o poeta, quando da representação da peça em Porto Alegre, criando incidentes e provocando rumorosa polêmica” (CÉSAR, 1969, p. 236), “sobre a impregnação cultural lusitana com que se apresentara, irritando os xenófobos da terra” (CÉSAR, 1969, p. 254).

Apesar de incidente desse tipo, vários dos imigrantes portugueses influenciaram fortemente o estabelecimento do sistema literário e, se atualmente encontram-se excluídos das histórias literárias gaúchas, tiveram importância na época e foram decisivos para a formação de valores nacionais e literários. Prova disso são a participação de Antônio José Domingues na formação da imprensa e da literatura pelotense,⁴⁹ a importância de Rocha Galo na construção da biografia de Lobo da Costa ou mesmo a forte

⁴⁹ Guilhermino César afirma que “morto Antônio José Domingues, tomou-lhe o lugar, como agitador do meio intelectual rio-grandense, seu patrício Antônio Joaquim Dias” (CÉSAR, 1971, p. 166).

repercussão da sua morte trágica em 1890. Outros exemplos são a expressiva participação de Silvino Vidal na Sociedade Partenon Literário e as conquistas políticas e sociais feitas por Albino Costa.

Importante ressaltar que a maioria desses escritores eram crianças ou adolescentes quando imigraram, não tendo contato com irmãos ou pais. O suporte familiar, algumas vezes, era algum parente distante já estabelecido no Brasil, o que criava de certo modo uma comunidade de portugueses que se ajudavam mutuamente, mas sem evidentemente criar bairros (ou mesmo cidades) étnicos, tão comuns em relação ao que ocorreu com outras nacionalidades.

A possibilidade da existência de uma comunidade fechada é desfeita se analisadas suas relações pessoais, já que em, sua grande maioria, os sete autores se casaram com brasileiras, aqui criaram seus filhos e permaneceram até a velhice, sem nunca terem voltado a Portugal. As exceções são Rocha Galo e Pinto Monteiro - que foram casados, mas morreram jovens de forma inesperada - e Albino Costa, o único que enriqueceu e, provavelmente por isso, visitou à terra natal, revendo pais e outros parentes.

Dos sete poetas selecionados, o único que com certeza tinha curso superior era Antônio José Domingues, que foi professor público. Albino Costa, pela sua atuação política e situação financeira, era outro que poderia ser enquadrado como parte da elite de então. Joaquim Carlos de Almeida atuou como bibliotecário na Sociedade Congresso Português D. Luís I, mas não há dados se era essa sua profissão. Os outros atuavam como jornalistas e poetas, limitando-se a essas atividades, sem possibilidade de serem considerados uma elite intelectual, apesar de o jornalismo ser uma das maneiras mais eficientes

para o ingresso na política ou em algum cargo público.

A elite econômico-política tratada por José Murilo de Carvalho distancia-se de um conceito de uma elite intelectual por diversos fatores, ao destacar o preconceito da sociedade em aceitar um ‘cidadão de bem’ - médico, advogado, político etc. - que fosse poeta ou romancista, o que leva Ubiratan Machado a salientar que

publicar um livro de versos, de teatro ou de ficção depois de formado era atestado de um espírito desajustado. Ou efeminado. Ou perigosamente inconformado. De qualquer forma, incompatível com a seriedade da vida profissional (2001, p. 170).

Tal atitude de preconceito contra a atividade artística atingiu a carreira política de José de Alencar em diversas situações (cf. MACHADO, 2001) e também ocorreu no Rio Grande do Sul. Exemplifique-se com os acontecimentos envolvendo o jornal *O Brado do Sul*, em 1858. Intimado pela polícia a declarar o editor responsável pelo periódico, criou-se um dilema para o proprietário Domingos José de Almeida: se, por um lado, não poderia apontar o verdadeiro editor, Carlos von Koseritz, por este ser estrangeiro; por outro, não poderia assumir pois era “inadmissível que um cidadão de prestígio fosse reconhecer de público que se encontrava no exercício da função” (MAGALHÃES, 1993, p. 247).

A produção poética desses luso-brasileiros, em sua quase totalidade, ficou à parte da construção do mito do gaúcho - existente a partir da Revolução Farroupilha (1835-1845) -, realizada numa tentativa de formar “uma nação pela narração” (BHABHA, 1998, p. 202). Esse desvio temático talvez seja o motivo que causou sua exclusão das histórias literárias do Rio Grande do Sul, como as de João Pinto da Silva (1924), de Guilhermino César

(1956) e de Regina Zilberman (1980), já que não atendiam ao propósito regionalista dos textos desses historiadores.

Guilhermino César admite inclusive que os poetas partenonistas “nem sempre lograram naturalidade artística, mas seriam incomparavelmente menos fecundos se persistissem em seguir os padrões lusitanos” (CÉSAR, 1971, p. 174). Fica então a dúvida de qual seria esse padrão lusitano e como seria possível determiná-lo. Logo a seguir, o historiador literário assegura também que

Emprestaram-se a todos os filhos do Sul os valores da comunidade fronteiriça. Na ordem literária, as zonas de colonização estrangeira, embora compreendam a maior parte do território rio-grandense, foram praticamente excluídas da área sentimental geradora de motivos (CÉSAR, 1971, p. 189-190).

Mas deve-se realçar o exagero do termo “todos” acima, já que nenhum movimento literário tem adesão total. É certo que houve “filhos do Sul”, nativos ou adotivos, que tinham motivos literários diferentes dos padrões estabelecidos pela corrente pampeiro. É provável que nem todos os romancistas e poetas produziram textos “em função da busca de uma identidade nacional, do que é ser brasileiro literariamente falando, ou gaúcho” (BORDINI, 2005, s/p.).

Acrescente-se assim outra pergunta: quais destinos as histórias literárias deram para esses poetas que se exprimiram fora do padrão pampeiro? Essas são perguntas que ainda permanecem para a etapa seguinte.

Algumas reflexões teóricas necessárias

De modo geral, reitera-se o exposto de que essas histórias literárias registram um *corpus* quase exclusivamente de textos com temas gauchescos, retratando o espaço do pampa e seus personagens típicos de forma idealizada. Antonio Candido (1989, p. 159) lembra que “o regionalismo foi uma etapa necessária, que fez a literatura, sobretudo o romance e o conto, focalizar a realidade local”.

Mas esse tema regionalista não é encontrado nos poemas dos autores selecionados e, assim, as reflexões de alguns teóricos serão importantes na avaliação da diferença desse *corpus* em relação à poética divulgada pelas histórias literárias do Rio Grande do Sul. Roberto Ventura mostra como Jauss também aponta que a construção de um cânone “levou à exclusão dos textos divergentes do modelo dominante de literatura.” (VENTURA, 1991, p. 164).

Dos teóricos brasileiros, serão referenciados alguns como José Murilo de Carvalho, que relaciona o conceito de nação imaginada ao Brasil, e Marilena Chauí, que estuda o mito fundador brasileiro. A análise de Roberto Ventura sobre a crítica de Sílvio Romero e de Araripe Júnior também representará contribuição importante para o presente trabalho.

Antonio Candido contribuirá com as idéias expressas no ensaio *Literatura e subdesenvolvimento*. Essas reflexões são condizentes com a época estudada, em que há tentativas da criação de um sentimento de nacionalidade e em que a poesia - assim como os romances e as pinturas - buscava alimentar esse sentimento na população.

A utilização de teorias contemporâneas para a análise de poemas do século XIX apresenta inevitáveis anacronias e distorções teóricas. De algum

modo, uma visão anacrônica sempre ocorre quando o pesquisador ou o crítico volta-se para o passado, já que é impossível se ver livre totalmente do olhar da sua própria época (e isso nem seria desejável).

Autora de uma pesquisa sobre três poetas argentinos exilados no Brasil - José Mármol (*Cantos del peregrino*), Domingo Faustino Sarmiento (*Viajes e Campaña en el Ejército Grande Aliado de Sud-América*) e Juan Mariá Gutiérrez (“un diario de viaje e poemas con tema brasileño”) ⁵⁰ - durante o governo de Rosas, e que aqui publicaram seus textos, Adriana Amante adverte:

Si, como sostiene Edward Said, la cultura es el concepto que ha venido a sustituir al de lugar para darle mayor pertinencia al *being at home in a place* (Said, 1983), el estudio del siglo XIX podría repensar desde dónde y cómo puede volver a ser abordado, entonces, el concepto de nación (AMANTE, 2000, p. 145).

Continua a autora:

No me interesa proponer una adscripción absoluta - que se revelaría acrítica - de los estudios culturales, poscoloniales o de lo subalterno; pero tampoco un rechazo en bloque. Me interesa apropiarme de algunos conceptos, de algunas maneras de recortar escenas iluminadoras o modos de abordaje al material de investigación que esos estudios proponen (AMANTE, 2000, p. 147).

É com esse pensamento que também julgo importante essa imbricação de teorias contemporâneas com poemas de imigrantes portugueses no Brasil do século XIX para refletir sobre sua especificidade em relação à literatura sul-rio-grandense. Penso ser possível refuncionalizar os conceitos atuais para o contexto sociohistórico da produção de poemas escritos ao longo do primeiro

⁵⁰ Interessante perceber como, dentre os três, só um assimila a cultura brasileira, enquanto os outros dois ainda permanecem com o sentimento ligado à terra pátria.

século de independência brasileira, já que muitas das observações feitas pelos teóricos contemporâneos são, em certa medida, atemporais. Leve-se também em conta o fato de a divisão da literatura baseada num critério nacional criar uma brecha para a literatura migrante, uma vez que, conforme Stuart Hall,

a migração e os deslocamentos dos povos têm constituído mais a regra que a exceção (...). As pessoas têm se mudado por várias razões - desastres naturais, alterações ecológicas e climáticas, guerras, conquistas, exploração do trabalho, colonização, escravidão, semi-escravidão, repressão política, guerra civil e subdesenvolvimento econômico (HALL, 2003, p. 15).

A literatura do período aqui estudado tinha uma forte carga nacionalista, tentando construir a utopia da pátria e a impossibilidade de se viver feliz fora da terra natal, local onde o poeta deveria integrar-se e identificar-se plenamente. Já no século XX, com conceitos como literatura pós-colonial e de literatura de diáspora predominando na cena cultural contemporânea, as noções de pátria e nação tornaram-se questionáveis e opacas, negando assim um espaço à utopia nacionalista, mesmo àquela presente nas situações de exílio.

A aproximação deste *corpus* do século XIX às teorias contemporâneas pode adensar a reflexão e o questionamento em relação ao chamado pós-colonial. Será possível utilizar esse termo na literatura contemporânea de países como Brasil e Portugal? Ou esse conceito deve ser aplicado à literatura luso-brasileira do século XIX, quando cronologicamente foi nosso período imediatamente pós-colonial? Como aplicar, na relação luso-brasileira, esses termos comumente usados para a produção literária de outros países que conquistaram sua emancipação política após a Segunda Guerra Mundial?

Refletir sobre essas importantes questões para a literatura de língua portuguesa pode possibilitar a realocação dos conceitos fundamentais de teóricos contemporâneos para a análise da especificidade (ou não) dos textos produzidos pelos poetas imigrantes aqui selecionados.

Esse olhar contemporâneo sobre a poesia predominantemente romântica evidencia a diferença do conceito de nacionalidade existente na literatura dessas épocas, confirmando a consciência dos textos sobre a (im)possibilidade de retorno à terra natal e até mesmo à infância nessa terra.

Para Hall, perpassam no conceito de pós-colonial dois traços distintos: um caráter cronológico, baseado num sistema binário em que se separa colonial e pós-colonial, e um caráter teórico, ancorado na permanência dos efeitos secundários na relação de configuração de poder, que *ainda* ocorrem.

Tanto um traço como outro habilitariam a considerar a relação Brasil-Portugal no século XIX como sendo pós-colonial, embora só tenha havido uma mudança nas relações globais no século seguinte, quando várias colônias conseguiram independência política das metrópoles européias, mas raras foram as que conseguiram mudar “as novas relações e disposições de poder” (HALL, 2003, p. 107).

Abordando a época dos realistas, Afrânio Coutinho expõe ainda que nesse período, na quase virada do século XIX para o XX,

a independência de 1822 não cortara completamente as amarras com a Metrópole, continuando esta a exercer a sua ação colonialista através da aristocracia social e econômica, mais ou menos lusófila; através da poderosa colônia financeira lusa a que estavam subordinados o comércio, o sistema bancário, a imprensa; através da influência intelectual, pois ainda exerceu durante o século XIX forte fascínio a cultura portuguesa sobre os espíritos a despeito das novas

modas oriundas da França (COUTINHO, 2004, p. 331).

Essas palavras confirmam o intercâmbio luso-brasileiro intelectual e cultural exposto na introdução, mas não é possível admitir que essa influência valesse também para o campo político, dificultando a possibilidade de aceitação de que a configuração de poder ainda permanecesse a antiga. Mesmo que a família no poder imperial fosse descendente de portugueses, a influência de Portugal sobre a política brasileira era praticamente nula. Mesmo por motivos banais, o governo brasileiro cortava as relações diplomáticas com a ex-metrópole e era Portugal que saía perdendo com essa situação, já que havia uma sensível diminuição nos recursos financiados enviados para Portugal pelos seus cidadãos emigrados para a terra brasileira.

Após a proclamação da República, a falta de poder do governo luso pode ser exemplificada quando ocorre o decreto da “grande naturalização”. Se os governos da Alemanha, Itália e outros que possuíam uma grande comunidade de imigrantes reclamaram do decreto e criaram dispositivos protegendo seus interesses, Portugal pouco agiu para proteger seus cidadãos, deixando-os muitas vezes descobertos de ajuda, mesmo contando com uma grande quantidade de consulados e vice-consulados.

Assim, se fica fácil aplicar o conceito de pós-colonial para, por exemplo, a ficção contemporânea do romancista português Lobo Antunes, vale saber se haveria utilidade teórica em usar um conceito “qualitativo”, nos termos de Hall, para uma época que só equivale de forma “descritiva” à contemporânea.

Outro argumento é considerar que se, nos casos contemporâneos analisados, a diáspora foi da ex-colônia para a ex-metrópole, o caso aqui

analisado é diferente, pois a maior migração foi sempre, como demonstrado na introdução, de Portugal para o Brasil, tanto de intelectuais portugueses, como de milhares que realizaram trabalho braçal em terras brasileiras.

Esse dado é uma forte evidência de que, apesar de possível cronologicamente, a classificação contemporânea de pós-colonial para o período imediatamente pós-1822 é em grande parte inadequada e deixaria de absorver diversos outros aspectos sociohistóricos na relação entre Brasil e Portugal, restringindo o conceito teórico a um mero detalhe temporal.

Assim, essa leitura possibilita a percepção de que houve uma mudança da idealização da pátria no século XIX para uma consciência da “destruição” de pátria no século XX, já que a busca pela cor local da terra natal foi transformada numa crítica mordaz, em que só resta, ao exilado, uma eterna inadequação. Essa mudança deve-se em grande parte ao fim do período de formação dos estados-nação, em meados do século XX, e ao estabelecimento de um período em que as nações começam a ser questionadas e relativizadas.

Essa mudança força, também, a conclusão da impossibilidade de aplicar o termo “pós-colonial” para o Brasil do século XIX, apesar da semelhança “descritiva” com o atual pós-colonial, já que há grandes diferenças na base “qualitativa” desse conceito, impedindo assim a comparação mais aprofundada da relação luso-brasileira do pós-1822 com a relação afro-portuguesa de meados do século XX, por exemplo.

A inadequação do termo também ocorre em outros países, como Austrália, Estados Unidos, Canadá e os da América Latina (cf. HALL, 2003, p. 106). Hall adverte ainda que nem todos os países são pós-coloniais *num mesmo sentido*, mas todos *de alguma maneira* são pós-coloniais.

Se no século XIX o exílio no estrangeiro era visto como uma punição, pois o indivíduo não conseguia satisfazer o princípio básico de ligar-se à terra materna, a atualidade faz notar que também pode existir um exílio na terra natal, este como punição aos que retornam e trazem o elemento do diferente (ou do estranho) para dentro da chamada “unidade nacional”, destoando assim da construção do que é ser nacional dentro da “comunidade imaginada”, que é como Benedict Anderson (1989, p. 15) denomina os países nacionais.

No século XIX, o imigrante ainda buscava conservar as formas tradicionais da cultura de origem, mesmo no processo de negociação identitária com a terra de adoção, procurando manter-se fixo na identidade nacional construída. Esse imobilismo é o comum do período romântico pelo seu caráter nacionalista, em que predomina a recusa do diferente. Ao contrário, as obras contemporâneas tendem a usar personagens que se hibridizam, cujas identidades não são constantes ou fixas, construindo o que pode ser chamado de identificações, devido à sua mobilidade.⁵¹

Em “DissemiNação”,⁵² Homi Bhabha aponta que o discurso do nacionalismo não é o seu interesse principal, já que esse discurso pressupõe uma certeza histórica e uma natureza estável do termo. Argumenta ainda que o mais importante é perceber “as estratégias complexas de identificação cultural e de interpolação discursiva que funcionam em nome ‘do povo’ ou ‘da

⁵¹ Aqui é possível lembrar personagens de vários romances contemporâneos dos portugueses Lobo Antunes (*Os cus de Judas*) e Teolinda Gersão (*A árvore das palavras*).

⁵² Nesse texto, Homi Bhabha relata que participou “das reuniões de exilados, *emigrés* e refugiados, às margens de culturas estrangeiras, (...) reunindo os signos de aprovação e aceitação” (BHABHA, 1998, p. 198), deixando uma brecha para que uma análise de seu texto pudesse também identificar traços de assimilação da cultura local semelhante à análise a ser feita dos textos dos poetas portugueses emigrados para o estado sulino.

nação' e os tornam sujeitos imanentes e objetos duma série de narrativas sociais e literárias” (BHABHA, 1998, p. 199).

Continuando, o autor resenha algumas idéias de Edward Said, Frederic Jameson e Benedict Anderson, terminando por registrar a importância de Eric Hobsbawn, que

escreve a história da nação ocidental moderna sob a perspectiva da margem da nação e do exílio de migrantes [e segundo quem] a emergência da última fase da nação moderna, a partir de meados do século XIX, é também um dos mais duradouros períodos de migração em massa do Ocidente (BHABHA, 1998, p. 199).

Na seqüência, Bhabha nega a estabilidade do termo “nação” proposta por Hobsbawn, para quem “a nação preenche o vazio deixado pelo desenraizamento de comunidade e parentescos” (p. 199). Bhabha argumenta que a nacionalidade seria uma “construção cultural” e “uma forma de afiliação social e textual” com “estratégias complexas de identificação cultural” (p. 199). Para o teórico indo-britânico, “o povo não é nem o princípio nem o fim da narrativa nacional” (p. 207).

O caso desses poetas portugueses que publicaram no Brasil - muitas vezes com temas portugueses - serve também como exemplo de que, mesmo fora do país natal, a força de seus textos reforçava um ideal de nação. Seria difícil imaginar que, dentro da perspectiva romântica e no século XIX, algum autor conseguisse produzir “contranarrativas da nação” (BHABHA, 1998, p. 211), rasurando as fronteiras nacionais e as formas típicas de narrativa nacionalista do século XIX.

Eric Hobsbawn afirma que a definição étnico-lingüística para uma nação está tão enraizada hoje que é comum não lembrarmos que ela foi inventada

em fins do século XIX e que anteriormente era um critério a mais entre outros tão importantes. O autor lembra ainda que “o nacionalismo lingüístico foi criação de pessoas que escreviam e liam, não de gente que falava” (HOBSBAWN, 1988, p. 209). Ainda abordando o “nascimento” de um sentimento de nacionalidade, expõe, no geral, aspectos que também podem ser detectados na comunidade portuguesa no Brasil:

os grupos de emigrantes estrangeiros provavelmente descobririam sentimentos nacionais, encontrassem ou não a xenofobia local. (...) Necessitavam da própria comunidade, para auxílio mútuo. De quem poderiam os imigrantes esperar auxílio, em sua nova vida, estranha e desconhecida, senão de parentes e amigos, de gente da antiga terra? (...) Assim é que a “nacionalidade” se tornava uma verdadeira rede de relações pessoais e não uma comunidade imaginária (HOBSBAWN, 1988, p. 218-219).

Esse trecho, reitera-se, aproxima-se bastante do que ocorreu também no Brasil, uma vez que os imigrantes portugueses já estabelecidos serviam de apoio aos recém-chegados. Prova forte disso são as inúmeras entidades de apoio assistencial criadas em todo o Brasil, como citado por Eulália Lobo, e também no Rio Grande do Sul.⁵³

Ainda sobre o nacionalismo, o autor mostra que esse conceito

mobilizava alguns habitantes, alienava outros - os que não pertenciam nem desejavam pertencer à nação identificada com o Estado. Em suma, auxiliava a definir as nacionalidades excluídas da nacionalidade oficial, por meio da separação de comunidades que, por qualquer motivo, resistiam à linguagem e à ideologia pública, oficial (HOBSBAWN, 1988, p. 214-215).

Essa dupla atitude diante do nacionalismo, referida por Hobsbawn,

⁵³ Em Rio Grande, havia pelo menos três entidades ligadas aos imigrantes portugueses: o Clube Literário e Beneficente Luso-Brasileiro (cf. *Arauto das Letras*, 21 jan. 1883), a Sociedade Congresso Português D. Luiz I (cf. *A Discussão*, 4 maio 1887) e a Sociedade

também era corrente entre os escritores imigrantes portugueses, aqui privilegiados. Como se sentissem excluídos por viver num espaço que buscava sua identidade como a pátria brasileira, a forma de se fazerem parte dessa mobilização nacionalista era incorporar o sentimento pró-Portugal ou, ao contrário, assimilar o sentimento pró-Brasil. Ambas as atitudes, então, embora aparentemente contraditórias, reforçam o desejo de filiação a uma comunidade, inevitavelmente imaginária.

Logo na seqüência, Hobsbawn pergunta-se: “Por que, porém, resistiam alguns [imigrantes] quando tantos não o faziam?” (p. 215) e esclarece que

durante o século XIX, para a maioria, ‘assimilação’ estava longe de ser nome feio: era o que um grande número de pessoas esperava conseguir, especialmente os que desejavam entrar para as classes médias. Uma óbvia razão pela qual os membros de algumas nacionalidades recusavam-se a ser ‘assimilados’ era a de não lhes permitirem tornar-se plenamente membros da nação oficial. O caso extremo é o das elites nativas nas colônias européias (HOBSBAWN, 1988, p. 216).

Para esta tese, cabe, então, a pergunta se é possível pensar o contrário do exposto por Hobsbawn, isto é, no caso dos integrantes das metrópoles que permanecem ou emigram para as colônias após as independências dessas, sendo vistos de forma ambígua: como representantes da ex-metrópole que ainda usurpam a colônia e/ou como nativos já integrados.

A partir da reflexão desses teóricos, é possível verificar a importância do estudo das obras de imigrantes portugueses no Brasil, já que esses se empenharam em escrever - assim como Eric Hobsbawn teorizou - a história

Beneficência Portuguesa, ainda existente. Em Pelotas, destaca-se a Caixa de Socorros Mútuos Marquês do Pombal, fundada em 1882.

das nações brasileira e portuguesa pelo exílio e através dos ideais românticos do nacionalismo.

Assim, o objetivo da tese não é encontrar temas ou outros aspectos originais que só existem nos poetas do *corpus*, mas saber qual é a diferença na poesia desses autores, que não existe nem nos outros poetas sul-riograndenses ou mesmo brasileiros, admitindo assim que as comunidades de imigrantes portugueses estabelecidos no Brasil do século XIX poderiam ter deixado evidências em sua literatura.

A partir dessas teorias contemporâneas, alguns críticos procuram avaliar a aplicação desses conceitos ao Brasil. Um deles é José Murilo de Carvalho, que analisa como as “imagens da nação brasileira variaram ao longo do tempo” (1998, p. 233). De meu interesse, cabe a primeira etapa, de 1822 a 1930, que seria caracterizada pela ausência do povo.

Para esse autor, mesmo “após a independência, podem-se encontrar vários sintomas de ausência de um sentido de identidade nacional” (1998, p. 235), o que seria natural num país recém-independente e no qual a maioria da população era portuguesa e/ou analfabeta. Tais ideais estariam restritos aos “políticos que lideraram o processo de independência” e que apoiavam a “manutenção da unidade do País”. Na opinião do historiador,

somente em 1850 pode-se dizer que estava consolidado o processo de criação de um estado nacional, centralizador e monárquico. Das unidades frouxamente interligadas construíra-se um País. Mas não se construíra ainda uma nação. O sentimento de identidade que pudesse haver baseava-se mais em fatores negativos, em oposição aos portugueses (CARVALHO, 1998, p. 236).

Se pensado no campo da literatura, parece procedente o registro dessa data citada. Lembre-se que Gonçalves Dias escreve a “Canção do exílio” em

1843, com o sentimento de identidade baseado na oposição a Portugal. O *Guarani*, obra de José de Alencar publicada em 1857, é outro exemplo, pois no melhor estilo romântico a população indígena liga-se simbolicamente com os europeus, através do casal protagonista. Para Carvalho, “a união das duas raças num ambiente de exuberância tropical, longe das marcas da civilização européia, indicava uma primeira tentativa de esboçar o que seriam as bases de uma comunidade nacional com identidade própria” (CARVALHO, 1999, p. 91).

No entanto, desde logo depois da independência, havia autores gaúchos - como Maria Clemência da Silveira Sampaio e Delfina Benigna da Cunha - escrevendo poemas que elogiavam o poder de D. Pedro I e a independência brasileira. O que mais parece se adequar é pensar que esse sentimento de identidade (para não usar ainda o termo de nacionalidade) era vago na maioria da população, mas já permeava fortemente as classes mais eruditas, embora José Murilo advirta que “o sentimento monarquista da população não significava necessariamente sentimento de brasilidade” (1998, p. 239) e que:

No Brasil do início da República inexistia tal sentimento. Havia, sem dúvida, alguns elementos que em geral fazem parte de uma identidade nacional, como a unidade de língua, da religião e mesmo a identidade política. A guerra contra o Paraguai na década de 1860 produzira, é certo, um início de sentimento nacional (CARVALHO, 1999, p. 101).

José Murilo de Carvalho sinaliza que “grande parte da população de 7,5 milhões continuava fora dos canais de participação política” (1998, p. 237), ou por ser escrava ou por estar em zonas rurais e sem acesso a jornais ou outras formas de comunicação direta com a Corte.

Para o historiador, “o simples uso de símbolos cívicos clássicos, como o

hino e a bandeira, não era feito de maneira eficiente” (p. 239) e “não se celebravam as grandes datas, nem mesmo a da Independência. Era geral a apatia da população em relação às grandes datas nacionais” (p. 241). Apesar disso, a elite intelectual usava dos jornais para formar esse sentimento nacional já nos primeiros decênios da independência, fato comprovado através da constante publicação de poemas patrióticos, hinos e marchas com temas de guerra. Muitos dos jornais gaúchos - e também jornais cariocas e paulistas - publicados no início da Regência (1831-1840) realizavam edições especiais nas comemorações do Sete de Setembro.

Ainda segundo José Murilo de Carvalho, na segunda metade do século XIX, a “imaginada identidade nacional” construída pelos literatos deslocou-se da figura do imperador para a do índio e também para o “uso da natureza tropical como fonte de originalidade e de inspiração para a poesia nacional”.⁵⁴ José de Alencar, um desafeto de D. Pedro II, talvez seja marcado como sendo o grande símbolo da caracterização - mesmo que estereotipada - dos personagens regionalistas e indígenas.

Novamente Antonio Candido é importante pois lembra que

Esta ânsia de diferenciação integral de uma jovem nação explica o incremento que teve no século XIX o desejo de *inventar* um passado que já fosse nacional, marcando desde cedo a diferença em relação à mãe-pátria. Inspirada em parte por autores franceses interessados pelo exotismo americano, a crítica literária estabeleceu então que descrever a natureza e os costumes do País, sobretudo os das suas raças primitivas, era a verdadeira tarefa da literatura (1989, p. 175).

⁵⁴ Roberto Ventura expõe a mesma situação, mostrando que, após 1822, “a valorização da natureza local correspondeu às necessidades ideológicas de uma recém-constituída *elite nacional*, composta de europeus ou de americanos com ascendência européia, que ocupavam as funções antes desempenhadas pela administração colonial” (1991, 32-3).

Outro aspecto apontado por José Murilo de Carvalho que serviu para a mobilização nacional foram as guerras e, em especial para esse autor, a Guerra do Paraguai, cujas vitórias causaram entusiasmo na população em geral e a bandeira brasileira começou a ser usada e o Imperador tornou-se líder da nação. Foi nesse período ainda que os primeiros heróis militares começaram a ser construídos nas figuras de Caxias, Osório, Mena Barreto e Barroso e, pela primeira vez, os versos “ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil” adquiriram um real valor, embora muitas vezes trágico.

Embora José Murilo não estime a importância da Guerra contra Rosas em 1852, considerando-a “rápida e com pequeno envolvimento de tropas” (CARVALHO, 1981, p. 246), as características apontadas acima já aparecem na imprensa gaúcha no período da guerra de 52, tanto nos textos literários, como nos textos doutrinários dos jornais.

Ainda seguindo os pensamentos de José Murilo, os passos seguintes em busca da nação foram dados através da abolição e da república. A participação popular na formação da nacionalidade foi fraca durante a República, até 1930, mesmo com a criação de outros heróis nacionais, da divulgação de obras infantis e ‘adultas’ de cunho nacionalista e de outras tentativas de uma real constituição de uma nação brasileira, inclusive com a motivação da Primeira Guerra Mundial.

No período da implantação da República, o historiador exagera ao dividir a população brasileira no século XIX entre os com curso superior e os analfabetos: “Toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos” (1981, p. 51); pois, segundo dados fornecidos no mesmo livro, o

censo de 1872 indica 23% dos homens e 13% das mulheres alfabetizadas, mas que somente 0,1% da população total teria curso superior.

Daí é interessante perceber como os poetas imigrantes selecionados - que na maioria das vezes eram também jornalistas⁵⁵ e não possuíam curso superior e tinham pouco contato com política - pensavam sobre a construção do Estado brasileiro. Essa pesquisa ajuda a ver como um grupo de fora das elites (mesmo que parcialmente) pretendia fazer algo pela construção da nacionalidade, ainda mais se se considerar a nacionalidade que não era a sua de nascimento, demonstrando como esses autores buscavam aliar-se à elite econômica ou intelectual para ascender socialmente.

A configuração de excluir os artistas (poetas, pintores etc.) da chamada elite dá-se por aspectos políticos, educacionais e econômicos (o direito a voto era restrito aos mais ricos), apesar da evidente importância intelectual desse grupo.⁵⁶

O historiador adverte ainda que, “num país geograficamente tão diversificado e tão pouco integrado, onde pressões regionalistas se faziam sentir com frequência” (1981, p. 96), o Rio Grande do Sul distinguia-se por vários motivos: pelo grande isolamento político (inclusive pela quase ausência de diplomados em Coimbra), pelas recentes rebeliões separatistas (que ainda questionavam a unidade nacional, tema já ultrapassado no centro do país).

⁵⁵ Isso também ocorria num âmbito maior, já que o acadêmico mostra que “os jornalistas se aproximavam, como os professores, do que se poderia chamar de intelectuais (...) 41% dos intelectuais entre 1870 e 1930 foram também jornalistas” (CARVALHO, 1981, p. 78).

⁵⁶ Sobre o grupo artístico, José Murilo de Carvalho comenta que, “apesar das inevitáveis queixas de protecionismo oficial surgidas nos anos finais da Monarquia, permanece verdade que o mundo artístico do Império, em boa parte concentrado no Rio de Janeiro, era dominado pelo patrocínio imperial, por intermédio da Academia e do empenho pessoal do imperador. A República tentou inovar, mas a geração de pintores que a representou fora formada na tradição imperial. A isso agregue-se a falta de dramaticidade do evento da proclamação, a falta de densidade popular, capaz de despertar a inspiração artística” (CARVALHO, 1998, p. 96).

Apesar disso, “a produção de charque e os problemas de fronteira o tornavam mais importante do que as duas outras províncias” (1981, p. 103), as do Ceará e do Pará, então províncias igualmente populosas e ricas.

Marilena Chauí, em *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*, também buscou dados sobre o mito de fundação do Brasil num

sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade. (...) Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela (CHAUÍ, 2001, p. 9).

Prosseguindo, a autora explica que “a fundação aparece como emanando da sociedade (em nosso caso, da nação) e, simultaneamente, como engendrando essa própria sociedade (ou a nação) da qual ela emana. É por isso que estamos nos referindo à fundação como mito” (CHAUÍ, 2001, p. 10).

Dessa forma, podemos incluir os poemas coletados de Antônio José Domingues e Albino Costa nessa tentativa de “solução imaginária”, pois suas obras - assim como outras tantas de brasileiros - foram influenciadas e influenciaram na construção do mito fundador do Brasil ao longo dos séculos XIX e XX. Essas obras ajudaram na construção de um conceito de Brasil conforme sua época e conforme a necessidade dessa época, assim como foram influenciadas por esse mesmo contexto.

Chauí também analisa brevemente a “primeira reatualização do nosso mito fundador, ocorrida significativamente em 1900, por ocasião do IV Centenário da descoberta do Brasil” (CHAUÍ, 2001, p. 47), revelando o contexto do Brasil na virada do século, em que predomina

o contraste entre a elaboração romântica na nacionalidade (o nativismo indianista) e o primeiro trabalho científico sobre ‘o caráter nacional brasileiro’, a obra de Sílvio Romero, *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro*, de 1881, e a *História da literatura brasileira*, de 1888 (CHAUÍ, 2001, p. 48).

Sílvio Romero não atribui mais o atraso brasileiro aos portugueses e sim “ao descompasso evolutivo [que] tem sido a causa da pobreza cultural, do atraso mental e da falta de unidade de nossas tradições e de nossas artes” (CHAUÍ, 2001, p. 49). Roberto Ventura, tomando Sílvio Romero “como ponto de partida para interpretar a cultura e os letrados brasileiros do final do século XIX e início do XX e o contexto social e cultural no Recife e no Rio de Janeiro” (VENTURA, 1991, p. 10), destaca como este crítico “toma a literatura como expressão da raça e do povo, e relaciona o seu surgimento à ação diferenciadora do mestiço” (VENTURA, 1991, p. 48).

Ventura afirma que procurou, nesse livro, “ênfaticamente os fenômenos de apropriação e subversão desses matizes [europeus] na cultura brasileira, de modo a resgatar a sua diferença e originalidade” (VENTURA, 1991, p. 12), esclarecendo ainda que “a nação se constrói, portanto, no movimento ambíguo entre a *identidade* e a *diferença*, entre a reprodução da experiência europeia e a sua relativa diferenciação nos trópicos” (VENTURA, 1991, p. 43).

Em seguida, cita a *História da literatura brasileira*, publicada por Romero em 1888, para quem

a diferenciação é tomada, portanto, como critério de valor literário: ‘Tudo quanto há contribuído para a diferenciação nacional deve ser estudado, e a medida do mérito dos escritores é este critério novo’ (VENTURA, 1991, p. 48-49).

Por esse aspecto é que Sílvio Romero retira os cronistas coloniais dessa

obra, já que “só deveriam ser incluídos na literatura brasileira os estrangeiros, como Anchieta e Gonzaga, que se ‘nacionalizaram’ com estadia prolongada nos trópicos” (VENTURA, 1991, p. 82).

Esse seria um espaço aberto para a inclusão de imigrantes (inclusive portugueses) na literatura brasileira? Araripe Júnior, contemporâneo de Romero, discordava dessa importância da raça para a inclusão ou exclusão de autores na literatura brasileira. Para Araripe Júnior, o estilo de Euclides da Cunha era nacional - sem unidade e disciplina, mas repleto de ‘emoção’ - ao contrário do estilo arcaico de Rui Barbosa: com correção e harmonia, mas com pobreza de vida. Ventura lembra que, para Araripe, os estrangeiros que escreveram as crônicas de viagem são parte da literatura brasileira, “por terem sofrido a *ação do meio físico*, o ‘verdadeiro’ nexos da história literária, único fator estável capaz de trazer a diferenciação da cultura e da sociedade brasileiras” (VENTURA, 1991, p. 81-82).

Ventura esclarece ainda a diferença entre esses dois críticos do século XIX, ao argumentar que Romero aceitava a formação da literatura brasileira após o cruzamento de raças e línguas, enquanto que, para Araripe, os traços nacionais surgiram da relação entre europeus e o meio ambiente local.

Ainda segundo Ventura, o crítico Afrânio Coutinho “se inspira em Araripe, ao afirmar que a literatura brasileira, com sentimento e consciência nacional, surgiu, de forma imediata e espontânea, no momento em que o primeiro homem europeu pôs os pés no Brasil” (VENTURA, 1991, p. 39), abrindo espaço então para a inclusão de qualquer autor que tenha produzido literatura no Brasil, não importa sua nacionalidade.

Assim como mostrado nas histórias literárias sul-rio-grandenses, os historiadores da literatura brasileira usaram do critério de nascimento para realizar a exclusão de autores estrangeiros. Tanto Joaquim Norberto de Sousa Silva, em seu *Modulações poéticas* (1841), como João Manuel Pereira da Silva, em seu *Parnaso brasileiro* (1843-1848), citam as províncias brasileiras de nascimento dos autores incluídos em seus livros. Vale destacar que Joaquim Norberto de Sousa Silva, em seu *Bosquejo da história da poesia brasileira*, aponta Bento Teixeira, ‘o primeiro de nossos literatos’, como nascido em Pernambuco, quando este poeta é português de nascimento.

Varnhagen, no prólogo de *Florilégio da poesia brasileira* (1850), é mais radical ainda, praticamente incluindo poemas com temas brasileiros e explicitando seu critério de seleção: “Julgamos dever dar sempre preferência a esta ou àquela composição mais limada, porém semigrega, outra embora mais tosca, mas brasileira, ao menos no assunto”. Logo adiante, explicita também seu critério na seleção dos autores:

Cumprindo adotar uma regra para os que deviam ter entrada na nossa coleção, fizemos prevalecer a do nascimento no Brasil, por ser o princípio mais geral que (salvo casos mui especiosos ou de pretendidas argúcias) instintivamente em nossos ânimos prevalece, quando se trata até das províncias do mesmo reino, em que a pátria natal prefere sempre à terra em que nos estabelecemos (VARNHAGEN, *apud* ZILBERMAN, MOREIRA, 1998, p. 225).

Antonio Candido, em ensaio sobre Romero, aponta como os artigos reunidos em *A literatura brasileira e a crítica moderna*, lançado em 1880, mudavam o panorama, evidenciando

uma visão da sociedade brasileira como produto da mestiçagem, no sentido amplo de fusão racial e assimilação de cultura. A nossa sociedade seria produto de forças diferenciadoras que a tornaram

cada vez mais distinta da portuguesa (CANDIDO, 1989, p. 105).

O crítico, nos ensaios inseridos em *A educação pela noite*, argumenta também com a distinção entre “*pátria* (institucional) e *terra* (natural)” (CANDIDO, 1989, p. 141), mostrando como o período romântico (e os movimentos seguintes até 1930) tornou “o estado de euforia” de intelectuais e historiadores em “instrumento de afirmação nacional”, pois “feita a independência política, difundiu-se entre os escritores a idéia de que a literatura era uma forma de afirmação nacional e de construção da Pátria” (CANDIDO, 1989, p. 172).

E pode-se pensar que a literatura que se afirmava como nacional era a que representava o novo país através de seus aspectos naturais. A literatura assim ajudaria na formação da consciência de país, embora bastante distorcida da realidade (atraso cultural, alto analfabetismo, desorganização de meios de comunicação e difusão culturais etc.) e com uma visão idealizante do passado brasileiro, centrando-se no tema indígena e buscando eliminar o traço português:

Os dois escritores mais eminentes do Indianismo romântico, Gonçalves Dias e José de Alencar, foram considerados pelos contemporâneos como realizadores de uma literatura que finalmente era nacional, porque manifestava a nossa sensibilidade e a nossa visão das coisas. (...) Esta ânsia de diferenciação integral de uma jovem nação explica o incremento que teve no século XIX o desejo de *inventar* um passado que já fosse nacional, marcando desde cedo a diferença em relação à mãe-pátria (CANDIDO, 1989, p. 175).

Lembrando a proximidade da Independência com o apogeu do Romantismo, afirma que “tudo o que era escrito segundo os seus princípios passou a ser considerado mais autenticamente brasileiro, e assim se definiu

um critério que vinculou a produção literária à construção da nacionalidade” (p. 175).

Então não bastava escrever sobre temas brasileiros, era necessário escrever na forma romântica, já que “para os teóricos românticos o Classicismo (que para eles engloba o que depois se chamou Barroco) teria sido expressão do colonizador português” (p. 176), mesmo considerando-se que o uso de temas greco-latinos “era fator de universalidade, uma espécie de idioma comum a toda a civilização do Ocidente” (CANDIDO, 1989, p. 177).

Candido lembra ainda que

como se tratava de construir a Nação, as atividades intelectuais e artísticas foram consideradas por si mesmas contribuição a este esforço - o que conferiu ao poeta, ao romancista, ao orador, ao jornalista uma importância maior do que se poderia esperar em país tão atrasado (CANDIDO, 1989, p. 175).

Desse modo, mesmo considerando que “o escritor latino-americano esteja condenado a ser sempre o que tem sido: um produtor de bens culturais para minorias” (p. 144), é de interesse ver como se situaram os poetas portugueses em relação a esse conjunto de novos ideais poéticos e políticos.

Antônio José Domingues, que viveu os anos iniciais do novo país, período conturbado para a comunidade de imigrantes portugueses, foi um dos que assumiram essa posição de defender o nascimento de um patriotismo brasileiro através de seus versos, optando por assimilar, mesmo que parcialmente, a cultura local.

Regina Zilberman e Maria Eunice Moreira, na introdução do livro *O berço do cânone*, destacam como

a literatura brasileira foi moldando sua fisionomia com características próprias, que a tornaram aos poucos singular em relação às demais manifestações literárias, sejam as do Velho Continente, sejam as

do Novo Mundo. Uma dessas marcas diz respeito à feição histórica, em virtude das condições de nação periférica; outra, à necessidade constante de declarar sua autonomia e originalidade em relação ao tronco comum português (ZILBERMAN, MOREIRA, 1998, p. 9).

Célia Pedrosa adverte que “o nacionalismo tem um estatuto ambíguo. Como toda forma de linguagem, ao mesmo tempo permite e obriga a dizer, cria possibilidades e estabelece códigos, institucionalizando mecanismos de organização e exclusão” (PEDROSA, 1992, p. 287).

No caso do Rio Grande do Sul, é interessante pesquisar se essas exclusões tenderiam a ocorrer somente pelos aspectos nacionais ou também pelos aspectos regionais. As exclusões dos poetas aqui analisados seriam pelo distanciamento desses autores dos critérios estabelecidos pelas histórias literárias gaúchas, pois no geral “são excluídas ou têm minimizado seu valor todas as obras que não seguem à risca os padrões considerados legítimos e naturais marcas de filiação” (PEDROSA, 1992, p. 289).

Nas páginas do próximo capítulo, será visto como os imigrantes portugueses adotaram posições diversas frente à cultura local numa época em que “declarar a diferenciação da literatura produzida no Brasil em relação à produção poética da ex-metrópole foi a fórmula encontrada pelos intelectuais do país para contribuir com a tarefa de consolidação política da nação” (ZILBERMAN, MOREIRA, 1998, p. 9-10). Assim, começa-se a analisar os poemas produzidos por esses poetas e como se situam dentro dessa tentativa nacional de ‘autonomia e originalidade em relação ao tronco comum português’.

2. A LÍRICA DE IMIGRANTES PORTUGUESES NO BRASIL MERIDIONAL (1832-1922)

Dentro da produção poética feita pelos portugueses que moravam no Rio Grande do Sul meridional, pude estabelecer a existência de quatro atitudes frente à cultura local, sendo tais atitudes uma das possibilidades de recorte para análise do *corpus* aqui privilegiado.

A primeira atitude foi denominada refração da cultura local - onde foram incluídos textos que negam a cultura brasileira e/ou exaltam a cultura portuguesa -, sendo exemplificada em poemas que defendem Portugal ou tematizam personagens históricos portugueses.

Em oposição, o segundo caminho é o da assimilação, que ocorre em publicações sobre temas, instituições ou personagens brasileiros. O terceiro traçado - a hibridização - foi encontrado parcialmente na obra *As epopéias da raça*, de Albino Costa, publicada em 1922, a última do *corpus* selecionado, que denota uma tentativa de luso-brasilidade.

O quarto e último grupo de análise é constituído de poemas que não denotam um carácter nacionalista, regionalista ou mesmo histórico, e enfoca somente poemas intimistas.

Refração da cultura local

Conforme Regina Zilberman (1998), em artigo sobre o diálogo entre Brasil e Portugal nos primórdios da historiografia da literatura brasileira, Almeida Garret - no seu *Parnaso lusitano* (1826) - condenava a ausência de cor local nos poetas árcades brasileiros, sugerindo que Tomás Antonio Gonzaga pintasse os seus painéis com as cores do país onde os situou, com a ingênuo Marília sentando-se à sombra das palmeiras, cercada de cardeais e sabiás.

Ainda segundo a crítica gaúcha, foi na poesia de Gonçalves de Magalhães que houve primeiramente o uso da flora e da fauna brasileiras, através de índices como sabiá e palmeira, como desejava Garret, os quais, aliás, se tornaram emblemáticos, posteriormente, na literatura brasileira, por intermédio da “Canção do exílio”, do poeta maranhense Gonçalves Dias, e das várias respostas intertextuais que suscitou.

Tanto que Lúcia Miguel Pereira (1943) atesta que a “Canção do exílio” foi a “campeã absoluta” de cópias e paródias feitas a partir de poemas de repercussão no século XIX, acrescentando que “Gonçalves Dias teve de digerir as mais grotescas paródias à sua obra-prima” (PEREIRA, 1943, p. 99).

Adriana Amante chama a atenção da intenção política da monarquia - leia-se D. Pedro II - pela fixação de limites nacionais através da literatura:

Frente a un imperio que amenaza con su desmembración, la literatura auxiliará - y, a veces, será más efectiva que ella - a la política práctica. La monarquía establecerá una forma particular de la nacionalidad por la literatura definiendo - poniéndole contornos, límites - un paisaje nacional “oficial” que elija, de la gigantografía natural del trópico, las sinécdoques que simbolizarán a la nación brasileña. El sabiá, la palmera, son representaciones de la nación brasileña que al

emperador le convienen y a la que bastante ajustadamente responden - con pocas pero importantes excepciones - los escritores del primer romanticismo brasileño. Se trata de construir, con el espacio que hay, una nación. Una idea de nación. (AMANTE, 2000, p. 156)

Conforme Célia Pedrosa, o nacionalismo literário do século XIX “tornou-se fonte de inspiração, tema e finalidade da produção artística, inclusive a literária” (PEDROSA, 1992, p. 277) e “assim o escritor se inseria melhor em seu meio, as obras circulavam mais amplamente, consolidava-se um público consciente do significado da prática contínua de escritura e de leitura” (PEDROSA, 1992, p. 290). Ainda segundo a mesma autora,

a produção lírica se beneficiou da proposta romântica, que lhe atribuiu a função de representar os vínculos entre indivíduo e nacionalidade. Estes ganharam a forma de evocação nostálgica da terra natal metonimicamente associada à infância individual e ao passado coletivo - espaço e tempo em que se estabeleciam em sua plenitude laços simultaneamente afetivos e culturais, fundindo as idéias de família e de pátria (PEDROSA, 1992, p. 290).

O nacionalismo romântico caracterizou-se principalmente pela descrição da cor local, “ou seja, a reprodução fiel e pitoresca dos aspectos característicos de um país, uma região, uma época, [que] constitui um dos recursos mais vulgarizados na arte romântica” (SILVA, 1976, p. 483).

Dissertando sobre ‘o instinto de nacionalidade’, Machado de Assis lembra que a independência literária brasileira não se daria num único momento, como a política teve no Sete de Setembro, mas seria obra de diversas gerações. Apesar de admitir que a incipiente literatura brasileira precisa nutrir-se de elementos nativos, a ‘cor local’ não deveria ser um doutrina absoluta, considerando mais importante que o literato tenha um

‘certo sentimento íntimo’ que o ligue à terra natal. Ao continuar, Machado de Assis critica a profusão da cor local relacionada ao nacionalismo de então:

Há também uma parte da poesia que, justamente preocupada com a cor local, cai muitas vezes numa funesta visão. Um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais. Aprecia-se a cor local, mas é preciso que a imaginação lhe dê os seus toques, e que estes sejam naturais, não de acarreto (ASSIS, 1955, p. 135).

De forma semelhante, Jorge Luís Borges - no artigo “O escritor argentino e a tradição” - questiona também a relação direta entre ‘cor local’ e nacionalismo. O escritor argentino cita diversos autores europeus que não usam da ‘cor local’, mas são considerados patrimônios nacionais, argumentando que

a idéia de que a poesia argentina deve ser preñe de traços característicos e de cor local argentinos, parece-me um equívoco. (...) Podemos crer na possibilidade de sermos argentinos sem abundar em cor local (BORGES, 1986, p. 119-120).

É com esses pensamentos que se deve perceber que a refração da cultura local pode ocorrer nos poemas de imigrantes portugueses aqui estudados. O nacionalismo para Portugal desses autores torna-se opaco ao se verificar que há a defesa de uma terra com a qual tiveram pouco contato, já que muitos estabeleceram-se desde cedo no Rio Grande do Sul, onde acabaram por casar, ter filhos e morar até a morte.

A refração da cultura local é exemplificada, inicialmente, em poemas de Rocha Galo e Pinto Monteiro, que defendem Portugal, numa resposta intertextual ao poema “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias. Ambos os poemas trazem o título de “Minha terra” e revelam a saudade da terra natal

de um português residente no Brasil, denunciando a presença de um nacionalismo português dentro do território brasileiro. Percebe-se aqui uma refração parcial, já que o uso de um poema brasileiro é, também, um índice de assimilação da cultura local.

Usando os versos iniciais do poema “Minha terra” de Casimiro de Abreu⁵⁷ como epígrafe, Rocha Galo publica seu poema preocupando-se principalmente em indicar que, apesar das diferenças, a natureza, tanto de Portugal como do Brasil, é grandiosa. Seguindo essa ideologia, o eu lírico de “Minha terra” torna evidente, já no primeiro verso, sua origem, a terra que irá defender: “Portugal é minha terra”, ligando-a à infância - outro tema comum aos românticos - e a outros aspectos positivos.

Portugal é minha terra,
O berço de minha infância,
Onde as flores dão fragrância
Sob um céu da cor de anil;
Tem penedias gigantes
Em que serpeia a cascata
E as suas noites de prata
São iguais às do Brasil.

Ao final da estrofe, o eu lírico, ao afirmar a igualdade entre as qualidades de Portugal e do Brasil, manifesta uma alteridade em relação à visão do poema “Canção do exílio”. Esse nada vê de qualidade fora dos limites brasileiros, descrevendo-se apenas os aspectos positivos da nação natal, já que a “cristalização de uma imagem da nacionalidade que sublima diferenças e conflitos internos, estigmatiza relações externas e alimenta o maniqueísmo e a xenofobia” (PEDROSA, 1992, p. 277).

⁵⁷ Registre-se que o poema de Casimiro de Abreu abre uma brecha, em certos trechos, para uma união luso-brasileira, argumentando que somos “filhos da mesma terra” e que “Portugal! somos irmãos!”, embora declare de maneira nacionalista que “Se brasileiro eu nasci/ Brasileiro hei de morrer” (ABREU, 1972, p. 19-23).

Os trechos metapoéticos de “Minha terra” de Rocha Galo põem às claras o ímpeto nacionalista como natural ao poeta desgarrado do seu lar, pois a saudade é transformada em poema como forma de afirmação do apego à nação natal no contexto doloroso do exílio:

Em paga de teus perfumes
Dou-te o meu pranto sentido
Esse orvalho decaído
Da alma do trovador

A comparação nacionalista, feita por contraste no poema do imigrante português, usa igualmente o sabiá e a palmeira como símbolos brasileiros, comparando-os ao rouxinol e aos vergéis, os equivalentes portugueses:

O sabiá, esse enlevo
Da palmeira que flutua,
Que geme ao palor da lua
E canta ao nascer do sol,
Lá não há; porém em troca
Nos seus vergéis e campinas
Suspira canções divinas
O saudoso rouxinol.

A adjetivação ufanista referente a Portugal na terceira e quarta estrofes, a seguir, baseia-se em elementos da natureza comumente presentes no Romantismo, restringindo-se por vezes a elementos caracterizadores da natureza européia, como o “olmeiro”, e por vezes repetindo os elementos também usados por Gonçalves Dias, como os “bosques verdejantes”.

Pelas horas do repouso
Na rama dos arvoredos
As brisas dizem segredos,
As aves falam de amor;
E aos pés do velho olmeiro
A fonte chora queixumes;
Cintilam fulgentes lumes
Em cada fronte de flor.

Os seus bosques verdejantes,
As suas balsas e montes;
O gemer de suas fontes,
Que melodias não têm!...
A minha terra é sultana
Sempre bela e donairoza,
Que passa por mais formosa
Entre essas terras d'além.

A partir da idealização do passado, nota-se que a qualificação dada aos locais descritos serve como divisor da perspectiva dos sujeitos líricos, pois entre esses textos há diferentes métodos de defesa da terra natal, inclusive com reconhecimento no poema de que o ponto de vista - assim como aquele dos outros cancioneiros - é influenciado pela saudade. Evidencia-se, assim, a consciência do eu lírico de que sua nostalgia pode distorcer a realidade, criando uma idealização poética da nação:

A minha pátria é mais linda:
Tudo ali canta e suspira,
Se é verdade ou mentira
A saudade é que m'diz.

Assim, as "noites de prata" portuguesas não são um traço distintivo da natureza da pátria; antes, "são iguais às do Brasil". Essa equivalência entre países é rara em outros poemas românticos, pois Gonçalves Dias - para ficar com o exemplo mais emblemático - faz ver que as aves de "cá" não gorjeiam tão belamente como as de sua terra natal, reforçando o traço fortemente idealizador de sua brasilidade.

Essa é a grande diferença entre os sujeitos poéticos dos textos. No poema de Gonçalves Dias afirma-se uma contraposição maniqueísta entre a terra-mãe e a do exílio, enquanto que em "Minha terra" reconhece-se a visão sentimental que se tem da terra natal, admitindo que esta visão é

influenciada pelo sentimento da saudade, não encontrando, talvez, comprovação na realidade.

Há, nas estrofes seguintes, a retomada da saudade dos tempos de criança, que se revela como “impressa na memória” e “escrita no coração”, aliando a idealização espacial (a terra natal) à temporal (a infância), reforçando não só o nacionalismo, como também o escapismo próprio ao cânone romântico.

Na estrofe final, a *persona* lírica termina - de forma semelhante à "Canção do exílio" - com um pedido a Deus para que "Eu vá respirar nos ares/ do meu velho Portugal", terminando o "exílio" antes da morte, o "repouso da jornada" do peregrino. A saudade da terra de sua infância é maior do que a consciência de que as terras brasileira e portuguesa têm belezas semelhantes e idealiza o espaço da pátria aproximando-o daquele também idealizado pela condição de criança.

O índice de religiosidade, comum nos textos, reforça a presença da intertextualidade no poema de Rocha Galo, que visa defender o seu Portugal dos constantes poemas publicados pelos brasileiros, como os já citados Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu e outros.

Se Rocha Galo torna evidente que não há em Portugal sabiá ou palmeira, mas que há sim um "saudoso rouxinol" que "suspira canções divinas", equilibrando as belezas existentes na natureza lusitana e na brasileira, Pinto Monteiro expõe que

Não há terra mais formosa
Do que aquela em que nasci.
Tem rouxinóis que descantam.

Através dos advérbios "lá" e "cá", Gonçalves Dias refere-se apenas indiretamente à terra natal e à terra do exílio. Pinto Monteiro não tomou a mesma direção, nomeando explicitamente Brasil e Portugal, demonstrando a necessidade de afirmação da origem, através da nomeação explícita:

Minha terra é o velho mundo,
Mundo de amor sem igual.
Tem primores, melodia
Nas horas do fim do dia,
Em noites de calmaria...
Minha terra é - Portugal.

Além da natureza, há no intertexto de Pinto Monteiro um detalhamento da terra natal, pois a beleza da natureza articula-se não só com o poeta que a canta, mas também com todos seus habitantes. Apresenta-se a terra, além disso, distinguida pelo destemor de seus filhos, o que desloca o enfoque da exclusividade do louvor à natureza para o social, na medida em que alude ao caráter dos portugueses:

Os seus filhos são valentes
Que o diga o cerco de Ormuz
São soldados destemidos
Na luta nunca vencidos
Que se não prostram rendidos
Senão diante da cruz.

Esse deslocamento entre as terras baseia-se principalmente na natureza, que é igualmente descrita de forma idealizada, em que a flora e a fauna características de cada local são concebidas como excessivamente belas:

Tem tantas belezas, tantas,
A minha terra natal
Que nem as sonha um poeta
E nem as canta um mortal!

A equivalência entre países não ocorre nos outros poemas, pois mesmo Gonçalves Dias revela que as aves do exílio não conseguem gorjear tão belamente como as de sua terra natal, reforçando que sua brasilidade é fortemente idealizadora. Pinto Monteiro é o único dos poetas que usa de uma forte desqualificação do espaço do presente para elevar sua terra natalícia:

Nem a América nascente
Tem tanto brilho e fulgor:
Minha terra é um paraíso

(...)

O Douro não tem irmão,
É livre, correndo então,
Porque não teme o grilhão
Que vão-lhe aos pulsos lançar.

Esse tom é tão forte que esse poema motivou uma composição de Lobo da Costa⁵⁸ - igualmente intertextual à “Canção de Exílio” - como resposta. Francisco de Paula Pires, organizador do livro póstumo *Flores do Campo*, que serviu de fonte primária para a presente coleta, acrescenta uma nota final aos poemas que aparecem na seqüência: “Para que os leitores conheçam a poesia que inspirou a Lobo da Costa os patrióticos versos com o título ‘Minha terra’, juntei à presente edição a inspirada poesia de Pinto Monteiro” (COSTA, 1904, p. 83).

A semelhança nos textos citados - de um nacionalismo português ou brasileiro - é a idealização em graus diversos da terra natal por um eu lírico

⁵⁸ O poeta, jornalista, teatrólogo Francisco Lobo da Costa (1853-1888) é considerado o maior poeta pelotense, tendo sido filiado ao Partenon Literário. Esse poema encontra-se reproduzido na sua *Obra poética* (1991, p. 197).

que se encontra exilado, ratificando a oposição entre o presente, numa terra estrangeira e a nostalgia da terra natal, com o tom nacionalista predominante na escola romântica e em grande parte do século XIX.

Portanto, esses dois poemas produzidos pelos imigrantes portugueses estabelecem diálogos intertextuais com a “Canção do exílio”⁵⁹ numa linha fortemente ufanista através da oposição entre os dois países, igualando-se, nesse elemento, àquilo usualmente feito por autores românticos brasileiros canonizados.

Outro poema que usa os dados centrais da composição de Gonçalves Dias é “Rouxinol”, de Albino Costa, escrito no Rio de Janeiro, em agosto de 1921, um ano antes do centenário da Independência Brasileira. Dedicado à ‘embaixatriz da arte, D. Cacilda Ortigão’, o eu lírico conversa com um rouxinol - pássaro tipicamente europeu - recém-chegado ao Brasil, identificado através da Baía de Guanabara (o autor vivia então no Rio de Janeiro) e por ser o país do sabiá e terra dos palmares:

- Rouxinol, bem-vindo sejas
À Guanabara, e te vejas
Neste lindo sol de cá!
- Rouxinol, bem-vindo sejas
Ao país do sabiá!

Rouxinol, quando voltares
À plaga azul dos teus céus,
- Lembre a terra dos palmares.

Sem vínculo explícito com o poema de G. Dias, “Oh! Deixa”, de Silvino Vidal, também faz referência ao rouxinol ao citar o “mavioso trinar das filomenas”, sinônimo poético do pássaro europeu. Se a nação portuguesa é

⁵⁹ Como curiosidade, vale destacar a existência de um outro poema intertextual à “Canção do exílio”, na mesma época e na mesma região dos de Rocha Galo e Pinto Monteiro. A composição - disponível no sítio www.dla.furg.br/ecodosul - chama-se “Minha terra tem

visada em alguns textos, uma segunda forma de os imigrantes portugueses procurarem manter-se fiéis à terra natal (negando de algum modo a cultura da nação adotiva) foi feita através de poemas encomiásticos a personagens históricos ou a feitos atribuídos aos filhos de Portugal.

Antônio José Domingues usou o recurso em dois textos: “Ao jovem monarca D. Pedro V” (1837-1861), cujos versos foram encontrados parcialmente em meio a uma notícia em 1856, e “Epicédio”, coletado na obra *Mausoléu levantado à memória da excelsa Rainha de Portugal, D. Estefânia*.

O primeiro poema, ‘feito para solenizar a exaltação ao trono de Portugal do jovem monarca D. Pedro V’ ocorrida em 16 de setembro de 1855, argumenta que começa então uma nova era para Portugal:

Salutar instrução renove as almas;
Qual dos astros o rei fulgindo a prumo.
Na brenha mais profunda a luz dardeje,
‘Té da ignota cabana exterminando
A fatal ignorância, a mãe das trevas.

Outro trecho reafirma a intenção de pôr fim à decadência portuguesa de então, apoiando-se no imaginário luso do retorno aos tempos áureos:

Do sono te desprende, oh luso, acorda;
Abre os olhos à luz, evoca as sombras
Dos heróicos avós, e erguendo as lousas
Desse pó, pela glória consagrado
Sublime inspiração teu peito inflame.

Os últimos trechos transcritos reforçam a esperança após a subida ao trono de D. Pedro V:

No árduo, no difícil nunca vejas
Como os fracos, e os vis, o impossível!

.....

palmeiras...” e é assinada pelo pseudônimo “Sabiá”, defendendo as belezas de Rio Grande, insurgindo-se contra o “pessimismo” e a “choraminga” de outras pessoas.

Às empresas te arroja, tudo creio
Tudo espero do céu, quando no trono
Refulge um sábio rei, qual Pedro V.

Essa composição, publicada em livro com ajuda financeira de imigrantes portuguesas, reforça o problema de exaltar a nação portuguesa de dentro dos limites geográficos brasileiros, ainda mais numa época em que o nacionalismo começava a ganhar força.

Processo semelhante ocorre com a publicação, em 1860, da antologia *Mausoléu levantado à memória da excelsa Rainha de Portugal, D. Estefânia*, em que foram publicados poemas de brasileiros, como a mineira Beatriz Francisca de Assis Brandão, e portugueses, como Antônio José Domingues.

A epígrafe bíblica dá o tom do poema “Epicédio”, prevendo que os benfeitores dos indigentes serão protegidos por Deus nos seus dias amargos.

Os versos iniciais comparam dois tempos de Estefânia (1837-1859):

Estefânia, que vejo! Ontem Rainha,
Hoje exânime, e fria, hoje cadáver,
(...)
Inda ontem num trono, dominando
Os lusos corações, hoje, que fado!
Já nas sombras da morte submergida!

A seguir, a composição poética diferencia os aspectos físicos dos espirituais:

O que o mundo Te deu, ficou no mundo;
O que a Deus ofertaste, em Deus o gozas.
Só Te vale a virtude, só Te valem
Os dons, o afago, que fizeste aos tristes.

Após fazer o elogio pessoal das qualidades da rainha, é natural para a época realizar um elogio semelhante aos portugueses, que irão saber reconhecer a inspiração dessa virtuosa pessoa. Também é lamentado o afastamento da terra de origem: “Ah! Se eu pudera/ Sobre as asas de um anjo

transportar-me/Ao meu solo natal!”

Os versos reforçam a religiosidade do poema, expondo duas visões da morte, dando conforto aos leitores.

Para os ímpios a morte é precursora
De horrível punição interminável;
Pelo justo saudada, a morte o solta
Da corpórea prisão, que lhe vedava
Ir com Deus a reinar na eternidade.
Estefânia no céu inda é Rainha!
Saudosos corações, regozijai-vos”.

Azevedo Júnior foi outro que se desviou da cultura local, ou antes, nesse caso, a afirmação da cultura portuguesa, por exemplo, nas comemorações dos falecimentos de Alexandre Herculano (1810-1877), do Marquês de Pombal (1699-1782) e Camões (1524-1580) com, respectivamente, os poemas “À memória do grande historiador Alexandre Herculano”, “O Marquês de Pombal” e “A Luís de Camões”. O primeiro poema, datado de 26 de outubro de 1877, foi escrito logo após o falecimento de Alexandre Herculano, ocorrido em 13 de setembro do mesmo ano. A identificação com Portugal se efetiva não só pelo tema, mas igualmente pela epígrafe de Antônio Feliciano de Castilho, poeta romântico português.

Ao tecer seu elogio fúnebre ao poeta e historiador, Azevedo Júnior o vê como um a mais no panteão dos grandes vultos portugueses:

Eis mais um grande vulto - atleta do progresso,
Exânime, tombado ao hórrido arremesso
Do vento ao furacão?...
Eis mais um colosso - oh! Pátria de gigantes -
Envolto no lençol da noite sem brilhantes...
Tombado sobr’o chão!

O segundo poema, incluído no livro *Frisos de Luz*, foi feito no centenário do falecimento de Pombal e também se caracteriza por ser ao

mesmo tempo um poema encomiástico e nacionalista, pois costura a qualidade desse “herói no tempo do passado” ao seu país natal:

Não precisa-se mais que folhear a História
 Dessa pátria de heróis - do povo lusitano -
 Que assemelha-se muito e muito ao espartano!
 (...)
 Foi mais do que um herói, deu honra a Portugal;
 Chamou-se e é hoje ainda: o ínclito POMBAL!

O terceiro poema - um soneto publicado num “Número comemorativo do tricentenário de Camões, oferecido aos assinantes portugueses” do jornal *Telefone* - manifesta que “Hoje que a multidão desperta do marasmo/ Que há três séc’los dormia”, pois:

Hoje que se festeja a glória do soldado
 Que à gruta de Macau a sorte arremessou;
 A fama do cantor que fora desterrado
 E mesmo no exílio a pátria celebrou.

Assim como nos outros dois poemas, o eu lírico vê com parcialidade as personagens homenageadas, colocando-as como exemplos de homens dignos de serem imitados por seus compatriotas e conterrâneos e pela geração vindoura:

É justo tributar ao rei da poesia
 Um canto varonil, repleto de harmonia,
 Que vá repercutir nas vastas solidões;

Pra que um dia o futuro, a geração vindoura,
 Relembre a epopéia assaz imorredoura
 Do velho Portugal: as OBRAS DE CAMÕES.

A refração da cultura brasileira através do canto dos feitos portugueses igualmente se dá em “A Epopéia do Mar”,⁶⁰ de Albino Costa. Os cinco poemas

⁶⁰ Essa é a segunda parte do livro *As epopéias da raça*, de Albino Costa. Exceto pelo “Epopéia do Submar”, que tem a referência final “Pelotas, 1888”, constam nos outros poemas a referência de ter sido escrito no Rio de Janeiro, em 1900. A primeira parte, escrita em 1922, será analisada posteriormente. Na terceira parte, “O abrir das primeiras asas”, o autor reúne sete documentos datados de setembro de 1912 a fevereiro de 1921, para que sirvam de

narram as grandes navegações e a "primeira nave portuguesa mergulhadora construída em Portugal por portugueses" (COSTA, 1922, p. 33). Os grandes descobrimentos é tema que insistentemente recorre na lírica portuguesa, mesmo na literatura contemporânea, ainda que, hoje, com postura desconstrutora.

"O Cruzeiro Astral" - escrito predominantemente em versos dodecassílabos - apresenta as decisões do rei D. Manuel antes das viagens de Álvares Cabral e Vasco da Gama, que fariam Portugal espalhar-se pelo mundo. Os três sonetos seguintes, em geral com versos decassílabos, são dedicados, desde os títulos, a Afonso Sanches, Vasco da Gama e Álvares Cabral. O quinto poema dedica-se a idolatrar outro feito português: a conquista do submar, feita com o submarino Espadarte, em 1888.

O tom é de evidenciação da grandiosidade de Portugal em relação aos outros países do mundo. Por exemplo, na fala do rei português, no poema "O Cruzeiro Austral":

Sorriu. "Tenho Guiné e as Índias refulgentes...
Mais que as ilhas do mar: eu tenho os continentes:
Meu reino avassalou mais de metade do mundo!"

Ou mesmo nos versos finais do soneto "Vasco da Gama", um dos sonetos dedicados aos heróis portugueses que elevaram o país à condição de potência mundial ao se expandir pelo mundo, como:

Nesse áureo Oriente colhereis da onda
Um mundo para o luso pavilhão!

O poema "Epopéia do submar" - também com predominância de versos dodecassílabos - teria sido escrito quando "um oficial da marinha portuguesa

"subsídios para a história da Aeronáutica Portuguesa" (COSTA, p. 37). Os documentos mostram o início da aviação portuguesa, inclusive um avião doado pelo próprio Albino Costa.

inventou o *Espadarte*. Foi o precursor das naves submarinas” (COSTA, 1922, p. 35). Após uma introdução na primeira estrofe, tem-se um diálogo entre o mar - que se irrita com a invasão em seus domínios - e um homem, que enumera sua evolução até a conquista dos abismos do oceano.

A invenção do submarino, ou mesmo do submersível, pelos portugueses em 1888, não é atualmente confirmada nem mesmo pela Marinha portuguesa, pois a incorporação do submersível *Espadarte* à frota portuguesa ocorreu somente em 15 de abril de 1913.⁶¹

Admitindo essa versão oficial da História, o provável é que houve uma ficcionalização dos fatos para que os portugueses fossem valorizados na produção poética em questão, pois é improvável um erro na datação da primeira publicação do poema, já que o autor faz uma nota explicando que fora escrito “treze anos antes de Santos Dumont maravilhar o mundo dando direção no *Demoiselle*, no vôo em torno da torre Eiffel” (COSTA, 1922, p. 33). Veja-se que a nota revela um cuidado em exaltar um brasileiro, já expondo também uma assimilação parcial da cultura local ao realizar um tratamento diferenciado com os heróis brasileiros.

Como não obtive êxito na busca desses poemas no jornal *A Pátria* entre 1887 e 1889, fica reforçada a idéia de que, na intenção de afirmar a “raça”⁶² lusitana, o autor acabou por inventar a tradição portuguesa, ao atribuir até

⁶¹ Submersível é um meio de transporte marítimo em que há somente uma submersão temporária. O primeiro submarino português seria o *Albacora*. O desligamento do *Espadarte* da frota portuguesa teria ocorrido em 31 de maio de 1928, após participar da sublevação dos navios no Tejo, ocorrida em 1915, e de proteger a costa continental portuguesa durante a Primeira Guerra Mundial.

⁶² Para compreender a idéia expressa pelo conceito de raça no poema, é interessante ler um trecho do Manifesto da Exposição de Amadeo de Sousa-Andrade, escrito em 1916 por Almada-Negreiros e intitulado *Primeira descoberta de Portugal na Europa no século XX*: “A Raça Portuguesa não precisa reabilitar-se, como pretendem pensar os tradicionalistas desprevenidos; precisa é nascer pro século em que vive a Terra. A descoberta do Caminho

mesmo a invenção do submarino aos portugueses no século XIX.

Para Umberto Eco, “cada um é prisioneiro da própria história e dos próprios mitos nacionais” (1984, p. 143), e isso evidencia que, após o momento da criação dos mitos, esses são tomados como símbolos para o povo, sendo difícil a transformação da ideologia incutida. Como exemplo, pode-se tomar a lenda de que o povo português deveria se preparar para a chegada do Quinto Império (eternamente fixado pelo Sebastianismo), mito que, ainda hoje, é muito retratado na literatura portuguesa.

Ao final do poema, a evolução humana já teria dominado a natureza, mas seria a “raça lusitana” que teria conseguido realizar os grandes feitos da humanidade: a conquista dos oceanos no século XV e do submar no século XIX:

- “Eu subjuguéi o raio, a eletricidade, os ventos,
Falo de um mundo a outro em breve instante; e vou
Galgando o espaço azul, governo os elementos...
(...)
Silêncio, irado Mar! Basta de cataclismos!
És meu! Já posso, enfim, como senhor falar-te!
E, quando me aprouver, passeio em teus abismos,
Como o fez essa nau dos lusos - o Espadarte!

“Epopéia do submar” - assim como os poemas anteriores desse livro - é uma fonte para a invenção de uma tradição, já que procura ligar o ímpeto português pelo desconhecido a um passado imemorial de um povo fundador, argumentando que o mais importante não é “o que [está] realmente conservado na memória popular, mas aquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo” (HOBBSAWN, 1997, p. 21).

Albino Costa tentou iniciar deliberadamente uma tradição inventada,

Marítimo pra Índia já não nos pertence porque não participamos deste feito fisicamente e mais do que a Portugal este feito pertence ao século XV” (NEGREIROS, 1985, p. 647).

mas - pelas versões atualmente aceitas - tal tradição não foi assimilada/repetida. Assim, confirma-se uma das funções “do estudo da invenção das tradições”, pois esse caso comprova que Portugal (e também o Brasil) estaria num contexto social em que era necessária a criação de heróis, como Gago Coutinho e Sacadura Cabral, podendo tal invenção ser feita através da literatura.

Uma terceira forma de refração, mais sutil, é a escolha temática do estrangeiro, escolha sintomática para um poeta imigrante. A presença de sujeitos-líricos verifica-se tanto no poema “O estrangeiro”⁶³, de Azevedo Júnior, como em “A volta à casa”, de Albino Costa. Ambos os textos cedem voz a um estrangeiro errante e/ou nômade, sem explicitar diretamente o motivo da saída da terra natal. A diferença, entretanto, ocorre entre o retorno feliz de um, enquanto o outro dá indícios de um não-desejo de volta, quebrando assim a idéia de que não há estrangeiros felizes e sim que “a quantos aspiram à santidade, o exílio do mundo é condição essencial para a transcendência mística” (QUEIROZ, 1998, p. 32).

Por que, boa velhinha, empalideces,
se no rude estrangeiro me adivinhas?
Tu que na mente o meu retrato tinhas,
olhas-me agora. Não me reconheces?!

Já trinta vezes veio o fruto às messes,
a flor ao galho, ao teto as andorinhas;
todas as tardes, pelo atalho, vinhas
evocando o meu nome em tuas preces!

Sou eu! Enxuga o pranto da saudade!
Santa! Quero sentir a claridade
da benção tua, como rosicleres...

⁶³ Cumpre esclarecer que, a despeito do subtítulo “De Baudelaire”, não se trata de uma tradução *stricto sensu* do poema “L'étranger”, de Baudelaire, também transcrito nos anexos.

Voltei! Num beijo vim pagar-te agora
os muitos beijos que me deste outrora.
Sejas bendita, ó Mãe, entre as mulheres!

O soneto “A volta à casa”, de Albino Costa, desenvolve-se como uma evocação, remetendo a três passagens bíblicas. A parábola do filho pródigo e a passagem do caminho de Emaús⁶⁴ apontam reencontros com tons diferentes, já que a primeira é cercada de alegria e reconhecimento paterno, enquanto a segunda denota mais o estranhamento do retorno sem aviso. Dessa união, estabelece-se o tom deste poema, em que o retorno do filho é quebrado por um momento de possível não-reconhecimento materno.

A terceira passagem diz respeito ao verso “abençoada és tu entre as mulheres”,⁶⁵ dito a Maria, que acrescenta assim qualidade positiva à mãe que ficou à espera do filho por trinta anos, dando-lhe então uma aura de santidade aos olhos do filho/sujeito poético. Esse aspecto religioso encontrado neste poema é comum no ideário romântico, ao qual o poema filia-se temporal e tematicamente.

Esse retorno, que nos remete também ao personagem Ulisses de Homero, causa um estranhamento inicial - “Não me reconheces?!” -, já que há uma grande diferença entre o passado - simbolizado pelo “retrato” - e o presente - “olhas-me agora” - e “a longa permanência fora da casa, tanto desfigura o rosto e o corpo como altera a marcha, corrompe o sotaque, modifica os costumes, tornando estrangeiro, até irreconhecível o infeliz retornado” (QUEIROZ, 1998, p. 42).

⁶⁴ Essa passagem - presente em Lucas 24 - narra o diálogo de dois apóstolos, a caminho para a aldeia de Emaús, logo após a crucificação, que conversam com Jesus, sem reconhecer seu mestre.

⁶⁵ Essa passagem - presente em Lucas 1 - mostra o anúncio da gravidez de Maria feito pelo anjo Gabriel e a posterior fala de Isabel, esposa de Zacarias, para Maria: “abençoada és tu entre as mulheres”, palavras da “Ave Maria”.

Esse não-reconhecimento termina num “pranto de saudade”, tristeza grande que a ausência do filho causa à mãe. Esse clima é intensificado pelo desejo do eu lírico de que a mãe evocasse o seu nome nas preces das tardes (v. 7-8). Esse estrangeiro é denotado como duplamente desenraizado, já que estava longe da terra natal e também da mãe, outro símbolo da raiz, da origem e metáfora comum.

O poema é centrado na emoção do eu lírico e sua subjetividade é exposta também pelas constantes exclamações presentes ao longo dos versos. Essa característica intimista é muito forte e filia-se à estética romântica, demonstrada no poema pelo tempo regido pela natureza, pois o tempo do “exílio” é quantificado pelo retorno do “fruto às messes”, da “flor ao galho” e das andorinhas ao teto, ciclos naturais que são circulares, assim como é natural o retorno do filho à casa materna.

Diferentemente do poema anteriormente analisado, “O estrangeiro” exhibe um personagem que ainda vive em terras estrangeiras, sem buscar o retorno à terra natal, até mesmo porque diz desconhecer onde esta se localiza, caracterizando-se como um apátrida e nômade. Os quartetos iniciais confirmam o senso comum de que “ser estrangeiro” é não ter nem família, nem amigos, nem bens materiais e principalmente não ter pátria.

“Homem misterioso, atende-me um momento,
Quem amas mais na vida: os pais ou teus irmãos?
- Não conheço família! Há muito um pensamento
Obriga-me a seguir... E levantou as mãos.

“Desculpa perguntar: acaso amigos tens?...
- Mera palavra vã... jamais os encontrei.
“Qual é a tua pátria? Aonde estão teus bens?
- A pátria é todo o mundo... Eis tudo quanto sei.

No poema, o estrangeiro é questionado por alguém que - talvez por nunca ter viajado - não tem experiência para absorver a sua filosofia exposta. Essa diferença de culturas e filosofias de vida fica evidente na incompreensão das respostas dadas pelo estrangeiro, que é indagado em diferentes pontos da sua vida e a tudo nega de forma veemente.

Nas estrofes finais há uma qualificação negativa de “pálido estrangeiro” feita pelo interlocutor, para quem a vida no estrangeiro seria ruim pelo “eterno lidar” e pela solidão constante e não percebe que este acumula inúmeras experiências pela ausência de fronteiras.

“Adoras a beleza airosa e triunfante?
- Amá-la-ia, sim, se fora ela imortal.
“E o ouro, a luz real dum brilho embriagante?
- Odeio-o como vós as seduções do Mal.

“Então o que amas tu, ó pálido estrangeiro,
Nesse eterno lidar, tão só, sem mais ninguém?
- Queres mesmo sabê-lo?... errante viajero,
Amo as nuvens no céu que vão passando além.

O estrangeiro retratado não busca conservar as formas tradicionais de sua cultura natal, intencionando eternamente adaptar-se ao momento presente, sem ligar-se em definitivo ao passado. O verso final confirma a atração do estrangeiro pela instabilidade e errância ao idealizar essas qualidades nas “nuvens do céu”. Fica assim evidente a oposição do protagonista com o seu interlocutor, que do início ao fim do poema surpreende-se com o “outro”, numa atitude que denota uma identidade fixa e provavelmente pouco mutável.

Há outro aspecto em que as produções se diferenciam, pois no primeiro poema o tempo em terras estrangeiras é “rude” e traz “saudades” da casa, caracterizando-se como a noção comumente vista no século XIX sobre pátria,

em que a nacionalidade - aqui pelo viés da casa - é vista como, nas palavras de Bhabha, “uma forma de aplicação social e textual” (BHABHA, 1998, p. 199).

Entretanto, o segundo poema já direciona a noção de nacional de forma diferente, pois o estrangeiro indica que “a pátria é todo o mundo...”, evidenciando a sutil consciência de que o nacionalismo nada mais é do que uma construção cultural, apresentando-se de forma diferente da tradicional noção romântica segundo a qual o poeta deve filiar-se à pátria natal e que somente nela e com ela poderia haver uma comunhão total.

O estrangeiro deste poema apresenta-se estranho exatamente por atender a quase todo estereótipo da sua configuração: sem família ou amigos, mas que, no entanto, não busca o retorno ao torrão natal, até mesmo porque diz desconhecer os limites desse conceito. Dessa forma, o estranhamento para o leitor surge de uma atitude comum, mas que contradiz a forte ligação entre homem e natureza.

A reflexão de Eric Hobsbawn sobre escrever a história da nação ocidental moderna sob a perspectiva da margem da nação e do exílio de migrantes aparece em ambos os poemas, já que os autores tematizam a migração e a margem e não diretamente a nação ou a “cor local”, tão típicas do movimento romântico, ainda mais no estado gaúcho. Entretanto, nenhum dos textos desloca o ‘desenraizamento de comunidades e parentescos’ para a nação, já que Azevedo Júnior desfaz a noção clássica de nacionalidade e Albino Costa expõe que a volta do “rude estrangeiro” é destacada como sendo para casa e não para a nação; aqui a referência é à mãe e não somente à pátria-mãe.

Essa característica ‘híbrida’ dos poemas é explicada pela afirmação de Hall de que, “em condições diaspóricas, as pessoas geralmente são obrigadas a adotar posições de identificação deslocadas, múltiplas e hifenizadas” (HALL, 2003, p. 76). Assim, tanto os portugueses imigrados para o Brasil no século XIX como os indianos emigrados para a Grã-Bretanha no século XX teriam sentimentos - e poemas neste caso - semelhantes, mesmo que em graus diferentes de aceitação e negação da outra cultura em que se estabeleceram.

Nessa medida, pode-se até mesmo afirmar que as cidades brasileiras do século XIX eram multiculturais pela presença de imigrantes portugueses e também pela presença de escravos africanos (ou mesmo de outros estrangeiros, como argentinos e uruguaios, no caso das cidades gaúchas), pois todos esses, conforme Hall, “negociam culturalmente em algum ponto do espectro da *différance*, onde as disjunções de tempo, geração, espacialização e disseminação se recusam a ser nitidamente alinhadas” (HALL, 2003, p. 76).

Acrescente-se ainda que “os próprios conceitos de culturas nacionais (...) estão em profundo processo de redefinição” (BHABHA, 1998, p. 24) e que, parafraseando Hall (2003, p. 79), sempre existiram maneiras muito distintas de “ser brasileiro” ou “ser português” e que sempre houve uma negociação agonística dos portugueses em relação ao Brasil, numa tentativa sem fim de serem admitidos não só dentro da sociedade como dentro do cânone literário em solo estrangeiro.

Esses dois poemas são exemplos de “contra-narrativas da nação que continuamente evocam e rasuram suas fronteiras totalizadoras” (BHABHA, 1998, p. 172) e a escolha literária feita por esses autores - numa atitude de não-enfrentamento direto - funciona como um desvio dos seus temas do

idealismo do gaúcho campeiro, foco da literatura do Rio Grande do Sul do período, que já projetava a imagem do gaúcho como o centro da sua temática.

Além desse foco, a outra única alternativa seria tematizar um subjetivismo romântico, que acabou sendo a escolha natural para os imigrantes portugueses, que buscaram assimilar o outro, o autóctone, pois se encolher no seu isolamento seria a anulação de seus trabalhos poéticos e de suas identidades.

Mais sutil ainda que tematizar e dar voz ao estrangeiro é uma atitude tomada, talvez muitas vezes de forma inconsciente, pelos poetas: a utilização de vocábulos característicos de Portugal - os lusitanismos - e que são pouco usados na literatura sul-rio-grandense e/ou brasileira no século XIX.

Esse dado acontece de forma esparsa em alguns poemas do *corpus*, como o lusitanismo “herdade” (no poema “Adeus”, de Albino Costa) para caracterizar uma fazenda que serve de morada. Um exemplo mais forte desse tipo é a presença de uma árvore própria da Europa e ausente nos trópicos, o olmeiro (no poema “Chorar!”, de Rocha Galo).

A refração da cultura brasileira também se deu em outro detalhe sutil: a utilização de referenciais europeus na descrição da primavera, ligando-a aos meses de abril e maio. A representação de maio como mês das flores ocorre somente em “Fotografias VII”, de Azevedo Júnior. Para efeito comparativo, não há nenhum uso da palavra maio que a relacione com a estação das flores nos poemas transcritos na tese de Mauro Nicola Póvoas (2005), que coletou

textos poéticos em três periódicos gaúchos em período semelhante⁶⁶.

Abril, no entanto, aparece em mais quatro poemas de Azevedo Júnior: “Romantismo”, “Dormindo”, “No quarto” e “Lampejos”. Em “Romantismo”, a descrição de uma linda noite de luar é correlacionada ao mês de abril.

A lua - irmã carinhosa
Das noites do mês de abril,
Mostra a face esplendorosa
Duma alegria infantil.

Processo semelhante ocorre numa das estrofes de “Dormindo”:

E a lua, sempre suspensa,
Clareia a cúpula imensa...
Saúda as noites de Abril.

Ainda nesse poema, observa-se outra sutil utilização de uma cultura literária européia, através do uso de cotovia, que é também citado no poema “No quarto”: “Já cantam as cotovias/Por entre as grandes devesas”.

Nesse poema, em que uma linda mulher é comparada às “filhas da Andaluzia”, o mês de abril é ligado textualmente à primavera:

Pareces-me uma alvorada
Das róseas manhãs d’Abril,
És formosa e és gentil,
Pareces-me uma alvorada
Da quadra primaveril.
Ó minha bela adorada,
Pareces-me uma alvorada
Das róseas manhãs d’Abril,

A utilização desses vocábulos - ligados à cultura européia - não se manifestava mais em poetas brasileiros românticos, pois denotavam uma falta de nacionalismo e a manutenção de valores europeus, características que eram renegadas pelos românticos. A permanência desses termos no *corpus* selecionado pode revelar uma refração da cultura brasileira, mesmo que de

⁶⁶ Os três periódicos são *O Guaíba* (Porto Alegre, 1856-1858), *Revista Mensal da Sociedade do*

forma delicada.

Para realizar a mesma comparação com o *corpus* da tese de Mauro Nicola Póvoas (2005), o uso da palavra abril relacionando-a com a estação das flores encontra-se somente em produções de 1856 e 1857 - período anterior ao Romantismo gaúcho - ou em autores de quem não se conhecem dados biográficos, nem mesmo sua nacionalidade.⁶⁷

Próxima dessa idéia, é a fala do português Fernandes Costa, em artigo na primeira edição do livro *Cedrim* (1915), sobre a obra de Albino Costa:

As composições, englobadas no presente volume, (...) conservam, em mais de um ponto, sensíveis influências da prosódia brasileira, com as elisões correlativas. Embora autorizado pelo autor a corrigir a metrificacão, onde nos parecesse discordante das regras clássicas portuguesas e dos usos da nossa poética, abstinemo-nos sequer de tentá-lo (COSTA, 1992, p. 165).

Essa opinião de um contemporâneo dá indícios da existência de diferenças formais entre as composições desse imigrante com a poesia de sua terra natal, embora tal característica não tenha sido pesquisada com afinco na presente tese, que centraliza sua atenção na abordagem temática.

Varnhagen, no *Florilégio da poesia brasileira*, também opina sobre a existência de um acento nacional, argumentando que “a língua portuguesa no Brasil, desde o princípio, se *acastelhanou* muito”, dando alguns exemplos dessas diferenças. Destaca, ainda, a peculiaridade da região sul:

além disso, no interior da Província do Rio Grande fala-se hoje [1850] pelo menos tanto espanhol, como português, e o contato dos negociantes de gados e *tropeiros* com estes países, fez que se

Partenon Literário (Porto Alegre, 1869-1879) e *Corimbo* (Rio Grande, 1883-1943)

⁶⁷ Na mesma tese, a palavra “herdade” - recém-citada - é usada apenas num poema de Ramalho de Campos, poeta do qual também não é fornecido nenhum dado biográfico, nem mesmo sua nacionalidade.

adotasse deles quase tudo quanto é nomenclatura da gínetica, por exemplo - lombilho, etc.

Dadas estas razões, parece óbvio que a pronúncia ou acento peculiar ao Brasil, já na época de que nos vamos ocupar, seria a mesma que hoje (VARNHAGEN *apud* ZILBERMAN, MOREIRA, 1998, p. 239).

Novamente, um crítico contemporâneo ao período estudado argumenta a favor de um acento nacional, diferente, portanto, da língua falada em Portugal. Em “Notas” do romance *Paisagens*, o autor gaúcho Apolinário Porto Alegre igualmente aponta para essa diferença:

DIALETO BRASILEIRO - Talvez esse volume encerre uns trezentos vocábulos e formas desconhecidas à linguagem clássica. (...) Estes tesouros de filologia ainda em sua máxima parte ocultos, nasceram com a conquista, embalaram-se no berço de nossa nacionalidade (PORTO ALEGRE, 1987, p. 127).

E conclui logo adiante que esses vocábulos “fazem parte duma obra que temos em mão, com o título *Dialeto nacional* e para a qual já temos colhido alguns dez mil termos e expressões peculiares à linguagem de nosso país” (PORTO ALEGRE, 1987, p. 128). O romancista e crítico designa, por exemplo, fontes guaranícas para termos como “charque, mate, guampa, guasca, porongo, china, minuano, cuia e tapera”, fontes espanholas para vocábulos como “poncho e pelego” e africanas para “moleque e cacimba”. Interessante notar que os vocábulos citados só aparecem em um único poema (“A Eloah”, de Albino Costa) em todo o *corpus* recolhido, que é contemporâneo ao texto de Apolinário Porto Alegre.

Outra forma de verificar a aproximação ou o distanciamento que os imigrantes portugueses realizaram em relação à pátria adotiva pode ser encontrada através de paratextos, como epígrafes, dedicatórias e até mesmo a presença de outras referências textuais no corpo dos poemas ou pela

realização de traduções de autores de outra língua.

Expondo as idéias de Biron expressas no livro *Discours sur la manière d'utiliser ses lectures*, editado em 1802 e muito difundido no Brasil pós-colonial, Márcia Abreu afirma que a dedicatória e o prefácio são detalhes que mostram características importantes sobre a escrita da obra (cf. ABREU, 2003, p. 208).

Azevedo Júnior, no livro *Frisos de Luz*, dedicou - seja pelo subtítulo, seja pelo tema - sete poemas a amigos: João Câncio Gomes, Julieta de Melo Monteiro, Alfredo Ferreira, Cleonice Ciarlini, Arlindo Tourely, Loth e Vasco de Araújo. Desses, os três primeiros são autores reconhecidos na literatura gaúcha do século XIX e a quarta é uma atriz que se apresentou em Porto Alegre.⁶⁸ As dedicatórias expressariam um vínculo fraternal com a terra que o acolheu. Há, inclusive, um poema dedicado ao Partenon Literário, pela passagem de seu aniversário de fundação.

Há, no mesmo livro, quatro poemas “traduzidos” por Azevedo Júnior e outros dois com epígrafes. É possível, através das traduções, ligar o autor à literatura européia,⁶⁹ mas não à portuguesa. A epígrafe de Victor Hugo caminha na mesma direção, embora haja igualmente uma epígrafe tirada de Fagundes Varela.

Por outro lado, é no corpo de alguns poemas que se torna possível ligar Azevedo Júnior não só à cultura européia (ao “poeta escocês” Ossian, p. ex.), mas também à portuguesa através do poema dedicado ao Marquês de Pombal, no ano do centenário de seu falecimento.

⁶⁸ Não foi possível obter as nacionalidades dos três restantes, embora seja provável a origem gaúcha comum. Vasco de Araújo foi integrante do Partenon Literário.

⁶⁹ Há traduções de Dante, Baudelaire e dos espanhóis Manuel del Palácio e Plácido Langle.

Se considerado o *corpus* publicado somente nos jornais, Azevedo Júnior mostra-se mais ambíguo ainda, pois já pelos títulos de seus poemas é possível identificar duas referências ao Rio Grande do Sul (a agremiação Partenon e o escritor Múcio Teixeira) e duas referências a Portugal (Alexandre Herculano e Luiz de Camões), que são reforçadas pela presença de uma epígrafe de A. Feliciano de Castilho e pela transcrição de versos de Guerra Junqueiro que defendem o Romantismo.

Em outros dois autores, esse traço foi praticamente apagado, existindo poucas epígrafes e dedicatórias. Na primeira metade do século XIX, Antônio José Domingues usa somente um trecho atribuído a Virgílio entre seus poemas com temas brasileiros, cujas análises vêm nas próximas páginas. Albino Costa, já no final do século XIX e início do XX, toma de forma parecida um trecho de Homero como epígrafe do poema “A Epopéia do Azul” e um trecho de Victor Hugo no poema “O Sol e a Lua”. Outro poema dele é intitulado “A Eloah”, autora de poemas dedicados a Albino Costa e que, pelo que se presume, seria sua esposa e/ou amante. Os autores usados nessas epígrafes, no entanto, nada indicam, pois são clássicos lidos e citados por escritores de todo o Ocidente.

Mesmo nos casos em que Albino Costa usa epígrafes insistentemente, como no livro *Cedrim*, não se pode perceber uma firmeza nesse traço, já que aparecem tanto autores brasileiros (Barão Homem de Mello e Conde Afonso Celso), como autores portugueses (Bernardim Ribeiro), ou mesmo um crítico ainda utilizado atualmente para analisar o estado nacional: Ernest Renan.

Os poemas de Silvino Vidal publicados na *Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário* - cujas análises detalhadas estão no fim deste capítulo -

são outros que trazem elementos extratextuais interessantes. O poema “O suicida” é dedicado a Lobo Barreto, poeta português também emigrado para o Brasil. Esse dado apontaria para um traço de afirmação da cultura portuguesa, um traço da existência de uma comunidade de imigrantes portugueses que ainda mantinham uma estreita convivência, já que participaram conjuntamente de dois jornais gaúchos: *Álbum Semanal e Ensaio Literários*.

De forma semelhante, o título do poema “Nênia à morte de D. Adelina de Paula Teixeira” demonstra igualmente um traço de manutenção da cultura natal, já que Adelina Teixeira falece em Portugal, conforme nota original.

Muito mais do que simplesmente desviar-se da cultura local, os poemas analisados nesse segmento expressam diversas formas de negar espaço para a assimilação da cultura local: exaltar personagens portugueses é manter estreito o laço com a terra natal, falar da saudade é saudar a terra-mãe, poetar a voz de migrantes e estrangeiros é expor os sentimentos de quem ainda não se adaptou ao Novo Mundo, manter características formais ou lexicais portuguesas nos poemas é manter-se fiel a um estilo poético lusitano. Todas essas são formas, mais evidentes ou mais sutis, de não assimilar a cultura local.

Assimilação da cultura local

O segundo caminho traçado pelos poetas imigrantes é o da assimilação, que ocorreu, por exemplo, com Antônio José Domingues, ao publicar o livro de poemas *Coleção das poesias ao muito alto D. Pedro II*. Os doze poemas desse livro centram-se na guerra contra o ditador argentino Rosas, iniciada⁷⁰ num acordo entre brasileiros, uruguaios e argentinos assinado em 21 de novembro de 1851 e terminada na batalha de Caseros, assim como nos seus personagens: Conde de Caxias, Barão de Porto Alegre, D. Pedro II, John Greeffell, Oribe e Urquiza.

A primeira batalha, em 17 de dezembro de 1851, era a penosa passagem de Tonelero no rio Paraná, cujo responsável era o comandante Grenfell. Só então os aliados - chamados de Exército Grande da América do Sul - começaram a marcha para Buenos Aires a fim de depor Rosas, encontrando o exército de Rosas em Caseros, próximo ao Arroio Morón.

⁷⁰ Ao longo da primeira metade do século XVIII, vários acontecimentos tornaram-se motivo para a eclosão da Guerra do Prata. Em 1842, Rosas acabou com a livre navegação no Rio da Prata, irritando o império brasileiro. Em 1850, houve um rompimento nas relações entre Brasil e Argentina, após Oribe hostilizar brasileiros residentes no Uruguai. Ainda em 1850, o Brasil assinou um tratado de aliança com o Paraguai, já prevendo as intenções de Rosas de incorporar o Paraguai, o Uruguai e Sul do Brasil, reconstituindo o Vice-Reino do Prata. Impedir o restabelecimento do antigo Vice-Reinado do Prata foi objetivo do tratado feito pelo império brasileiro com Urquiza e com os uruguaios opositores de Oribe, em 29 de maio de 1851, com vistas a derrubar este último do poder, enfraquecendo também o poder de Rosas. Em 5 de setembro, da fronteira do estado sulino, Osório entrou no Uruguai, batendo as tropas de Oribe. A libertação de Montevidéu, que resistia sitiada, foi a chave para o fim da guerra, através de acordo entre Oribe, Urquiza e Caxias, então presidente da província gaúcha.

Com um efetivo de quatro mil homens - com destaque para tropas gaúchas (ex-farroupilhas) e da presença de escravos libertos -, coube à divisão brasileira atacar o centro da posição inimiga, que era o ponto mais forte por causa das fortificações de El Palomar e Caseros. E, no dia 3 de fevereiro de 1852, teve lugar a batalha de Monte Caseros, onde atuaram as tropas do Marquês de Souza.

O livro não só usa temas tipicamente brasileiros, como pode ser considerado um dos livros que ajudaram na fundação, construção e na consolidação da identidade nacional, já que Antônio José Domingues reuniu seus poemas em livro ainda no ano de 1852, após publicar pelo menos alguns na imprensa pelotense.

Esses poemas são indícios da busca pela construção e pela consolidação da identidade nacional, tão necessária nos decênios seguintes ao 1822, pois “o mero estabelecimento de um Estado não é suficiente, em si mesmo, para criar uma nação” (HOBBSBAWN, 1990, p. 93). O contexto histórico era a Regência (1831-1840) e o reinado (1840-1889) de D. Pedro II, em que ocorreram diversas rebeliões nas províncias, como a Guerra dos Farrapos (1835-1845), e nos países vizinhos, como a Guerra do Paraguai (1864-1870).

O tom da obra é otimista e idealizante, pintando o passado e o presente do Brasil como gloriosos, louvando os grandes feitos de seus governantes, mesmo que para isso faça uma reconstrução da realidade conforme os interesses da época. Há uma visão extremamente maniqueísta, típica da época e necessária para a formação de uma comunidade imaginada, já que a invenção da nação brasileira é feita aqui através da imaginação e criação (cf. ANDERSON, 1989, p. 15), pois esses são os traços principais dentro

da diegese poética.

As palavras de Renan sobre o que é nação resumem as idéias que o poeta realiza na busca da construção nacional:

o esquecimento, e até mesmo o erro histórico, são fatores essenciais na criação de uma nação. E é por isso que o progresso dos estudos históricos é, freqüentemente, um perigo para a nacionalidade. A investigação histórica, de fato, esclarece os fatos de violência que aconteceram na origem de todas as formações políticas (RENAN, 1999, p. 147).

Esse mesmo pensamento é corroborado por Eric Hobsbawn ao avaliar que a história divulgada por uma nação não parte do que foi conservado na memória popular, mas é resultado de seleção, repetição e assimilação do que é interesse de seus governantes (cf. HOBSEBAWN, 1997, p. 21).

A popularidade desse poeta entre seus contemporâneos⁷¹ possibilitava que seus poemas se tornassem uma fonte para a invenção de uma tradição, por atribuir a vitória dos aliados ao exército brasileiro, fato que foi assimilado e repetido por muito tempo no Brasil. Nesse caso, a função da “invenção das tradições” é bastante clara, já que havia uma enorme necessidade de comprovar a superioridade do Brasil no contexto latino-americano, sendo para isso necessária a criação de heróis, como D. Pedro II e o então Conde de Caxias.

Isso fica evidente em alguns dos versos finais do poema “Aos bravos rio-grandenses”, em que há o uso de um epíteto para D. Pedro II: o pai do povo:

Onde PEDRO, o Pai do Povo
Da terra de Santa Cruz
Faz o Éden do Mundo Novo. (...)

⁷¹ Isso é demonstrado num aviso que aparece antes da publicação no jornal *O Pelotense* de 28 de junho de 1852 de um dos poemas: “Para satisfazer a nossos assinantes, publicamos em seguida a derradeira produção do Sr. Antonio José Domingues, relativa à questão do Prata”.

Urquiza d'heróis na frente,
Os Orientais denodados,
Em nossos bravos encontram
Intrépidos aliados.

Assim, apesar do esclarecimento sobre o título do poema feito pela nota de rodapé de que “O valor não tem pátria exclusiva”, a integração dos exércitos entre Brasil, Argentina e Uruguai não comprova uma real união dos povos latino-americanos, já que esses países tinham seus propósitos particulares para inventar uma tradição de companheirismo e bravura.

A visão idealizante - exemplificada no poema “Aos bravos do exército aliado” - de que o Brasil entrou na guerra para defender os sofridos povos esconde as intenções políticas e econômicas de D. Pedro II em defender os interesses do Império Brasileiro:

Hoje eu vejo esse povo, que remido,
Auras de vida respirando livre,
Dá vivas imortais ao nosso AUGUSTO,
A PEDRO, Cujo trono,

Pela virtude em corações firmado,
Da Justiça vingando as leis eternas,
A vera liberdade e a paz celeste
Pelos povos difunde.

Para contribuir na formação dos heróis, é necessária igualmente a criação dos anti-heróis, que na obra são representados por Oribe, Rosas e seus subordinados (estes são tema do soneto “Auxiliares do despotismo”). A fuga para a Inglaterra, ao final da guerra, de Rosas, o líder dos “tigres”, é citada em outras quadras do “Aos bravos do exército aliado”, assim como a situação do povo argentino após a libertação do “tirano”:

O grão tigre estremece, a fuga o salva;
É vingada a Razão, e a Humanidade; (...)

Das vítimas os ais não mais s’escutam;
 O cutelo do algoz desaparece;
 Nem rola ao mar o Prata espavorido
 O sangue d’ inocentes.

Que cena, Grande DEUS! Eu vejo um povo,
 Que inda ao mundo assombrado ontem mostrava
 Os pulsos, das cadeias roxeados,
 E o colo ao jugo afeito;

Dirigindo-se a Caxias, o eu lírico, no poema “Aos bravos do Império”, elogia D. Pedro II de forma eloqüente e ufanista, afirmando que o sentimento de nacionalismo pode ser demonstrado não só na guerra, mas também em outras formas de coragem como a do monarca, que comanda com razão e justiça o império brasileiro.

Teu gênio, a par da colossal empresa,
 Enche os votos de PEDRO, em Cujo peito
 Arde inextinto da virtude o facho,
 E cintila perene a Paz celeste;
 De PEDRO, a quem somente a dignidade
 E da honra o clamor em duro ultraje
 Pode o grito extorquir irresistível,
 Que proclama aos heróis - *vitória ou morte!*
 Na cidade, ou no campo o Teu soldado
 No chefe encontra o pai, se é digno dele;

Processo semelhante ao ocorrido nas quadras finais de “Ao conde de Caxias”:

Honra, e glória sem par ao nosso AUGUSTO,
 Que por Ti nos mandou a vitória, e fama;
 Glória ao sábio Governo, que de firme
 Deu prova insuperável;

Essa ode elogia fortemente Caxias não só no presente, como prevê os louros que a História lhe dará no porvir:

No presente, e porvir as nações cultas
 Hão de, ó Conde, saudar-Te jubilosas;
 Da vera Liberdade
 Verdadeiro Campeão, lá tens a História
 Que há de em páginas d’ouro eternizar-Te.

Essa construção da História é criticada por Umberto Eco, para quem “cada um é prisioneiro da própria história e dos próprios mitos nacionais” (1984, p. 143), evidenciando que, após o momento da criação dos mitos, esses são tomados como símbolos para o povo, sendo difícil a transformação da ideologia incutida. O mito em torno de Caxias tornou-o um herói incomparável e o único duque do exército brasileiro. Mesmo as revisões de alguns historiadores contemporâneos não têm conseguido destituí-lo deste lugar heróico que ocupa na história nacional.

Outro poema de Antônio José Domingues que tematiza a unidade dos brasileiros em torno da pátria e se insurge contra os crimes e insultos provocados pela nação estrangeira é o soneto “Aos bravos defensores da Integridade do Império”, cuja quadra inicial apresenta a pátria de forma humanizada:

Brasileiros, a pátria às armas chama,
Ela tem de vingar atroz insulto;
Será crime sem par deixá-lo inulto,
Seus foros restaurar o jus reclama.

Já o poema denominado “Hino Marcial” desenvolve esses conceitos de nação brasileira, argumentando que a guerra contra a tirania é justa e correta, considerando-a melhor do que a escravidão. Esse conceito é rebatido por Benedict Anderson, para quem a visão positiva das guerras nacionais é o problema fundamental do nacionalismo: “o que faz com que as minguadas imaginações da história recente (pouco mais de dois séculos) dêem origem a sacrifícios tão colossais? Creio que as origens de uma resposta encontram-se nas raízes culturais do nacionalismo” (ANDERSON, 1989, p. 16).

No caso brasileiro, a obra de Antônio José Domingues é exemplo da ideologia construída ao longo dos séculos XIX e XX para criar e fundamentar o

nacionalismo, assim como difundir a idéia de um “povo feliz” em defender a nação:

Provocaram vis tiranos
O Brasílico Leão;
Brasileiros, restauremos
Os direitos da Nação.

Quando a paz é decorosa
Felizes os povos são;
Quando a paz desonra os povos,
vale a paz à escravidão.

Através da personificação da pátria, que possui voz e conclama o cidadão verdadeiramente brasileiro, é enfatizada mais uma vez a idéia de que o brasileiro deve lutar pela pátria, morrendo ao lado da Verdade para ser idolatrado na posteridade, como nos versos abaixo do mesmo poema:

Ir à guerra, quando justa,
É dos fortes o brasão;
A fraqueza mata o brio,
E sucumbe à férrea mão. (...)

Viva PEDRO, Pai da Pátria,
Viva o Nobre Capitão,
Quem não segue a voz da Pátria
Deixa de ser Cidadão.

O verso final do soneto “Aos bravos defensores da integridade do Império” é emblemático para definir o pensamento do poeta quanto à função da guerra: “O que a razão não fez, decida a guerra”. Da mesma forma que o sugerido por algumas quadras do já citado poema “Aos bravos rio-grandenses”, que apontam as supostas melhorias trazidas pela guerra - “que tem enchido de horror o mundo civilizado” - e pela vitória da Justiça aos moradores mais simples do Prata, como pastores e agricultores, omitindo novamente os interesses das nações e de seus governantes:

Do Prata imenso nas margens
Os seus valorosos filhos.
Para serem, quais ser devem,
Sigam leis, e não caudilhos.

Verão logo, como a terra,
Novas riquezas brotando,
Da Paz o divino influxo
Lhes vai os fados dourando;

Como unidos, quanto fortes,
Longe indiscreto furor,
A par de agrícola folga,
Canta seguro o pastor;

Como o astro benfazejo
Da SANTA RELIGIÃO
Inspira, ilumina, e forma
O perfeito cidadão.

O poeta, então, fecha o tema da cidadania, evidenciando que a religião é outro fator necessário para a formação do ‘perfeito cidadão’ numa época em que o Estado ainda tinha fortes laços com a Igreja Católica, servindo também como mais um elo de ligação comum entre brasileiros e portugueses.

Abordando a religião, Hobsbawn argumenta que ela “é um antigo e experimentado método de estabelecer uma comunhão, através de uma prática comum e de uma irmandade, entre pessoas que de outro modo não teriam nada em comum” (HOBBSAWN, 1990, p. 83). Entretanto, cita diretamente que “paraguaios, brasileiros e argentinos desde a independência foram todos, igualmente, fiéis filhos de Roma, e não podiam distinguir-se como comunidades por sua religião” (HOBBSAWN, 1990, p. 83).

Assim, apesar de enfatizar a importância da religião no processo de cidadania como uma forma de unir os integrantes de uma mesma nação, pode-se afirmar que o conceito de nacionalismo construído pelo poeta revela-se próximo ao definido por Ernest Renan, que se centra na noção de plebiscito

diário, o qual seria “expresso no desejo claramente expresso de continuar a vida em comum” (RENAN, 1999, p. 159), já que o poema é um pedido constante para o brasileiro tornar-se cidadão da nação brasileira.

Outro trecho também é útil para se perceber a construção da nação brasileira, em que o processo de idolatria inverte-se e não é a pátria que tem a necessidade de chamar seus “filhos”, mas parte desses a vontade de lutar pela terra natal e encher de tristeza os velhos que não podem participar desse ato heróico e de “entusiasmo” as mulheres que cedem filhos e esposos para a pátria mãe.

Chora o velho, porque os anos
O prendem junto do lar,
E lhe vedam, como outrora,
As fileiras engrossar;

No geral entusiasmo
Mães, esposas dignas são
Dos guerreiros, que de Esparta
Os feitos renovarão.

Há portanto uma ficcionalização de fatos históricos para que os combatentes fossem valorizados na produção poética em questão, versão que é desfeita se comparada com as charges de diversos jornais cariocas e gaúchos da época, que tratam essa guerra (assim com a do Paraguai) como sinônimo de morte e desespero das mães.

Em outras quadras desse poema, repete-se a idéia de que a participação brasileira nessa guerra será vencedora pois é o lado da justiça, libertando os povos vizinhos da ambição e da prepotência de tiranos.

Vós não ides nesses campos
As famílias enlutar,
Nem da cruenta ambição
A fome eterna cevar.

Vós não ides, como tantos,
A prepotência imolar
Triste povo, que recuse
As cadeias arrastar.

É nobre, augusta, brilhante,
É santa a vossa missão;
A mais digna, que ser possa
Da Brasileira Nação.

Dessa forma, pode-se pensar que Antônio José Domingues, ao tematizar os heróis brasileiros na Guerra contra Oribe e Rosas, criou uma versão da História condizente com a necessidade de integrar o país em torno do ideal de Justiça, tão importante para a manutenção da monarquia brasileira.

Anteriormente, o poeta já havia publicado outro texto sobre a situação política brasileira. Escrito em 1832, o soneto “Tirania” é declamado personificando o Brasil como “Pátria minha gentil” e sustenta que a Independência foi um grande momento.

No segundo quarteto, entra em cena um “monstro, de horror e lágrimas sedento,/ [que] jurou roubar-te a imensa claridade”, que, pelos dados históricos, deve ser o Padre Feijó, que tentou dar um golpe político, pois ainda estava nas mãos de regente, em 1832. Essa tentativa ficou conhecida pelo Golpe dos Três Padres, por ter sido feita pelo ministro da Justiça (e padre) Feijó, com o apoio dos também padres José Bento e José Custódio.⁷²

O eu lírico pede então para que “não demores, ó pátria, a impunidade,/ [pois] a lei juraste e cumpre o juramento”. E adverte, nos tercetos, sobre os perigos de o povo castigar a impunidade através de atos violentos:

⁷² Outra hipótese, igualmente plausível, para o contexto referido no poema é a abdicação do trono de D. Pedro I para seu filho em 7 de abril de 1831, que também gerou tentativas de golpe.

Quando um povo delira e se enfurece
 escreve seus anais com sangue humano,
 da virtude, de si, das leis se esquece.

Da anarquia, ó Brasil, repele o dano,
 vê que ao cetro da lei, se a lei fenece,
 quase sempre sucede o de um tirano.

Nesse trecho, Antônio José Domingues novamente usa do termo povo para enobrecer atitudes da pátria ou contra sua estabilidade, como se houvesse uma participação política do povo, ao contrário do visto por José Murilo de Carvalho, que afirma a apatia do “povo” pela política durante a existência do império brasileiro.

Alguns anos depois, o poeta escreve sobre fatos históricos da Revolução Farroupilha (1835-1845), tratando como sempre de forma heróica os seus personagens, seja o coronel Albano, no poema “À saudosa memória do Cor.^{el} Albano d’Oliveira Bueno, assassinado, quando preso, pelos rebeldes na guerra civil”, seja o general Bento Manoel Ribeiro, no poema “Soneto”. Em ambos, o poeta faz uma análise sob a ótica dos legalistas (ou imperiais), atribuindo aos rebeldes (os farroupilhas) um caráter negativo e nomeando-os “monstros”. No primeiro poema, o autor aponta que

A Justiça indignada ao Céu voando
 Implora a Jeová, dardeje o raio
 Sobre o ímpio, traidor, horrível bando.

Alfredo Ferreira Rodrigues, em artigo do *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* de 1898, informa que Albano, após ser preso pelos farroupilhas em abril de 1836, tentou fugir, sendo alvejado por dois guardas, que foram repreendidos pelos seus superiores. Alfredo Rodrigues diz ter conseguido reunir, sobre esse episódio, depoimentos suficientes para

acabar com versões errôneas divulgadas tanto pelos farroupilhas como pelos legalistas.⁷³

O soneto, sem título na fonte primária, foi coletado em meio a um texto sobre Bento Manoel Ribeiro⁷⁴ em que o autor Alfredo Rodrigues cita o poema como exemplo do “entusiasmo dos legalistas” (RODRIGUES, 1902, p. 143) por esse militar. Seguindo o estilo já firmado, engrandece seu personagem como um herói “que, salvando do abismo o continente,/ o auriverde pendão sustenta ovante”, lembrando que “De vós, a pátria espera imensa glória”.

Antônio José Domingues ainda volta a tematizar a nação brasileira em outros dois poemas: “Hino” e “No faustíssimo e memorável dia Sete de Setembro”. O primeiro foi escrito e publicado em 1852, sendo excluído do livro poético sobre a Guerra do Prata. Mantendo as características desse livro, elogia D. Pedro II e o então Conde de Caxias no refrão:

Viva PEDRO, que os direitos,
Fez do Cetro respeitar;
Viva o Conde, que de PEDRO,
Soube o Nome eternizar.

A valentia de Caxias é desenvolvida pela negação de qualidades nos adversários, sendo estes opostos nas intenções e “É por isso a glória Tua,/ O Teu renome sem par”

⁷³ Walter Spalding também cita o fato, mostrando que no “combate do São Gonçalo, depois de heróica resistência, foi preso o coronel Albano e, em viagem para Porto Alegre, covardemente assassinado por dois negros que, em seguida ao crime, fugiram, nunca mais se tendo notícias deles.” (SPALDING, 1992, p. 110).

⁷⁴ Durante a Revolução Farroupilha, Bento Manoel Ribeiro (Sorocaba, 1783 - Porto Alegre, 1855) esteve ora do lado farroupilha, ora do lado imperial, conseguindo grandes vitórias em ambos os lados. Filho de tropeiros paulistas, veio com cinco anos para o estado gaúcho, onde se alistou no final do século XVIII. Já como coronel, tomou parte ativa na derrubada do governo da província, no início da revolução. Foi promovido a general da República por Bento Gonçalves em 29 de dezembro de 1837, até desligar-se dos farroupilhas em 1839. De novembro de 1842 a 1845, atuou no exército imperial, obtendo vitórias que determinaram o fim da revolução.

Foi dos tiranos a empresa
Os povos escravizar;
Foi, ó Conde, a empresa Tua
Esses povos libertar.

É dessa maneira que a nação brasileira no século XIX, ressalta-se mais uma vez, é explicitamente considerada uma comunidade imaginada, pois há nesse período a invenção de uma nova nação cujo conceito de nacionalidade ainda era pouco firmado na consciência da população.

Essa reflexão comprova o interesse político de um imigrante português cuja obra é publicada no Brasil e tematiza essa terra adotiva, num processo de assimilação frente à cultura local, revelando assim a mobilidade do conceito de nacionalismo no século XIX, já que o autor buscou proteger-se através de um sistema de autodefesa, possível para a época, ao manifestar sua brasilidade.

O último poema coletado de Antônio José Domingues que tematiza a história brasileira é “A despedida do guerreiro ao partir para o campo de combate”, “em versos hendecassílabos soltos” (SILVA, 1867, VIII, 199), em que há um diálogo entre os personagens Alfredo e sua esposa Elvira sobre o destino desta quando o homem vai para a guerra, como todos que prestaram fidelidade à Pátria.

Há poucos traços diretos de assimilação neste poema nacionalista, como na dedicatória feita “aos bravos do Império de Santa Cruz” e nos versos finais, que fazem referência à guerra do Prata. A conversa ocorre no “dia da marcha”, pois “ao mavórcio conflito os bravos chama”. A guerra é necessária,

Antes que as hordas do tirano venham
O solo poluir da pátria nossa,
E trazer às famílias brasileiras
A desonra, a pilhagem, a fome e a morte,

Nesse contexto, o dever para com a pátria é maior do que o amor à esposa e ao filho, embora esta vá acompanhar o guerreiro no coração:

É forçoso partir, adeus, Elvira!
Aqui vais neste peito, aqui te levo
Neste meu coração, que ao teu pertence;
Nesse fruto do amor, que nos inflama,
Tens ausente de mim o esposo e o filho,

Na resposta, Elvira diz que ama, como Alfredo, a pátria, advertindo que a vitória não deve significar a morte do esposo.

São teus votos os meus, ardo em desejos
De ver os campeões da liberdade
Ir vingar a razão, a humanidade;
(...)
Do leito nupcial as rosas devem
Em uma cinerária converter-se,
Adeus, pátria, adeus, glória, adeus, triunfo,

Nesse caso, o único pedido de Elvira é que Deus una marido e mulher no mundo dos espíritos. A esposa diz que não aceitará a morte do marido e que a dor também atingia as famosas mulheres de Esparta, já que, “Abrissem-lhes o peito, então veriam/ De gala o rosto, o coração de luto!”

A fala de Elvira continua com a descrição de um pesadelo em que era prevista a morte do marido e, por causa desse presságio, pede que:

Me permitas que eu vá contigo e possa
Vencido ou vencedor acompanhar-te.
O amor quando ardente quando forte,
Coragem infunde que os mortais surpreende,
(...)
Sócia tua fiel eu mesma quero
Ao som dos hinos enrugá-te a fronte;
O destino do esposo é meu destino.

Alfredo, então, recrimina a esposa, que deveria encorajá-lo a lutar e não falar de ‘infaustos sonhos’, lembrando-a de seus juramentos à pátria.

Não sabes que o guerreiro quando jura
A pátria defender, de Deus à face,
À face do país lhe faz heróico
A solene oblação da vida sua?!
Ignoras qu'esta vida tão mesquinha,
Tão curta, miseranda e fugitiva,
Só quando ativa a rica de virtudes
A vida sempiterna nos prepara.
E nela a glória d'inefável preço?!

Alfredo enumera então seus argumentos em favor da guerra, dizendo ir “trocar vida mortal por fama eterna”. Ao personificar a pátria, que brada: “Vai, Alfredo, vingar-me”, considera a guerra “empresa a mais santa que a justiça” e identifica-se como “cristão”, concluindo que

Eu no Deus dos exércitos espero
Que as armas brasileiras levem presto
Às hordas do tirano a fuga ou morte.
A fé redobra no meu braço o esforço,
No meu peito o valor; a fama em breve
Há de vir neste lar anunciar-te
O triunfo dos nossos, e dizer-te
Que o pendão auriverde, fulgurando,
Aforrado no campo da batalha,
No cimo de troféus ondeia ovante!

Com esses argumentos, Alfredo termina sua fala a Elvira.

Vou partir, cara esposa, quero ver-te
Olhos enxutos, amazônio rosto,
Ademan de heroína: adeus, Elvira.

Essa então aceita a crítica do esposo, argumentando que “este amor qu'extremoso te consagro/ Cerrou-me inteiramente os olhos d'alma”, mas que

As centelhas que vibras desses olhos,
Por alto patriotismo afogueados,
M'iluminam, m'incendem, me transtornam!
Já não vês os meus olhos lacrimosos,
Nem mais interjeições angustiosas
Nem mais interjeições angustiosas
Te hão de em mim revelar tumulto d'alma.
(...) Voa ao alto destino que te chama;
O anjo que te guarda vá contigo,
E te seja broquel, amparo e guia,
Este o último abraço: adeus, Alfredo!

A fala final de Alfredo, transcrita integralmente, retoma a fama das mulheres de Atenas, afirmando que um ‘bravo guerreiro’ sempre tem uma esposa a sua altura e termina fazendo um singelo pedido.

Quanto exulto de ver-te, minha Elvira,
As lacônias matronas imitando,
Quando ao ir para a guerra os seus consortes
Ao partir iam delas despedir-se;
Agora sim, agora reconheço
Em ti de audaz guerreiro a digna esposa!
Em honra deste dia, Elvira, vamos
Nós ambos entoar um márcio canto.

Nesse canto final, o nacionalismo é mais evidente ainda, corroborando a idéia de que a sua vida está ligada intimamente à vida da pátria, que a morte ou o sucesso da pátria está ligado a cada um dos seus filhos.

Quando a pátria dos filhos reclama
Ir-lhe na guerra insultos vingar,
Ou com ela vencer deveremos,
Ou sem ela na lide acabar.

Dos bravos somente a vitória
Há de as fronteiras de louros ornar;
Vamos, sócios, às margens do Prata
Na peleja esses louros ganhar.

Ajudar nossos bravos vizinhos
A pôr termo à vil servidão;
A seus votos por serem sublimes
Nossos votos ligados estão.

As estrofes acima idealizam uma guerra movida por motivos justos e divinos, não ligada a interesses políticos ou econômicos. Essa construção poética, de forma semelhante aos textos já citados do mesmo autor, serve também para unir os brasileiros em torno de um objetivo dito nacional ao focalizar o inimigo no ‘tirano estrangeiro’.

Pinto Monteiro segue o caminho da assimilação ao publicar os poemas “Ao meu amigo Felinto Perry” e “Salve!”, comprovando assim a mobilidade dentre essas opções, já que tanto o título do primeiro, como o subtítulo do segundo - “Ao meu amigo Lobo da Costa” - ratificam uma relação mais próxima com o Brasil do que o seu poema anteriormente referido “Minha terra”.

O primeiro poema, publicado em janeiro de 1874, é dedicado ao tenente rio-grandino Felinto Perry (1844-1892), condecorado com títulos e medalhas por sua participação na Guerra do Paraguai. Provavelmente, o poema foi escrito e publicado durante uma visita do tenente ao Rio Grande do Sul, que morava então na capital federal, onde casara e tivera filhos.

Ao longo dos primeiros quartetos, o eu lírico repetidamente opõe sua vida decadente à glória obtida por Felinto Perry.

Hoje te encontro de lauréis coroadado,
Tu me encontras coroadado de martírio.(...)
- A vida minha,... - escuridão completa!...
E a tua vida fulgurante e linda.

Nas estrofes finais, a história do militar é explicitamente ligada à história brasileira pelo seu patriotismo e destemor na guerra.

Pela pátria no meio do perigo
Alçaste o pavilhão da liberdade,
E firmaste com as balas do inimigo
Tua história gentil na mocidade.

Igualmente em “Salve”, não há só uma poesia encomiástica para Castro Alves, mas também para o Brasil, pois são citados os termos “Santa Cruz” e “Império de Cabral”, além da identificação do eu lírico com um português. A imagem do condor, figura emblemática da terceira geração romântica, aparece com destaque, bom como a genialidade do herói.

Como o condor arrojado,
Rasgas o céu no improviso
Um gênio imenso eu diviso
No teu cérebro de luz.
Honras as letras e as terras
Que te embalavam criança
Como uma grande esperança
Das palavras de Santa Cruz.

A estrofe seguinte marca também a origem do eu lírico (e, não por coincidência, a mesma do poeta) como sendo portuguesa, o que aumenta ainda mais o poder da louvação ao vate brasileiro e, indiretamente, ao Brasil.

Eu, português que admiro
O arrojo da inteligência
Presto subida obediência
Ao teu diadema imortal;
E lanço flores e palmas
No teu caminho sagrado,
O poeta abençoado
Deste império de Cabral.

Rocha Galo, de forma semelhante, usa de personalidades locais para evidenciar a diferença entre o velho e o novo mundo, como no poema “Criança”, dedicado a um jovem pianista brasileiro, Maurício Dengremot. A afirmação de sua genialidade (cultura) é baseada no ambiente (natureza) em que vive, fazendo com que a terra brasileira sirva de fonte de motivação para o elogio ao “gênio das florestas”. Esse binômio cultura e natureza é percebido em outros poemas aqui selecionados e é característico desse período romântico e ocorre em diversos poetas brasileiros canonizados.

Criança! Tu és áureo reflexo
Deste sol que incende os horizontes
Da terra brasileira;
Tu és filho dos gênios das florestas,
E nasceste de um ósculo de fogo
Na frente da palmeira.

E a homenagem vai mais longe, pedindo que o povo do Mundo Novo aprecie esse filho da terra, naquilo em que esta suplanta a experiência do

Velho Mundo, representado pela referência a Paganini, famoso violinista que igualmente teria aprendido a tocar e compor na infância.

Paganini moderno, tens um trono
Em cada coração que aí palpita,
No seio deste povo;
Porque vale um trono - e opulento -
O gênio que espantando o Velho Mundo
Nasceu no Mundo Novo.

Os versos finais, dirigidos como conselho para a criança, servem novamente para patentear a grandiosidade do Brasil, que recém-libertado já produz gênios desse quilate, antecipando em parte as grandes glórias no futuro.

Vai dizer-lhes na linguagem
Que tu sabes proferir,
Que o Brasil é berço enorme,
Onde a glória rasga ao gênio
As cortinas do porvir.

Se Rocha Galo estabelece a relação entre a palmeira e a genialidade de seu homenageado, Silvino Vidal também traça rapidamente o mesmo paralelo entre os palmares e a beleza da mulher elogiada no intimista “Enfim”. Nesse poema, o eu lírico fala das dificuldades que teve ao conquistar uma “morenita dos palmares”, que é “pomba esquiva aos meus desejos”.

A assimilação à cultura local fica mais evidente no poema “A Porto Alegre”, escrito por Silvino Vidal e dedicado a Luciano de Aguiar, pseudônimo do poeta gaúcho Damasceno Vieira (1850-1910). Os versos iniciais descrevem idilicamente a capital gaúcha. Aparentemente pouco antes de uma mudança de residência, o eu lírico despede-se de Porto Alegre e do seu principal cartão-postal: o Guaíba.

Terra do meu amor! Berço risonho
Que de encantos a vida me douraste
Na quadra festival da meninice,
Onde as águas saudosas do Guaíba
Manso murmuram no silêncio cantos
Como a prece de um anjo ao ser dos seres!

Na seqüência, é exposto que a partida da cidade é a mola propulsora do poema. Essa motivação faz exacerbar a relação íntima entre o eu lírico e o espaço urbano personificado numa confidente de tristes dias. O poema termina evidenciando que, se existe um elo entre o sujeito lírico e a cidade, existe também esse elo entre o poeta e o amigo a quem é dedicado o texto.

Aceita pois, ó terra dos amores,
Filha dileta dos vergéis floridos
Este adeus extremoso! Talvez nunca
Nunca mais volva a ti! Talvez a sorte
Para sempre me roube aos teus carinhos
E ao amor fraternal de um só amigo
A quem dedico de minh'alma as trovas
E o pranto amargo que me banha a fronte!

Outro poema que dá nuança de assimilação, mas sem citar explicitamente o Brasil é “No ermo”, de Silvino Vidal. Em meio à descrição de um ambiente triste e sombrio, o eu lírico inclui o suspiro de uma “triste araponga”, ave tipicamente brasileira. Nesse ermo, diz que vaga com uma “saudade sombria” e que sua melancolia seria decorrente do seu afastamento da terra natal e dos seus:

Não pode a pomba selvagem,
Ir viver longe dos seus
Sem que morra de saudades
Na hora de extremo adeus!
Não posso viver ausente
Desses carinhos tão meus!

O mesmo se dá em “Num álbum”, de Rocha Galo, ao relatar como “é triste a natureza deste ermo”, onde “nem canta o sabiá nas longas noites”. Aqui, o poeta reconhece o sabiá como típico da fauna brasileira, embora esse

não esteja presente no momento da fala. Essa ausência serve como argumento a mais para fortalecer a tristeza do ermo e da sua alma. Nas estrofes finais, o eu lírico relata que a falta de ilusões o força a deixar um triste poema que traduz seus sentimentos íntimos.

Saudara o sol da esp'rança
Nos horizontes da vida,
Se minh'alma dolorida
Tivesse ainda ilusões.

Mas sem essa linda c'roa
Que do vate a fronte enflora,
Que posso deixar nas páginas
De vosso álbum, senhora?!

Deixo um nome sob um treno
Que minhas mágoas traduz,
Como um goivo que viceja
À sombra de uma cruz.

Azevedo Júnior é mais um poeta que seguiu o caminho da assimilação da cultura local, ao tematizar o aniversário da Sociedade Partenon Literário, em dois anos diferentes. Analisando essa produção poética, Mauro Nicola Póvoas afirma que eram

prática bastante comum na época composições encomiásticas a pessoas ou instituições, com o intuito de agradecer-lhes alguma ação ou simplesmente louvar-lhes os atributos. São produções que em geral não alcançam grande mérito literário; no entanto, por outro lado, guardam valor histórico e memorialístico, por registrarem no papel um momento, um agradecimento, uma lembrança, que se não fosse por isso estariam perdidos (PÓVOAS, 2003, p. 26).

Dessa forma, a assimilação da cultura local perpassa o elogio não só ao grupo literário que acolheu o “estrangeiro” Azevedo Júnior, mas igualmente ao país adotivo, já que os integrantes do Partenon, nos versos deste poema,

São os preclaros talentos
Desse colosso - o Brasil,
Que nuns escassos momentos
Colhem aplausos aos mil.

O poema “*Tenebra et lux*”, de Azevedo Júnior, é outro em que é manifestada a assimilação da cultura local, mesmo que disfarçadamente. O poema faz ver como “era lúgubre a história” de quando, “em meio da senzala”, “ouvia-se o chicote e o som das gargalheiras”. Em meio a sentimentos de vingança, causada pelo “fero despotismo”,

Chegada foi a hora. Ergueram-se alguns bravos.
Vencera-se a batalha. E a frente dos escravos
Inunda-se de luz - a luz da LIBERDADE!

Assim, hoje o soneto poderia ser lido naturalmente como um poema antiescravagista, mas um dado externo modifica substancialmente a primeira leitura. O fato de o poema ter sido publicado em 7 de setembro de 1884 evidencia que a senzala era o Brasil, o dono do chicote despótico era Portugal e que “alguns bravos” foram os que promoveram a independência e inundaram o Brasil de liberdade. Embora não elimine a leitura antiescravagista, a data de publicação torna evidente a assimilação da cultura local, em que a Independência Brasileira é louvada por um imigrante português.

Igualmente com temas políticos contemporâneos, “Contraste” é publicado por Azevedo Júnior no jornal *O Caixeiro*, em 1879. O poema inicialmente se apresenta como uma oposição entre fidalgos numa festa e pobres que enfrentam a forte chuva na rua:

A noite é fria, temerosa, horrível! ...
Ninguém à rua se aventura a ir...
Gelada chuva transversal, temível
Vai nos telhados com fragor cair! ...

(...)
 Entanto, à mesa, numa sala extensa,
 Começa a festa deslumbrante, airosa ...
 Vários convivas que o metal incensa
 Formam a roda senhoril, pomposa!

Nas estrofes finais, no entanto, esse contraste baseado em motivos monetários modifica-se para outros valores: políticos. A divisão final ocorre entre os ‘fidalgos nobres’, ligados então à monarquia, e a população em geral, que canta a *Marselhesa*, símbolo dos republicanos brasileiros:

Erguem-se brindes aos fidalgos nobres
 Que têm nas veias inda o sangue azul,
 Mas que se afastam do casal dos pobres,
 Desses que a sorte nem lhes deu paul!

Depois, nos vivas ao monarca augusto,
 Perde-se o fio dum febril discurso;
 Aonde encontra-se o elogio injusto
 Chegar ao termo do mais vivo curso.

Mas quando estava a terminar a fala,
 Todos em roda da soberba mesa,
 Qual o ribombo do trovão que estala,
 Cantava-se na rua a *Marselhesa*!

Assimilação é atitude presente em Albino Costa, em alguns dos poemas publicados no livro *Cedrim*. O poema “Nova pátria” apresenta, sem nomear explicitamente, o Brasil como um “país grandioso” que “a raça lusa conquistara/ Para seus filhos”. Ao contrário de Antônio José Domingues, Albino Costa escreve em Portugal para ser lido por portugueses, tanto que não publica novamente esse poema após seu retorno ao Brasil, fato que acontece com diversos outros poemas constantes em *Cedrim*, confirmando como essa assimilação é mais forte do que a vista nos outros poetas aqui analisados.

Algumas páginas após, no poema “Pátria nova”, o autor escreve novamente sobre o Brasil. Aqui, o poema busca tentar integrar as nações, atribuindo voz e vontade ao povo brasileiro:

E disse então para a Mãe-Pátria: -
Ó Lusos!
De ser teu filho, já me basta a glória;
Mas hoje eu quero o meu lugar na História
Entre as grandes nações!

O poema segue elogiando as qualidades dos brasileiros - e também dos portugueses - na guerra, na defesa dos seus interesses e territórios:

Por seis vezes a França foi batida;
Da forte Holanda se quebrou a sanha,
E foi vencida a poderosa Espanha
Nas terras do Brasil!
(...)
E nesta livre América fulgente,
O Luso solo imenso se desata,
Desde o Oiapoque ao majestoso Prata:
- Hoje este solo é meu!

No elogio do eu lírico aos descobridores e à terra brasileira, não poderiam faltar as características naturais, presentes desde os primeiros românticos, aqui ligadas à natureza do novo mundo:

Hei de lembrar que tudo o que há de belo
E útil, no mundo conquistado - achaste,
Fauna e Flora, - ave e grão, - entesouraste
No meu país de escol.
(...)
Rios maiores do que o Mississipi,
Que o Nilo, o Yang-Tsi, meu seio banham;
Florestas gigantescas se desenharam
Meu ar enchendo de virgíneo odor...
Mais de mil léguas de extensão no Atlântico,
Costas e céus de uma beleza extrema,
E tenho poemas onde chorou Moema,
De saudade e de amor!

Essa atribuição ao Brasil como berço de pessoas cultas (“no meu país de escol”) foge um pouco da visão contumaz de o Brasil ser somente elogiado por sua natureza, como feita nos versos seguintes. A cultura brasileira é igualmente retomada pela lembrança de Moema, índia - personagem da obra *Caramuru*, de Santa Rita Durão (1729-1789) - que se apaixonou por um

européu e, cheia de saudades, morreu afogada quando este retorna à sua terra natal.

A estrofe final prevê um futuro grandioso para a ‘raça’ luso-brasileira:

Dentro de um século cem milhões de bocas
 Hão de falar a língua que me deste,
 No meu Brasil que tanto engrandeceste;
 É nossa: o impô-la ao mundo cabe a nós!
 Tua raça, há de, em mim glorificada,
 Refluir sobre o meu ossário antigo:
 Berço da minha História, - épico abrigo
 Da alma de meus avós.

“Em país distante”, o poema seguinte de *Cedrim*, retrata um eu lírico que pouco aproveita estar “neste país de Sonho onde eu nasci!”, pois fica saudoso de sua esposa e filhas:

Parece-me... Olha, que ilusão dorida!
 Que ando sem alma, que a deixei aí!
 E em meio desta região florida,
 Falta-me tudo: ar, alegria, vida...
 Faltas-me tu aqui!

Ouçõ das aves as risadas finas;
 O Sol, de manhãzinha, me sorri!
 Mas o meu coração tem só neblinas,
 E penso em nossas filhas pequeninas:
 Penso nelas e em ti!

Aqui, o retorno ao país natal não traz alegrias, pois o eu lírico percebe que sua vida está totalmente centrada na nova família do país adotivo. O sujeito poético sente-se exilado na terra natal, admitindo até mesmo que o retorno aos bons tempos da juventude ocorre quando está com a amada:

Eu sentia-me em plena primavera,
 Como se aos meus vinte anos eu descera!
 E tu desceras aos teus quinze, flor!

Nos poemas românticos, o eu lírico conversa hipoteticamente com seu objeto de desejo: o país natal. No presente poema, o objeto de desejo é a

esposa deixada antes da viagem (“Uns rútilos marejos/ Orvalharam-lhe o olhar, quando parti!”), ela é a interlocutora de seu poema, para ela é dirigida a lástima e ela é o motivo do desejo de retorno, que supera até mesmo o desejo de visitar a pátria natal deixada há muito tempo.

Embora não citando explicitamente o Brasil, pode-se relacionar o eu lírico com os dados biográficos do poeta, até mesmo pelo momento de escrita. Cabe aqui a reflexão que tanto um como outro estão em Portugal, a terra natal, mas distantes da família que ficou no Brasil.

No tema da separação espacial, ainda está enquadrado o soneto “Voltei súbito”, no qual o eu lírico vê distanciar-se um navio da Baía de Guanabara, levando-o à tristeza:

Vejo-o partir, na extensa curvatura,
Do cais, cortando as ondas fugidias,
‘Té sumir-se por entre as serranias
Que a Guanabara esplêndida emoldura!

A assimilação aqui ocorre sutilmente pela citação da paisagem brasileira, mas a sensação de abandono - tão comum num poeta imigrado - piora no momento em que há um aceno distante, marcando ainda mais a despedida forçada pela viagem, pela distância:

Mas, no convés do barco inconsciente,
Acenou-me um lencinho alvinitente,
E um beijo salta de pequena mão!

- Guarda bem fundo, ó mar, esta lembrança!
Desde então nunca mais se fez bonança
Neste profundo oceano - o coração!

A separação do ente querido parece definitiva para o eu lírico, que compara o oceano profundo ao seu coração, que fica revolto como um mar agitado.

Albino Costa tem ainda duas composições publicadas em jornais com traços de assimilação: “A Lobo da Costa”⁷⁵ e “A Eloah”. Este último, ambientado no espaço do pampa, cita dois de seus traços fundamentais: o churrasco e o chimarrão, constituindo-se no único poema com traços regionalistas. Esses traços, elementos comuns nos textos dos poetas românticos nascidos no Rio Grande do Sul, são raros nos poetas selecionados neste *corpus*, que, mesmo promovendo poemas de louvor a heróis e/ou entidades brasileiras, pouco se aproximaram da temática regionalista do personagem pampeiro.

Se o primeiro poema pode ser visto como uma composição laudatória após a morte de Lobo da Costa, o segundo indica uma forte assimilação do poeta Albino Costa aos traços da terra adotiva, no terceto final do soneto de amor:

Entretanto, fumegavam no terreiro
Um churrasco bem gordo num braseiro
E uma cuia de mate chimarrão!

Destaca-se aqui não só o tema escolhido, mas os vocábulos selecionados, únicos entre os listados por Apolinário Porto Alegre como sendo “peculiares à linguagem do nosso país” (PORTO ALEGRE, 1987, p. 128), como já citado. Carlos Baumgarten observa que, nas notas do livro *Paisagens*, “a língua também passa a ser considerada como um critério distintivo entre as nacionalidades brasileira e portuguesa” (1997, p. 84).

Esses traços regionalistas foram os pontos fundamentais para o estabelecimento do cânone dos historiadores de literatura gaúcha e é lícito pensar que a ausência desses traços seja o principal fator de exclusão dos

⁷⁵ Não há nenhum registro que evidencie o menor grau de parentesco entre Albino Costa e

poetas aqui analisados, já que todos - em medidas diferentes - tiveram reconhecimento de sua qualidade artística entre seus contemporâneos e conterrâneos.

Esse mesmo poeta que publica o texto mais regionalista encontrado no *corpus* publicou também outros dois livros que se destacam. O primeiro é *Cedrim*, editado em Portugal e dedicado a sua cidade natal.⁷⁶ Nesse livro, entretanto, Albino Costa dá à luz ao final alguns poemas escritos no Brasil e com temas diversos, tanto intimistas, como outros já citados. O segundo destaque de sua poesia é para o livro *Epopéias da raça*, que em 1922 denota traços hibridizantes, propondo uma união entre Portugal e Brasil.

Lobo da Costa.

⁷⁶ Curiosamente, Albino Costa é o único que retorna ao país natal, provavelmente também por ter sido - entre os poetas estudados - o que conseguiu uma melhor posição social, embora talvez tenha sido o único que ainda tinha pais e outros parentes vivos em Portugal. Fica a dúvida se os outros não visitaram seu país natal por não terem condições financeiras para a viagem, para não demonstrar a frustração de não terem enriquecido na terra da promessa, ou por não terem quem mais visitar.

Hibridização das culturas

O terceiro tipo de atitude marcada nos poemas desses emigrantes portugueses - a hibridização - pode ser percebido em Albino Costa nos poemas do livro *As epopéias da raça*, que louva as grandes conquistas feitas por Portugal em momentos diferentes: as grandes navegações, nos séculos XV e XVI; a construção de um submarino, no século XIX; e a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, no século XX.⁷⁷

Como registrado na introdução desta tese, após um século de forte oposição a todo traço da ex-metrópole, o centenário da Independência brasileira é o momento em que se firma a necessidade de pensar a união das culturas brasileira e portuguesa. Então, em 1922, o autor propõe um ponto de vista “híbrido” entre Portugal e Brasil, promovendo um espaço para uma negociação cultural, assim como se verificou mais fortemente em literaturas do final do século XX em outras ex-colônias (Índia e Caribe, por exemplo), conforme descrito por Hall e Bhabha.

Das três partes em que o livro é dividido, a primeira é denominada “A epopéia do Azul”, em que é narrado “o grande feito dos aviadores portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho” (COSTA, 1922, p. 3), ocorrido em 1922 e que é considerado pelo poeta como um evento histórico para a aeronáutica mundial, feito este descrito em detalhes no capítulo de contexto histórico desta tese.

⁷⁷ Outros exemplos de hibridização podem ser encontrados na revista carioca *Terra do Sol*, publicada também na década de 1920. Detalhes podem ser conferidos na dissertação de mestrado “Terra do Sol: um resgate”, defendida na UFMG por Raquel dos Santos Mandênelo em 2003.

O primeiro dos quatro cantos de “A epopéia do Azul” é basicamente uma fala de Sacadura Cabral para Gago Coutinho, sendo o segundo a resposta deste. No terceiro canto, “os rochedos de São Paulo” contam para os aviadores as suas lembranças da chegada dos portugueses em 1500 e terminam fazendo referência ao acidente sofrido pelos dois aviadores. O quarto canto é a fala de um português para o Brasil, que lembra a história portuguesa, dos fenícios até Camões, passando novamente pelos navegadores dos séculos XV e XVI.

Das dedicatórias de Albino Costa no início da obra, vale destacar a feita aos seus filhos: “para que aprendam a amar a história comum das duas Pátrias na nossa raça” (COSTA, 1922, p. 5). Assim, condizente com sua época, a obra expõe um conceito de raça como sinônimo de cultura, “compreendida como o conjunto global de crenças, idéias, hábitos, normas de vida, valores, processos técnicos, produtos e artefatos” (HOLLANDA, 1978, p. 74).

Stuart Hall argumenta que

encontramos agora “raça” entre parênteses, “raça” sob rasura, “raça” em uma nova configuração com etnicidade (...) Conceitualmente, a categoria “raça” não é científica. (...) “Raça” é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão (2003, p. 69).

Ainda em relação à forma hoje criticada por Hall, mas muito comum no Brasil do século XIX e princípio do seguinte, Albino Costa alega que a diferença das nações portuguesa e brasileira - numa unidade hoje impossível - para as outras nações é estabelecida a partir do étnico e do lingüístico, simbolizando-se através de uma única “raça”. A índole portuguesa de se tornarem viajantes e desbravadores teria origem nos fenícios e estaria

incutida, na mesma forma, nos brasileiros, que também teriam um impulso de busca de novos horizontes e do desconhecido, configurados pelos precursores brasileiros da aviação, além da bravura de figuras militares brasileiras.

Após as dedicatórias, Albino Costa reúne alguns discursos, entre os quais se destaca a fala de Gago Coutinho numa entrevista a jornalistas em Pernambuco: “Sinto que sou brasileiro sem deixar de ser português” (COSTA, 1922, p. 9). Albino Costa, portanto, toma, mesmo que timidamente, caminho de uma negociação identitária, retórica, que aponta para a miscigenação, a integração das culturas, de que ele próprio seria um exemplo.

Semelhante proposta é feita por Sérgio Buarque de Hollanda, que afirma que “estimulando a miscigenação, a mistura de raças, o intercuro das culturas, teremos aberto caminho à solução do problema (...) para o melhor ajustamento das relações entre os homens” (HOLLANDA, 1978, p. 77). Nesse sentido, o ensaísta brasileiro argumenta ainda que

Portugal esteve destinado, desde as origens, a completar-se fora de si mesmo. Seja com o socorro de suas províncias ultramarinas, seja com o fortalecimento dessa ‘unidade de sentimento e cultura’ - unidade transnacional - que constitui hoje o mundo de língua portuguesa. Expandindo-se pelas colônias ou pelo Brasil - principalmente pelo Brasil - é que chegariam a desenvolver-se, sem estorvo, todas as virtualidades de sua gente (HOLLANDA, 1978, p. 81).

A integração entre Brasil e Portugal assemelha-se ao descrito por Bhabha sobre a impossibilidade de uma identidade fixa na literatura contemporânea, ao contrário do movimento nacionalista característico do século XIX, que promovia um binarismo antagônico que impedia a integração de duas nações num único sentimento.

A visão, contudo, não é igual à descrita na contemporaneidade (e nem poderia), pois há em certa medida a fixação de uma identidade na “raça” lusitana, em oposição aos outros sentimentos nacionais, visto esta ainda centrada no tradicional nacionalismo do século XIX.

Albino Costa também se apresenta tradicionalista ao buscar definir a nação pelos conceitos como raça, língua ou território, ao contrário de Renan, que desfaz esses conceitos, preferindo centrar-se na idéia de plebiscito diário, numa vontade - expressa ou não - dos cidadãos de viverem numa comunidade, uma nação. Assim se “a língua é um convite à união, não um mandamento” (RENAN, 1999, p. 154), o caso luso-brasileiro serve de exemplo para que os cidadãos desses dois países desejem uma unidade binacional. A vontade não mais é de restringir a cultura dentro de limites geográficos de cada país, mas aproximar o que há de comum entre Portugal e Brasil, procurando “glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente” (RENAN, 1999, p. 159) e, para isso, é preciso esquecer as diferenças do passado.

Esse apagar do passado negativo parece ser o intuito de Albino Costa ao publicar seu livro, induzindo os povos a buscarem a integração, num tom extremamente otimista e idealizante, revelando tanto o passado como o presente de Portugal e do Brasil como sendo grandiosos. Prova de que essa viagem aérea refazia metaforicamente as conquistas feitas durante as grandes navegações é a de que os aviadores estamparam na fuselagem do hidroavião “a Cruz de Cristo, como nas antigas caravelas e, em sua cauda, as armas de Portugal” (AREIAS, 2002, p. 169).

O nacionalismo nesta obra - e de forma semelhante nas entrevistas dos

aviadores, por exemplo - desenvolve o tradicional conceito de nação a partir da “raça”, igualando assim o sentimento por Portugal e pelo Brasil, afirmando que ambos os países têm uma história fadada ao sucesso eterno. O tom da obra de Albino Costa é o da união entre os dois países, igualando-se ao panlusismo de Sérgio Buarque de Hollanda para definir esse sentimento binacional.

Essa integração entre as duas nacionalidades é percebida nos versos em que se igualam personalidades históricas brasileiras e portuguesas sob a marca da mesma “raça”, já que os brasileiros Bartolomeu Lourenço de Gusmão e Alberto Santos Dumont são idolatrados juntamente com os aviadores portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho.

Em “A epopéia do Azul”,⁷⁸ com a maioria dos versos dodecassílabos e em rimas emparelhadas, a marca da “raça” é uma forma de ampliar os limites geográficos desses países, criando um novo país, com novos limites geográficos: do rio Uruguai, localizado no extremo sul do Brasil, ao rio Minho, localizado no extremo norte de Portugal:

Que raça! A gente de hoje é como dantes era...
É o sangue fenício a arder dentro da raça!
Gente de terra e mar... e do ar! Só Deus a enlaça.

Raça! Deste o primeiro homem que voou no espaço!
E os que, contra os tufões, voam como águias de aço:
- Gusmão, Santos Dumont, Cabral, Gago Coutinho -
Só podiam nascer entre o Uruguai e o Minho!

É dessa forma que a nação luso-brasileira de Albino Costa representa

⁷⁸ No final do poema, há a referência de que foi escrito no Rio de Janeiro em 17 de junho, recitado na noite de 22 de junho no Teatro Lírico e publicado no *Jornal do Comércio* no dia seguinte. Conforme *post-scriptum*, cópias do livro foram entregues aos aviadores lusos no dia 22 de junho, no Teatro Lírico, no Rio de Janeiro. Há um convite no jornal carioca *Noite* de 22 de junho (p. 6) para a sessão cívica a ser realizada no Teatro Lírico. Entre a lista de atividades previstas, aparece a declamação do poema “A epopéia do Azul”, de Albino Costa, pelo “orphanista” Saul d’Almeida, do *Orfeon Club Portuguez*. O poema, no entanto, não foi encontrado no *Jornal do Comércio* na data referida.

uma comunidade imaginada, pois há realmente a invenção de uma nação que não existe (e que nem apresenta possibilidade de existir). Ao ampliar os limites das nações portuguesa e brasileira, contrapondo-os aos de outras nações, há também aqui a idéia de que a invenção dessa nação ocorre a partir da imaginação e criação (cf. ANDERSON, 1989; HOBSBAWN, 1997), pois esses são os traços dentro da diegese poética.

Assim como o Romantismo português já havia feito uma busca da construção nacional, Albino Costa remonta à origem das grandes conquistas feitas pelas duas nações, ao sentimento de origem nos fenícios, realizando assim a busca de “um passado imemorial” (HOBSBAWN, 1997, p. 20):

Dos fenícios, colheu a tradição, tão boa,
Que Ulisses, seu herói, veio fundar Lisboa,
Na Tubalândia azul das ínsuas perfumadas,
Dos pomares sem fim e das maçãs doiradas!
Milagre de Astartéia: era o país divino!

Essa união das culturas distintas é procurada também no passado mais próximo, no descobrimento das terras brasileiras, retomando a lenda de Ipeca e Brás Arantes, que teriam sido os primeiros a realizar a “comunhão da raça”:

Brás Arantes... A Ipeca espera ainda o outro beijo...
Frei Henrique benzeu-o ao divinal lampejo
Da cruz: missal aberto, hóstia erguida... Ipeca,
À missa florestal sob uma linda areca,
Ajoelha e cora... A virginal liga quebrou-se!...
Primeira comunhão da raça consumou-se...
Na apoteose do sol!

Um hino ao longe ecoou
Na selva imensa, em verde mar, nas naus à vela...
O céu, cúpula azul, abre infinita umbela,
Ao inúbio racial que Deus abençoou!

Essa pretensa unidade eliminaria diferenças não só intranacionais como supranacionais, apagando contrastes de diversos matizes e criando uma totalidade idealizante. Dessa forma, é necessário que a formação do Brasil

seja vista de uma forma lendária, transformando-se em algo positivo e assemelhando-se assim ao objeto do comentário já citado de Renan sobre a necessidade do esquecimento e do erro histórico na criação de uma nação.

As guerras nacionais, apontadas por Hobsbawn como sendo o problema fundamental proposto pelo nacionalismo, também são evidenciadas em *As epopéias da raça*, de Albino Costa, pois são idolatrados aqueles que lutaram e morreram pela “raça”, não importando se portugueses ou brasileiros. Os versos seguintes seguem os mesmos traços de panlusismo, ao fazer referência a guerras em que brasileiros e portugueses teriam participado lado a lado, ajudando-se reciprocamente, já que até mesmo a língua os une:

E a raça fez Montijo, Luanda e Tuiuti,
Bahia, Itororó, Bussaco, Levantie!⁷⁹

Peito ao sol, pelo azul, trazer-nos, sorridente,
O grande coração de todo Portugal....
Beijar a pátria irmã, que no Brasil formou!
Cantar na mesma língua em que Camões cantou,

Que, do Minho ao Chuí, a terra e o mar domina:
A grandeza comum de seus heróicos filhos -
Na história, que a não há, de tanto lustre e
brilhos...

Evoé! Cabral! Coutinho! Eu vos saúdo... Glória!
Vosso raide ao Brasil é a sagração da história!
É a posse do espaço e a do Céu, todo inteiro:
Desde o cristal do Tejo, que a Grande Ursa ilumina,
À Guanabara azul, onde brilha o Cruzeiro!

Esses versos finais retomam a metáfora da união geográfica entre os dois países, ou pelos limites geográficos da foz do Minho à foz do Chuí ou pela

⁷⁹ Em nota, Albino Costa mostra que são sete batalhas vencidas conjuntamente por brasileiros e portugueses, “heróis da raça” (p. 24). Haveria brasileiros defendendo Portugal nas batalhas de Montijo (1643), contra a Espanha, e a de Bussaco (1810), nas guerras napoleônicas. Bahia refere-se à expulsão dos holandeses (em 1624), ajudada por um comandante luso. As batalhas de Tuiuti (em nov. 1867) e de Itororó (em dez. 1868), na Guerra do Paraguai, teriam contado com a ajuda de portugueses voluntários. Luanda foi reconquistada com a ajuda de “português nascido no Rio de Janeiro” (p. 24). Em 1914, “Levantie ou Armentières, em que 7000 portugueses” (p. 24) ajudaram a Inglaterra a resistir ao exército alemão.

visão do rio português Tejo e da constelação da Grande Ursa, que só é vista no hemisfério norte, que se opõem à Baía da Guanabara - na cidade do Rio de Janeiro - e ao Cruzeiro do Sul, que só é visto no hemisfério sul.

Há a idéia de que o sentimento de nacionalismo pode ser demonstrado não só na guerra (como já visto em poemas de Antônio José Domingues), mas também em outras formas de coragem, ao arriscar-se a vida em nome da consagração do país natal:

Caindo, - fique o gesto, o ímpeto, a memória,
Nosso nome a ancorar dentro da pátria história!

Vencendo, - Portugal, sobre imortais ações,
Retome o seu lugar de líder das nações!
Ícaro não voou; teve somente o gesto...

Com esses exemplos, o autor busca confirmações históricas para a afirmação de que os povos brasileiro e português devem caminhar um com a ajuda do outro, tentando desfazer assim o ímpeto antilusitanista instaurado após a Independência brasileira e que ainda permanecia no início do século XX.

Assim, a nação luso-brasileira - explicitamente uma comunidade imaginada - pretendida por Albino Costa é uma invenção de uma nação que não existe e nem teria espaço para existir, mas que serviu para diminuir os atritos entre brasileiros e portugueses, ao estabelecer o conceito de nação que ainda era pouco firmado em ambos os países, por exemplo, de maneira não opositora entre brasileiros e portugueses, como a feita por nossos românticos.

Os poemas desse livro servem, de forma semelhante, para inventar uma tradição de união dos povos português e brasileiro, já que ainda havia um enorme contingente de pessoas que eram brasileiras não por nascimento, mas

devido à imigração, como descrito por Hobsbawn (1988, p. 287) em relação aos Estados Unidos, quando fala dos ingleses.

Dessa forma, pode-se pensar que Albino Costa, ao procurar trilhar o panlusismo, buscou um sistema de autodefesa da cultura local e da sua cultura nativa, realizando pequenos traços de hibridismo, em meio ao estilo conservador do século XIX, condizendo assim com sua época e sua possibilidade de negociação cultural.

É improvável pensar que a união proposta entre Portugal e Brasil fosse fortemente transculturadora, já que não havia possibilidade de realizar traços volúveis de identidade, apesar da luta constante existente num imigrante entre o quanto se deve manter do “ser português” e o quanto deve se incorporar do “ser brasileiro”, numa nação que ainda estava para ser construída.

Temática intimista

A quarta opção, talvez a mais usual entre os autores pesquisados, constitui-se de poemas com tons intimistas e/ou descritivos, desfilados assim de temas nacionalistas, regionalistas ou mesmo históricos. Isso é feito por Silvino Vidal nos sete poemas publicados, entre 1874 e 1876, na *Revista Mensal da Sociedade do Partenon Literário*, periódico que reuniu diversos autores posteriormente reconhecidos como os primeiros a produzirem uma literatura de forma organizada e com qualidade no Rio Grande do Sul, ajudando inclusive na construção do mito literário do gaúcho.

O poema “A doida” narra a vida, comparada a um “sepulcro imenso”, de uma mulher, sem fazer referências ao motivo de sua loucura. Com tons religiosos típicos do Romantismo, o eu lírico exhibe a oposição entre o sofrimento do mundo real e a recompensa após a morte:

E assim vagueia qual batel perdido,
No mar da vida - desditosa e só;
Rosa ceifada que o tufão repele,
Vai sobre as campas s’esfolhar no pó!

Ninguém perturbe teu dormir sereno,
Na paz tranqüila de eternal mansão;
Se o mundo inteiro te maldiz, insulta,
No céu te espera divinal perdão!

“O suicida”, segundo poema publicado por Silvino Vidal na revista do Partenon, também exprime o mesmo tom pessimista ao descrever as cenas finais de um homem em que “não domina o ser pensante/ É muda a voz da

razão”. Na luta contra a dor que o leva ao suicídio, ao renegar a fé (“Crenças não tem, nem se abraça/ As aras santas da fé”), só lhe resta o mundo concreto (“Resta a matéria, repele-a/ com soberba indignação”).

A estrofe final critica a condenação moral feita pela sociedade aos suicidas, questionando a crítica social frente a um ato do destino divino:

Não condenem o suicida
Que sofreu fundo revés
Ele cumpriu um destino...
Da providência talvez!
Mas se a dor excita o crime
Oh! Providência quem és?

O poema “Isolamento” mantém novamente a descrição do mundo terreno como um ambiente sombrio desde os versos iniciais: “A noite descerrou seu negro manto.../ Reina em volta de nós silêncio fundo”.

Neste poema, a morbidez e a descrença no plano físico são resultado de uma paixão não-concretizada:

E em vão, sempre em vão, se agora invoco
Tua imagem, mulher, teu riso angélico
Em lábio virginal desabrochado,
Qual purpúreo botão ao sol nascente!
Dorido o coração transborda em pranto,

E é neste ambiente que o eu lírico reflete sobre a evasão feita durante esse isolamento, que pelo menos traz conforto a sua alma sofrida:

Quero aqui no silêncio abandonado
Um mundo de ilusões criar com ela,
Embora a noite no cerrar das asas
Colha esses sonhos, que ligeiros passem
Quais leves sombras sem deixar vestígios!

Em “Impressões”, há um ambiente iluminado e claro, embora seja mantido o tema amoroso de visão platônica, em que não existe a mínima possibilidade da concretização da relação amorosa, o que leva o homem apaixonado a buscar refúgio na fantasia:

Abre-me as asas fantasia louca...
 Quero com ela remontar-me além... (...)
 Quero com ela deslizar sorrindo
 De plaga em plaga procurando um céu!...
 Fúlgida auréola lhe circunde a fronte,
 Então baixinho lhe direi: - sou teu!
 (...)
 Oh! triste coração, por que palpitas?
 Minha mente febril, por que te abrasas?
 E tu, ó fantasia, onde meavas
 No doido voitar das tuas asas?

Se o poema anterior revela um tom pessimista e soturno, este outro, “Enfim”, denota um foco bastante diferenciado, pois aqui há a descrição do momento de plenitude da felicidade, pois o eu lírico concretiza a relação amorosa:

É minha enfim! Meus fulgores,
 Meus afetos, meus amores
 Deu-mos a sorte por fim!
 Sumiram-se aqueles pejos,
 Pomba esquiva aos meus desejos,
 Presa és, agora enfim!

“Êxtase” e “Nênia à memória de Adelina Teixeira” mantêm as mesmas características levantadas anteriormente, evidenciando que a temática intimista é constante nas publicações de Silvino Vidal nesse periódico, que não expressa assim qualquer sentimento de nacionalidade (seja brasileira ou portuguesa) ao poetar sobre problemas existenciais, com um tom pessimista e fúnebre, típico do ‘mal-do-século’ romântico.

Azevedo Júnior publicou quatorze poemas interligados pelo subtítulo comum de “Fotografias” no jornal porto-alegrense *O Lábaro*, no ano de 1881. Esses textos vinham, geralmente, ao lado de textos do carioca B. Lopes (1859-1916) e têm características semelhantes aos desse poeta negro, cujos cromos representam “uma linha rara entre nós: a poesia das coisas domésticas, os

ritmos do cotidiano” (BOSI, 1993, p. 257). Convém lembrar que o método fotográfico estava começando a se desenvolver e a existência de tais poemas alia-se ao um senso visual que se destacava cada vez mais.

Entre os poemas e a assinatura autoral, consta sempre a data de escrita do poema, alternando (de forma aleatória) datas de 1880 e de vários meses de 1881. Alguns desses poemas foram posteriormente incluídos no livro poético *Frisos de Luz*, com poucas alterações importantes, mas principalmente sem os subtítulos que os tornam um grupo coeso. Embora predomine a forma do soneto, Azevedo Júnior usa de diferentes combinações de quartetos e tercetos ao longo dos poemas.

“Amor do século - Fotografias I” é o primeiro deles, na mesma página que o soneto “Cromos - I”, de B. Lopes, assim como “Amor caboclo - Fotografias II”, publicado no número seguinte, ao lado de “Cromos - II”. Esses primeiros dois poemas abordam dois amores: o urbano (tratado como do século) e o caboclo (como o tradicional).

No primeiro poema, a mulher que “sonhava, talvez, na grande saturnal/ Mostrar-se como nunca” é observada por “um lírico poeta/ que escrevia ao luar”, “insensato à grande idéia nova”. Por sua oposição aos valores científicos já predominantes, seu único fim possível é repousar “na solitária cova” “depois de quebrar a antiquária lira”. No segundo poema, ao contemplar sua amada, o homem

Sentiu tantos desejos em amá-la
Que ficou como um réu, silencioso,
Ao ouvir do juiz tremenda fala.

No entanto, ela é “cheia de lânguidos desejos” e “Presas talvez duma ilusão querida”, e

Deixou ficar o coração cativo,
Qual escravo vergado a seu senhor;
Sem ao menos lhe dar um sinal vivo
Que pudesse saber do seu amor.

Nesse poema, a relação amorosa também não se realiza, mas o fim em aberto deixa uma esperança de concretização, fato impossível no anterior, com a morte do poeta.

Os sonetos seguintes, o terceiro e o quarto da série “Fotografias”, se opõem já pelos títulos: “O estróina” e “O jesuíta”, pois enquanto o primeiro “passa a vida na orgia assim como um devasso”, o segundo “anda sempre a falar na cruz do velho Deus”. A escrita é nitidamente a favor da vida levada pelo estróina, mesmo em atitudes normalmente aceitas como negativas: “Entrega-se ao licor, ao vício, ao *lansquenet*” e “Afirma que pisara as terras d’Alemanha/ E fora um D. Juan”. O jesuíta, ao contrário, é visto com ironia, pois “Arvora-se em Justiça e Cristo e Humanidade” e fica “Elogiando o Papa e as mãos inquisidores”. Em ambos, a vida é descrita como se fosse uma linha contínua, sem contradições, aos moldes das biografias tradicionais.

A descrição de cenas sociais volta ao “Fotografias V - Os saltimbancos”. O retrato aqui se realiza “no meio da praça”, onde se “reúne a populaça/ pra vê-los cabriolar”, sendo pintado de forma objetiva, em que pouco se observa de intimismo dos personagens, prevalecendo as características exteriores das pessoas e suas ações. O palhaço “faz aparecer um sapato/ num chapéu de papelão”, enquanto “a turba entusiasmada/ solta ao ar a gargalhada.”

O título da sexta fotografia “No baile (Quadro)” já denota que Azevedo Júnior conserva o estilo de pouco tratar da psique dos personagens, como se estivesse escrevendo o visto numa fotografia, em que predomina a descrição. Um casal despede-se no fim de um baile: “numa conversa íntima/ ao canto do

salão...”. O mesmo tipo de descrição parnasiana é feito no poema seguinte, em que um nenê é fotografado como um “corpo franzino” que parece “um molde florentino”.

Essas descrições se apresentam privadas de sentimentalismo ou mesmo de características particulares do eu lírico, sendo focalizado algo exterior ao sujeito poético que apenas descreve a cena que vê. Há, portanto, um predomínio de referenciais da terceira pessoa, como “ele”, “ela” ou “eles” e uma quase total ausência de pronomes em primeira pessoa, ou mesmo da descrição desse eu lírico.

O mesmo estilo mantém-se na “Fotografia VIII”, denominada “O noivado”, o maior desses poemas, com catorze quadras. Há uma contextualização na primeira estrofe, mostrando os personagens como “duas belas crianças/ cheias de amor e desejos”. Em seguida, desenvolve-se em separado cada um dos noivos:

Ele - apenas vinte anos...
 Tem um olhar jovial...
 Desconhece os desenganos
 Da sorte horrível, fatal!...
 (...)
 Traja de branco. A capela
 Presa num véu d’escumilha,
 Enfeita o rosto a donzela
 Duma inocência que brilha.

Na seqüência, após os noivos receberem os convidados e o baile acontecer, a estrofe final sugere os momentos da lua-de-mel:

Mais tarde o baile termina;
 Despedem-se os convidados,

 Cerra-se a branca cortina
 Do leito dos dois casados.

O olhar sobre a burguesia, predominante até o momento, desvia-se nos poemas seguintes para um mendigo e para dois ébrios. No soneto “Mendigo”, datado de 1880, o protagonista, que “mal pode caminhar”, é descrito com rugas impressas pela dor e pelos desenganos, com cabeleira grisalha por causa da “gelidez dos anos”, com “peito emagrecido” e uma “mísera sacola”.

A oposição entre a sua situação e a fidalguia é vista nos tercetos finais:

Depois vai a caminho... A régia fidalguia,
Ao passar nos *coupés*, um riso de ironia
À face do mendigo atira sem pudor.

Respinga-lhe de lama a roupa esfarrapada...
E ele, o pobre velho - a palmilhar a estrada,
Deixa cair no chão as lágrimas da dor!

Nessas estrofes, já fica mais evidente a crítica do eu lírico, que coloca sentimento no poema ao expressar mais diretamente sua opinião, assim como era feito no Romantismo, distanciando-se das características parnasianas, que privilegiam uma posição neutra, fria e objetiva do poeta.

Essa posição neutra é adotada também no poema seguinte, ao descrever uma casa em que dormem dois ébrios, pois o eu lírico faz ver os seus aspectos, sem julgar positiva ou negativamente o ambiente. Curiosamente, o nome desse soneto é “Um esboço”:

A casa é mais que sombria...
Sobre o chão ébrios, deitados,
Dormem no centro da orgia
O sono dos desgraçados.

A um canto, despedaçados,
Rolam na velha enxovia,
Tristemente abandonados
Os copos daquele dia...

“A cortesã” é o título e o foco do décimo primeiro poema-fotografia de Azevedo Júnior. Esse poema narra a passagem de uma moça “formosa” que,

seduzida pelo luxo, torna-se a “rainha” das “salas/ onde caem por terra as flores virginais”. A conseqüência vem resumida numa estrofe intermediária:

Tornou-se cortesã. Amava a fidalguia
 Que comprava a dinheiro os risos sedutores
 Dessas pobres Frinés que em meio duma orgia
 Adoram os licores...

O poema acaba por revelar o último passo da moça, cuja “pérfida beleza” a fez julgar-se “uma princesa, [mas era] apenas cortesã”. Aqui, novamente, aliada ao foco exterior, confere-se um caráter negativo à moça, próximo à moral romântica de que todo desvio de conduta deve ser punido.

“Duas épocas” dá a conhecer uma moça entre um primeiro momento de ingenuidade e um segundo em que toma consciência da realidade.

Ontem, na quadra saudosa
 Dos teus alegres cantares,
 À brisa fresca dos mares
 Que oscula o cálix da rosa:

Contavas os teus amores,
 Os teus mimosos idílios...
 - Pois não conhece martírios
 Quem colhe *bouquets* de flores.

Esse quadro idealizado serve de oposição à situação atual, em que predomina o pessimismo:

Hoje, por Deus! não mais digas
 A ninguém teus pensamentos...
 Guarda contigo os tormentos,
 (...)
 E as puras crenças antigas.
 Reflete. Há muitos enganos
 Na primavera dos anos,
 Na febre duma paixão;

Há muita fala mentida...
 Muita crença poluída
 No livro do coração!...

O poema seguinte, “Os primos”, focaliza dois primos sentados sobre o sofá. Esse soneto novamente descreve os costumes e o interior de uma casa

burguesa da época. As quadras falam da dupla “numa conversa amorosa” na “sala espaçosa” e do pai dela, “numa agradável preguiçosa”, enquanto “manda que sirva-se o chá”. Os tercetos apresentam uma “loira criancinha/ fazendo ao gato alguns mimos” e, por fim, os “dois criados/ vendo os primos abraçados/ olham-se e dizem: - são primos.”

O último poema intitula-se “Dor e prazer” e, ao molde do citado “Duas épocas”, expõe duas situações extremas. Aqui, é focalizado um “moço” sepultando “seu passado/ num copo de vinho.”, enquanto

ao lado - bela esperança! -
brincando toda entretida,
jaz uma linda criança,
sublime encanto da vida

Em oposição à tristeza do rapaz que reclama da fatalidade da sorte, há “o anúncio da bonança” no sorriso ingênuo da criança. Esse poema também segue a linha-mestra dos poemas aqui brevemente analisados, de um eu lírico que tenta distanciar-se de sentimentos próprios e retrata o ambiente a seu redor.

Ler esses poemas é ler um documento histórico, poemas que assim como fotografias e outros textos em prosa deixam captar momentos na vida social da época, retratando - através da ótica do poeta - como era a vida de uma parcela da sociedade gaúcha em fins do século XIX.

Apesar da ausência de dados nacionalistas na poesia de Silvino Vidal publicada na *Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário*, deve-se pensar que esse traço é um símbolo do apagamento de suas características nativas, como forma de validar sua poesia como possível de incluir-se no cânone da literatura sul-rio-grandense.

Processos semelhantes se notam em poemas de Azevedo Júnior nos jornais *O Lábaro* e *Álbum de Domingo*, de Joaquim de Almeida no *Almanaque* e de Rocha Galo no jornal *Eco do Sul*, já que todos esses muito pouco usam de traços nacionalistas. A coleta realizada só conseguiu reunir três poemas de Joaquim de Almeida, todos extraídos do *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* e com temáticas intimistas. No curto “Os teus anos”, uma voz ensina a uma mulher que a vida é fugaz e ilusória, bem ao estilo romântico.

Ouve bem isto, querida:
- são como as folhas de outono
os dias da nossa vida!

Soltos no acaso dos tempos
na fúria dos vendavais,
impelidos pelos ventos,
vão, sim, mas não voltam mais!
E mais um ano passado
é menos uma ilusão!
é mais um sopro gelado
que nos queima o coração!

Já “Orgulhosa” fala de uma mulher “altiva” e “esquiva”, usando novamente a natureza para mostrar a realidade humana. Ao criticar a atitude “petulante” da mulher, argumenta que tudo nessa vida é passageiro, principalmente se for dada muita importância à beleza e não ao que realmente deve ser enfatizado: o “coração”. O poema termina com uma previsão do que irá acontecer a essa que “hoje [é] linda”, mas nada terá de encantos no futuro.

Porque passas tão altiva,
tão esquiva,
desdenhosa e sobranceira?
Ah! Vaidosa,
julgas-te, acaso, formosa?
Pois não és:

és como a rosa,
que hoje fresca e petulante
no jardim
tem perfume embriagante,
mas, colhida,
já sem vida,
perde todo o odor que tinha...
És assim!

A formosura é efêmera,
tem mui pouca duração
Assim tu,
hoje linda,
amanhã,
já sem encantos na voz,
nem no rosto,
da existência ao sol posto,
nada tens... nem coração!

“A virgem órfã” é um bom exemplo da poética intimista de Rocha Galo, ao trazer as principais características românticas comuns na época da escrita. As cinco estrofes iniciais introduzem o leitor na história de uma virgem que ficou sozinha no mundo, abandonada ao acaso e à sorte. O lugar onde vive a virgem é descrito como a típica natureza romântica que lhe serve de refúgio.

Um raio de luar pendia frouxo e lânguido
Sobre o colmo fumoso de solitário lar,
Corria fugitivo, ao pé, manso regato
E distante, o lago quieto a dormir.

Eis que aos umbrais do pobre e ermo albergue
Assoma branca virgem envolta em níveo véu,
Afaga as negras tranças no seio palpitante
E crava os lindos olhos no vasto azul do céu.

A partir da sexta estrofe, é aberto espaço para a fala da própria virgem:

"Estrela errante dos sendais celestes,
Gota mimosa de fulgente luz,
Do meu presente nos vergéis agrestes
Verte o teu raio em que Deus transluz.

Não me abandones deste abismo à margem
– Órfã e sem crenças no futuro meu;

Ampara a virgem na fatal voragem,
Branca açucena dos jardins do céu.

Na estrofe final, a aurora é descrita de forma bastante romantizada envolvendo a morte da virgem em um ambiente de mistério. O fato de a moça ter sido encontrada morta no amanhecer do dia representa o fim da escuridão e do sofrimento para sua alma:

Quando mais tarde na extrema do horizonte
Romperam as névoas densas os clarões do dia,
Uns pastores encontraram junto à pobre choça
Estendida no solo, a virgem inerte, fria.

Os poemas do período romântico de Albino Costa, por exemplo, também se caracterizam predominantemente por enquadrar-se nessa opção de poemas intimistas e de caráter religioso, em detrimento de poemas nacionalistas.

“Consultas”, publicado em *Cedrim*, mas com referência de ter sido escrito em Porto Alegre em 1897, trata da separação da amada. O coração e a razão, personificados, debatem o fato de se deixar a amada ir embora:

Como queres que eu decida
Este dilema assim posto?
Eu, que vivi, tão a gosto,
Tão feliz ao lado teu...
Mas, se o dever implacável,
Ordena, que vás-te embora...
Porque consultas-me agora,
Depois que a Razão venceu?

Ao final do poema, o sujeito lírico faz ver que, se a partida é inevitável, não adianta buscar consultas no coração: é a razão que vence e nada resta senão chorar com a partida da amada.

Chamas a isto consulta...
Como? Se és tu que respondes!
E os belos olhos escondes,
Na breve, pequena mão!
Mas, se eu não posso deter-te,
Parte, pois, anjo querido!
- Meu Coração foi vencido!
Tu venceste: - És a Razão!

Essas análises de poemas de cunho mais intimista, que não privilegiam a visada nacionalista ou de afirmação da cultura de origem, são importantes como expressão do “espírito da época” e como adesão temática aos modelos literários românticos. Pretende-se então, nas páginas seguintes, recolher as respostas encontradas ao longo da presente tese, sabendo-se de antemão que todo trabalho de tese acaba por ficar inconcluso.

UMA CONCLUSÃO EM ABERTO

Ao reunir poetas e poemas ao longo do século XIX e início do XX, a presente tese acaba por revelar uma faceta inusitada da poesia escrita e publicada no Rio Grande do Sul. Foi perceptível, ao longo da coleta e da pesquisa, a distância de alguns dos temas tratados pelos imigrantes portugueses estudados neste trabalho e a literatura produzida e canonizada nesse estado na mesma época, apesar da semelhança com a literatura brasileira de então.

O trabalho de pesquisa e recolha pôs à mostra um conjunto de textos não registrados pela historiografia literária. Brechas como essa, existentes nas histórias literárias em geral, só podem ser preenchidas - e assim mesmo parcialmente - com pesquisas em fontes primárias. As antologias e histórias literárias não representam, então, os únicos sustentáculos para tal trabalho, embora sejam fontes indispensáveis para a construção desse conhecimento específico. Por trás desses livros, há um autor que se obrigou a selecionar conforme critérios temporais e pessoais, o que, de resto, é inevitável para todo e qualquer pesquisador. Todo trabalho de pesquisa, sobretudo aquele com perspectiva historiográfica, suscita recortes inevitáveis que desvendam critérios pessoais, muitas vezes inconscientes, opções teóricas, privilégio de determinados dados em detrimento de outros, e uma infinidade de outras variáveis.

O pequeno recorte desta tese é exemplar de como a literatura de imigrantes portugueses, numa região específica brasileira, é em parte

diferente da literatura produzida por brasileiros contemporâneos seus, mesmo se admitirmos que era difícil, na primeira metade do século XIX, a separação entre portugueses e brasileiros ‘legítimos’ devido à proximidade temporal da independência. Apesar da singularidade principalmente temática, como também estilística, muitas dessas composições ainda permaneciam embalsamadas em livros, jornais e outros periódicos à espera de um pesquisador que as coletasse e as divulgasse, organizando-as e disponibilizando-as como um banco de dados para outros futuros pesquisadores.

Na introdução desta tese, foi registrada a importância que a poesia, ao lado dos romances, teve na fundação do ideário de nação brasileira ao longo do século XIX, e tal caracterização leva a imaginar que haveria de ser diferente a poesia de imigrantes portugueses daquela realizada por brasileiros. Seus ideários - embora ambos se configurassem como nacionalistas - resultavam em focos de atenção diferentes e, por vezes, contraditórios em sua superfície.

As histórias literárias que buscam representar uma unidade nacional tendem naturalmente a evitar as vozes dos imigrantes, que pretendem inserir uma voz destoante do conjunto nacional ou regional. O Brasil, um típico país de imigrantes, tem obviamente manifestações literárias desses grupos que devem ser pesquisadas. Tal obliteração tem ocorrido não só com os imigrantes portugueses, mas também com outros de diversas nacionalidades.

O contato com textos em fontes primárias é muitas vezes uma retomada de uma memória esquecida, de um tempo obscurecido, de um recorte desprezado pela história literária que - lembrando o citado artigo de

Leila Perrone Moisés - não considera o que é menor, sem atentar com que esse passado é parte do presente, foi a forma que moldou os textos posteriores. No presente estudo, a memória esquecida é a dos imigrantes que formaram não só o Brasil, mas igualmente a literatura brasileira de uma parte do país; é dar luz a um fragmento temporal com olhos contemporâneos. Observar como atuavam os poetas imigrantes radicados no estado gaúcho, em relação ao evidente nacionalismo que então se firmava no Brasil, é uma forma de buscar índices de como agia essa significativa parcela da população imigrante no século XIX.

Abrangendo um período de quase cem anos após a Independência brasileira, período atribulado não só politicamente, os sete autores portugueses relacionaram-se de maneira ambígua com a literatura local, ora deixando rastros de sua nacionalidade nas composições poéticas, ora assimilando a cultura local, já que os textos eram para ser, em grande maioria, publicados na região em que moravam, sendo lidos principalmente por brasileiros, mas também por outros imigrantes portugueses.

O processo pendular, isto é, a oscilação entre culturas, não obliterava totalmente a cultura natal portuguesa, nem tampouco permitia tornar esses autores brasileiros, pois a própria comunidade de imigrantes muitas vezes era quem financiava os escritos desses poetas, como ocorreu com Antônio José Domingues, ou era o seu principal público leitor, como ocorreu com Albino Costa em alguns momentos.

Percebeu-se que esse processo pendular alternou, principalmente, três movimentos em relação à cultura local. Sua refração, a primeira atitude analisada, é exemplificada em poemas que defendem Portugal ou tematizam

personagens históricos portugueses, ou, ainda de forma mais sutil, se utilizam de epígrafes de autores portugueses, de lusitanismos ou ainda de referências européias, como relacionar a primavera ao mês de maio.

Em oposição, o segundo caminho é o da assimilação da cultura local, que entrevê em publicações sobre temas, instituições ou personagens brasileiros. Essa incorporação da cultura brasileira se dá ainda através das citações ou das dedicatórias a brasileiros, além de incluir elementos típicos, como fauna e flora americanas ou, mais raramente, por tratar do regionalismo sul-rio-grandense. Exceto por uma única menção ao churrasco e à cuia de chimarrão, o regionalismo desses poetas imigrantes limita-se à referência a paisagens e localidades sulinas, dando traços de cor local, mesmo que urbanos.

Esses dois grupos formam a parte mais significativa das composições analisadas, pois marcam uma tendência dos poetas de se incluírem na vertente romântica nacionalista, adequando-se ao momento literário ocidental. Ao poetar sobre Portugal, os imigrantes lusos tendiam a afirmar seu nacionalismo, não podendo deixar de prestar homenagem à terra natal, como recomendava o Romantismo. Ao poetar sobre o Brasil, os portugueses aqui radicados buscavam afirmar-se no sistema literário local, homenageando a terra e os poetas que os adotaram no Novo Mundo. O padrão literário, como se vê, é romântico, embora com ênfase ora no enaltecimento de Portugal, ora do Brasil.

O terceiro movimento, a hibridização, só é possível - mesmo que parcialmente - no início do século XX e denota uma tentativa de luso-brasilidade para unir culturalmente os dois países, já por cem anos separados

politicamente. A busca empreendida pelo poeta de traços comuns aos dois países - língua, raça etc. - é feita, mais uma vez, como uma forma de adequar a sociedade ao espírito dos imigrantes. Se a sociedade não o deixar esquecer que é um português em terras brasileiras, o poeta tenta aproximar a sociedade brasileira de sua terra natal, tornando-se um exemplo e um fomento dessa união. Desta forma, constrói a negociação identitária para “tornar-se” ou ver-se reconhecido como luso-brasileiro.

Sem qualquer traço nacional, regional ou local, existe ainda uma quarta vertente percebida no *corpus* recolhido, que se ocupa com textos de caráter mais intimista, em que o poeta lança mão de temas amorosos, psicológicos e outros assuntos de caráter mais individual. Esses poemas encaixam-se perfeitamente no foco da subjetividade pretendida pelos românticos. Esta também seria uma forma de os poetas se adequarem ao padrão literário, sendo assim aceitos nas comunidades locais.

Num período em que o nacionalismo era importante fator na avaliação crítica, a nacionalidade portuguesa era evidenciada tanto dentro dos poemas como em dados externos, e os marcava invariavelmente como produto de um estrangeiro em terras brasileiras. Temas relacionados à cultura portuguesa se mesclam com temas pró-Brasil, vocábulos lusitanos misturados a uma sintaxe tipicamente brasileira, índices europeus aparecem em meio a dados característicos do Brasil. As composições desses poetas não fogem, portanto, dos modelos estrangeiros, principalmente europeus, proposta incorporada pela escola romântica brasileira.

A hipótese inicial de que a poesia de imigrantes portugueses iria se estabelecer num espaço intervalar - um discurso de entre-lugar - entre a

literatura brasileira e a portuguesa se verificou em parte, pois os sete poetas analisados nesta tese produziram composições que poderiam ser classificadas tanto dentro de uma literatura nacional como de outra, arranhando - ainda que de forma superficial - as noções mais comumente aceitas do que seja a literatura brasileira. O conceito de literatura brasileira torna-se ainda mais movediço no momento em que são chamados à cena autores que embaralham a fronteira do nacionalismo, embora não a destruam, como feito em obras do final do século XX.

Os poemas recolhidos são ícones de uma fuga do dualismo exposto por Eulália Lobo, referido nas primeiras páginas desta tese, pois retratam o imigrante português de forma mais individualizada e com auto-imagem mais positiva, assemelhando-se às fontes literárias portuguesas e distanciando-se, então, da visão negativa do imigrante. Essa visão negativa é referida igualmente por Nelson Vieira: “Do lado brasileiro, constrói-se a imagem do português rude, cheio de cobiça” (VIEIRA, 1991, p. 18). Mais adiante, ao analisar alguns romances românticos, o autor mostra que “a onda do nacionalismo com as suas manifestações antiportuguesas não diminuiu quando o Romantismo e o Indianismo caíram sob a crítica dos realistas” (VIEIRA, 1991, p. 110).

No entanto, a absorção da brasilidade não ocorreu nos autores analisados de forma semelhante ao que era propagado pelo Romantismo no Rio Grande do Sul, estabelecendo um viés contrário da faceta sempre divulgada de um regionalismo exagerado e superlativo das qualidades do habitante do pampa sulino. O *corpus* avaliado exhibe poetas que estavam preocupados muito mais com outros temas do que com idolatrar o gaúcho,

que se tornou o padrão estético amplamente registrado pelas histórias literárias sulinas. O simples fato de fugirem a este marco totalizante, insistentemente registrado nas histórias literárias regionais, por si só, confere importância a estes poetas, assim como à reunião e à análise de suas produções.

E isto ocorre a despeito de terem participado de sociedades literárias importantes para a fixação do *tópos* do homem gaúcho na literatura, como o Partenon Literário. Essa agremiação foi a primeira que conseguiu reunir os autores de diferentes cidades do estado para, de forma organizada, privilegiar temas regionais e lendas locais, com um vocabulário específico e característico do pampa gaúcho.

Todavia, os poemas de Silvino Vidal publicados na revista dessa agremiação tratavam somente de assuntos intimistas, confirmando o deslocamento temático desse imigrante, que não produziu uma literatura regional, mesmo numa revista importante para a fundação do mito do gaúcho. Manuel José Gonçalves Júnior, outro português, que publicou na revista editada pelo Partenon Literário, assimilou muito mais a cultura brasileira, tendo publicado um poema laudatório ao militar gaúcho Manuel Luís Osório, o Marquês de Herval, e um outro que trata da lenda de origem da Ilha de Paquetá, denominando-a de “lenda nacional” (cf. PÓVOAS, 2005, p. 181-182; p. 210-212).

As mais importantes histórias literárias gaúchas escritas no século XX, ou mesmo outras obras sobre a literatura produzida no Rio Grande do Sul, reiterar-se, restringiram-se a perpetuar a vertente regionalista, praticamente

descartando autores e obras que não se filiassem a esse projeto histórico-literário.

Por exemplo, o livro *A literatura no Rio Grande do Sul*, de Regina Zilbermann, propõe uma divisão da literatura do final do século XIX em uma linhagem romântica e outra regionalista. Nessa primeira linhagem, constam textos intimistas e poemas de caráter nacionalista. Dessa forma, a produção lírica dos imigrantes portugueses só poderia estar incluída na primeira parte, pois os poemas reproduzidos pela autora são muito mais de caráter regionalista, revestindo-se de um tom antimonárquico e elogioso à bravura dos que lutaram pelo Império e nada receberam em troca.

Não há reprodução - ou mesmo citação - de textos que se empenhem em unir a nação brasileira, numa tentativa de fundação do ideário de nacionalidade. A percepção é de que a escolha ocorreu de forma a reforçar produções que singularizassem a literatura gaúcha, criando uma aura de que os literatos locais não produziam poemas e contos nacionalistas semelhantes aos do centro do país.

Ler - sem intermediários - a literatura produzida no Rio Grande do Sul no século XIX é uma forma de buscar entender como se deu a canonização de autores, como Lobo da Costa, e de obras divulgadas no período e perceber a construção do imaginário em torno de alguns personagens históricos, já que essa vertente não é reproduzida nas histórias literárias. É recuperando poemas nas fontes primárias que se entende a construção da nacionalidade brasileira através de autores como Gonçalves Dias ou Castro Alves e de personagens como D. Pedro II ou Duque de Caxias, pois o ideário de nação não se deu somente entre os brasileiros, mas também foi construído pelos

portugueses imigrados que poetavam sobre a terra que adotaram, mesmo que muitas vezes de forma ambígua.

Ao abordar o regionalismo, a autora admite que o indianismo “propunha uma imagem idealizada do homem brasileiro” (ZILBERMAN, 1992, p. 33) e mostra que o regionalismo gaúcho seria uma representação literária da problemática separatista, não explicitando, porém, se o gaúcho exaltado em prosa e verso seria também ‘uma imagem idealizada’ da vida pampeira. Amplamente retratado na literatura, o antagonista desse mundo perfeito é o que vem de fora: o homem da Corte e o estrangeiro, seja o imigrante ou o castelhano.

Já Guilhermino César, em sua *História da literatura do Rio Grande do Sul*, cita, na maior parte das vezes, poemas de caráter local, que tematizam a lenda de Sepé Tiaraju (recolhida da tradição oral), a Guerra dos Farrapos, o cotidiano do gaúcho ou a flora e fauna locais. Também para essa importante obra, nada do que se produzia então para corroborar na construção do ideário de nação brasileira merece ser citado. Não há a reprodução de poemas dedicados ao Império ou que tematizem os seus feitos (como a Guerra do Paraguai), ou, quando há, o tom é de crítica à monarquia, elogiando a bravura do gaúcho, apesar dos despropósitos da monarquia.

Fica perceptível, assim, a diferença entre a produção dos sete autores aqui estudados e o que foi registrado por Guilhermino César. No período em que Antônio José Domingues publicou diversos poemas nacionalistas (pró-Portugal ou pró-Brasil), Guilhermino restringe-se praticamente aos poemas de caráter intimista. Ao reproduzir, por exemplo, um poema de Delfina Benigna da Cunha a favor do Império, critica-o, sem buscar uma avaliação da

importância histórica de tais versos no incipiente meio literário: “São versos banais, como tantos outros da ofensiva rimada que a pobre moça desencadeia sobre o Imperador, ainda depois de morto, reveladores todos eles da nobreza do seu coração agradecido” (CESAR, 1971, p. 96-97).

Já no final do século XIX, o enfoque do crítico mineiro privilegia textos com tema e linguagem regionalistas, descartando novamente a produção dos poetas imigrantes, pois estes agora adotam o tema intimista e pouco tratam de temas nacionais ou mesmo regionalistas. Em oposição, Menezes Paredes e Carlos Ferreira (ambos integrantes do Partenon) e outros do grupo Guaíba são exemplos de autores locais que não se ligaram ao movimento romântico brasileiro através do regionalismo - ou mesmo do republicanismo -, mas são avaliados no capítulo “Apogeu e decadência da poesia romântica”, de forma positiva.

Percebe-se, assim, que a exclusão de tais autores não se deu exclusivamente pela sua origem, mas também pela trilha literária escolhida, pois Guilhermino César cita somente autores estrangeiros que se alimentaram dos temas gauchescos: “mas, é curioso: até mesmo os estrangeiros, a exemplo de Carlos Jansen, pagam tributo à temática fornecida pelo meio rio-grandense. (...) Outro estrangeiro que se agauchou foi Carlos von Koseritz” (1969, p. 234).

Deveria parecer inaceitável que poemas que defendessem algum aspecto de Portugal fossem incluídos em histórias literárias, tanto no início, como no final do século XX, mesmo escritos por gaúchos que tivessem alguma relação particular com Portugal. O culto a portugueses não se restringia a datas especiais, como o terceiro centenário da morte de Camões, quando há a

publicação do poema “Luís de Camões”, de Damasceno Vieira, no jornal *Eco do Sul* em 1880. Prova disso é o poema, publicado no *Corimbo* em 1890, de Julieta de Melo Monteiro dedicado a Portugal, “terra de heróis”, ou mesmo os poemas de Lobo da Costa como “Os portugueses no Brasil”, “A Restauração de Portugal em 1640” e “A sombra de Portugal”. Todo esse período, que é representativo da relação entre Portugal e Brasil e da influência que essa literatura particular exercia na literatura sul-rio-grandense, não é referido em antologias e outras obras que cobrem a literatura sulina do século XIX.

Outro exemplo da exclusão dessa relação entre Portugal e Brasil é a falta de estudos sobre periódicos que tratam especificamente da cultura lusa. Exemplos são o lançamento de um jornal rio-grandino alusivo às comemorações do quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, em 1898, e a publicação de diversos jornais locais, durante boa parte do século XIX, que divulgavam aspectos da política e da cultura portuguesas, procurando preservar hábitos da terra natal entre os imigrantes da cidade rio-grandina. Um estudo que se restringisse, por exemplo, a esse material poderia aprofundar a importância de Portugal na região do extremo sul brasileiro.

Com isso, as produções de imigrantes - ou mesmo aquelas feitas por gaúchos - acabaram subtraídas aos olhos dos leitores atuais, tornando-se por fim desconhecidas inclusive por estudiosos dos primeiros passos da literatura sul-rio-grandense. O ocultamento de uma parte da poesia de uma literatura - nacional ou regional - acaba por distorcer a visão do seu todo, levando a conclusões errôneas, como aquela segundo a qual a independência política em 1822 teria praticamente encerrado a influência lusa na literatura brasileira.

Os historiadores literários gaúchos restringem a referência a autores estrangeiros a jornalistas e escritores de outras áreas afins, praticamente excluindo os poetas⁸⁰. Do ponto de vista desta tese, conclui-se que tal descarte se deva ao fato de esses escritores promoverem - mesmo que de forma parcial - um nacionalismo europeu e se filiarem de forma ambígua ao nacionalismo brasileiro e de forma ínfima ao regionalismo gaúcho.

Além de tudo o que foi exposto nesta tese, esse nacionalismo bipolar também foi registrado na dissertação de mestrado de Irgart Grützmann Bonow, com relação a imigrantes alemães. No trabalho, a pesquisadora transcreve poemas de George Knoll escritos em alemão e publicados em jornais gaúchos. Em dois desses poemas, o imigrante alemão trava diálogo com “Canção do exílio” defendendo a Alemanha. Outro exemplo é o artigo de Jaqueline Rosa da Cunha (2005, p. 63), em que se analisa brevemente a produção de Lélío, um autor uruguaio que imigrou para o Rio Grande do Sul, onde publicou vários poemas em língua espanhola.

Não cabe refutar a exclusão dos autores deste *corpus* no cânone sul-riograndense, na medida em que esses autores ‘anônimos’ não exigem reconhecimento, apesar da possibilidade de serem considerados como uma minoria excluída. O importante é enriquecer as informações sobre esse período, numa época em que essa literatura ainda se firmava e buscava um direcionamento estético que destacasse o estado do Rio Grande do Sul nas artes brasileiras. Assim, também é importante a recuperação de poemas que escapem aos temas pastoris e que não serviam ao propósito regionalista,

⁸⁰ É o caso de João Pinto da Silva (1930), que somente analisa as obras - inclusive as admitidas por ele mesmo como não-literárias - de autores nascidos no Rio Grande do Sul. No entanto, utiliza trechos de Rocha Galo como biógrafo (p. 44-45) e cita Koseritz como jornalista (p. 65).

sendo naturalmente descartados de antologias e histórias literárias editadas nessa região.

Foi igualmente importante a comprovação da importância desses estrangeiros na construção de uma literatura significativa no Rio Grande do Sul, seja através das sociedades literárias, seja através da imprensa ou mesmo da formação de escolas públicas, o que contribuiu para a criação e estabelecimento de um sistema literário.

Esse sistema, nos moldes expostos por Antonio Candido (1981), estruturava-se através da existência de um conjunto semi-organizado de poetas e romancistas ditos como ‘produtores literários’, de receptores letrados existentes em torno dos jornais e o necessário ‘mecanismo transmissor’ que une esses dois grupos. Diversos jornais gaúchos tiveram imigrantes - portugueses, italianos, alemães ou franceses - como fundadores, evidenciando sua importância na construção da cultural local.

Exceto por Joaquim de Almeida, cujo *corpus* coletado é insignificante numericamente, já que foram encontrados apenas três poemas de sua autoria, o nacionalismo pendular é balizado pelo levantamento em todos os outros poetas, que produziam textos nacionalistas, ora para Portugal, ora com fortes indícios de assimilação da cultura brasileira.

Se Antônio José Domingues é considerado por Guilhermino César como defensor de um “conservadorismo clássico, em suas formas corriqueiras” (1971, p. 166), isso é devido ao período literário em que viveu e não poderia ser diferente. Esse autor deu os primeiros passos da literatura gaúcha, editando jornais, publicando seus poemas e influenciando assim as poetisas de gerações vindouras, como admite esse historiador: “Benigna da Cunha e Ana

Eurídice Eufrosina de Barandas (...) e Clarinda Siqueira olhavam-no como a um dos mais nobres representantes da poesia lusa” (CÉSAR, 1971, p. 166).

Dessa forma, esse imigrante luso fomentou a literatura local, ajudando a criar um “caldo de cultura”, um dos elementos da solidificação da sociedade para a formação do sistema literário, realizada antes do período romântico, em torno de revistas como *Arcádia* e a da agremiação Partenon Literário.

Antônio José Domingues, que já se encontrava no Rio Grande do Sul no ano de 1822 e pode assim ter sofrido retaliações pessoais, poderia ser o mais isento de temas nacionais dentre o recorte estabelecido, mas é exatamente o contrário. Há pouco poemas intimistas, predominando em grande parte os temas nacionais, quanto de defesa da pátria brasileira - como o livro *Coleção das poesias ao muito alto d. Pedro II* -, tanto de defesa da pátria portuguesa - como o poema “Ao jovem monarca D. Pedro V”. É importante demarcar como Antônio José Domingues elege preferencialmente temas contemporâneos, como a comemoração anual do 7 de setembro, a Revolução Farroupilha, brigas políticas internas brasileiras e a guerra brasileira contra o argentino Rosas ou, do lado português, a coroação de Pedro V e o falecimento da Rainha D. Estefânia.

Esses poemas que denotam traços de nacionalismo - sejam portugueses, sejam brasileiros - também podem ser marcados como intencionalmente dogmáticos, ao tentar levar ao leitor uma visão da história e de personagens que devem ser idolatrados e homenageados, com o objetivo de difundir informações, conhecimentos e cultura pouco divulgados no extremo sul do país.

Tal poeta clássico é separado por algumas décadas dos outros autores, período em que a sociedade muda e a literatura produzida por essa parcela de imigrantes também haveria de sofrer mudança. Pinto Monteiro e Rocha Galo tanto produziram intertextos da “Canção do exílio”, privilegiando o ponto de vista do imigrante português longe da sua terra natal, como também escreveram composições idolatrando rio-grandinos, gaúchos e brasileiros que se destacaram no século XIX. O mesmo acontece com Silvino Vidal e Azevedo Júnior (este já em parte com traços realistas e parnasianos), que, pela temática ou por questões formais, produziram uma literatura intervalar entre Brasil e Portugal ao criarem, por exemplo, sujeitos líricos identificados com o imigrante, com o estrangeiro, com o exilado, com aqueles que acabam por ficar melancólicos devido à distância de sua terra natal.

No entanto, é importante salientar que esses poetas românticos - os quatro citados no parágrafo anterior - que atuaram principalmente no período em que o governo de D. Pedro II é contestado e deposto, quase não produziram poemas de cunho político, isentando-se de temas e problemas contemporâneos, ligados, por exemplo, à Abolição da Escravidão ou à Proclamação da República, ou mesmo sobre eventos distanciados no tempo, como a Independência, diferenciando-se assim da produção lírica do clássico Antônio José Domingues.

Mesmo que a Proclamação da República em si não pudesse ter sido tema de Azevedo Júnior (falecido em 1888) e Pinto Monteiro (em janeiro de 1889), esse quarteto romântico poderia ter mostrado poeticamente os pensamentos desse estrato social sobre a preparação para tal importante movimento político brasileiro, ou mesmo para a Abolição, quando todos ainda

estavam vivos. Não foi o caso do gaúcho e contemporâneo Lobo da Costa, falecido em junho de 1888, que publica o poema “13 de maio”, ilustrando os sentimentos nacionais durante a Abolição e, ao final, prediz que, ao ter libertado os escravos, a princesa Isabel salvaria o trono.

Os poemas nacionalistas criados por esses autores ligavam-se a artistas e personagens do passado, ou mesmo à flora e à fauna de ambos os países, como já se disse. Desse grupo, só há um poema publicado (“*Tenebra et lux*” de Azevedo Júnior) nas comemorações do 7 de setembro, ao contrário do habitualmente visto na literatura gaúcha e na literatura brasileira em geral, em que havia números especiais nos jornais literários para abrigar uma profusão de poemas dedicados à pátria. O outro poema ligado a questões políticas é “Contraste”, com seu teor pró-República.

Para efeito comparativo, cabe citar a tese de Mauro Nicola Póvoas, que - ao comentar revistas literárias gaúchas -, afirma que “vários poemas que apresentam a temática nacionalista foram publicados em edições comemorativas (...) ao Dia da Pátria” (2005, p. 140). Da mesma forma, são transcritos poemas críticos sobre Júlio de Castilhos, D. Pedro II, a república, a escravidão e outros tópicos contemporâneos, temas não abordados na lírica desses quatro imigrantes portugueses. O autor acrescenta ainda que, em 1856, *O Guaíba* foi impresso em folhas verdes e amarelas e que só na edição de 1857 havia sete poemas referentes à data.

Outra comparação, baseada no *corpus* da dissertação de Ingart Grützmänn Bonow, pode ser feita com os poemas em língua alemã publicados em anuários sul-rio-grandenses. A autora também enumera textos em que há oscilação entre refratar e assimilar a cultura local, em que ora “os poetas

representam a Colônia com feições amenas e cores adocicadas” (BONOW, 1992, p. 40), ora “tematizam a floresta virgem, o campo, a palmeira, os pássaros, a Baía da Guanabara, a noite brasileira, as cascatas, o planalto e o Cruzeiro do Sul” (BONOW, 1992, p. 42). O diferencial dos poetas imigrantes alemães é o maior enfoque dado ao regionalismo, com textos que salientam o gaúcho heróico e sua vida pampeira, nos moldes da literatura sulina tradicional.

Albino Costa parece ser o único desse grupo romântico com escritos das primeiras décadas do século XX, já que Silvino Vidal também viveu nesse período, mas nenhum poema seu foi encontrado. Nos textos publicados no século XIX, merece destaque o único poema coletado com traços regionalistas. Já nos poemas e livros publicados no século XX, a posição intervalar parece ser sentida com ainda mais força, pois Albino Costa - naturalizado brasileiro desde 1889 - publica o livro *Cedrim* em Portugal com poemas elogiando a “Nova Pátria” e, logo após, edita no Brasil o livro *As epopéias da raça*, em que louva a união entre os dois países ocorrida em 1922, e acrescenta poemas mais antigos em que há elogios aos feitos portugueses.

Percebem-se, portanto, algumas diferenças nas três etapas em que pode ser dividido o período estudado na presente tese. Tanto nas primeiras décadas após a independência, como perto do final do século XIX, a ambigüidade nacional ainda é forte, formando poetas portugueses que ora se identificam com Portugal, ora com o Brasil. A diferença dá-se principalmente pela relação entre literatura e política, evidente no poeta Antônio José Domingues, mas quase inexistente nos quatro poetas que atuam de forma predominante no final do período imperial. Essa ausência de um caráter

político-ideológico é provavelmente o motivo da exclusão deste *corpus* de antologias atuais, pois esses quatro poetas imigrantes escolheram um caminho ao contrário de seus contemporâneos: a omissão de uma cor local (também uma forma de Sul se unir ao Brasil) e de temas ideológicos, como os ideais republicanos e abolicionistas.

A partir da Proclamação da República e da lei da Grande Naturalização é que se notam outras mudanças, já que o Brasil corta os últimos laços com Portugal através do banimento da Família Real e da incorporação dos imigrantes portugueses como cidadãos brasileiros. A partir desses fatos, de forma contraditória, é que se busca uma possibilidade maior de fraternidade entre os países, selada com mais força ainda nas comemorações do Centenário da Independência, quando surgem fortes indícios de uma binacionalidade luso-brasileira, exemplificada no poema de Albino Costa dedicado à viagem aérea realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Dessa forma, o *corpus* aqui recolhido pode - como já foi exposto - não ser significativo quando lido separadamente ou quando comparado com a literatura brasileira, mas no conjunto evidencia uma faceta da literatura produzida no Rio Grande do Sul que estava escondida nos livros e jornais arquivados em bibliotecas e hemerotecas à espera de uma pesquisa que deles fizesse uma releitura.

Além disso, amplia-se um pouco mais o conhecimento da literatura e, portanto, do sistema literário da região meridional do Brasil, facilitando o trabalho dos próximos estudos sobre a literatura sul-rio-grandense do século XIX, ao disponibilizar, em meio digital (www.dla.furg.br/ecodosul), farto

material - jornais, biografias, artigos - antes restrito ao acesso *in loco* em bibliotecas da região sudeste.

Como integrante de uma articulação entre duas universidades federais brasileiras, torna-se imprescindível que tal trabalho busque facilitar o acesso posterior de tal material, já que

Trazer para a guarda do espaço da Universidade essa antiga função dos arcontes representa uma responsabilidade acadêmica pela conservação, na medida em que à Universidade cabe criar uma competência para o gerenciamento dos acervos, difundindo-os através da preparação de pesquisadores habilitados para o trabalho de seleção e organização no trato com o material dos acervos (CURY, 2002, p. 38).

Cabe lembrar que as universidades são centros de pesquisa que devem realizar esse resgate com distanciamento crítico e com método científico, já que se encontram fora da esfera do Estado, que vez por outra quer impor à nação uma pretensa memória coletiva e não se propõe a ampliar o acesso aos bens culturais.

Dessa forma, firma-se que a conclusão de uma tese nada mais é do que o início de outras pesquisas abertas durante a escrita. Ampliar a coleta em outros jornais rio-grandinos - muitos dos quais só podem ser lidos pessoalmente na Biblioteca Rio-Grandense -, coletar e organizar mais dados biográficos sobre autores locais, ampliar as análises aqui realizadas para a prosa e/ou crítica, pesquisar a influência de autores dos grandes centros ou mesmo europeus em autores locais, são alguns caminhos abertos por esta tese e que com certeza irão ampliar o conhecimento do sistema literário local e, portanto, brasileiro.

Por fim, espero ter ratificado como a precariedade de dados sobre a literatura do século XIX pode ser revertida com pesquisa e afinco, através de pesquisa em hemerotecas, bibliotecas, ou mesmo em cartórios civis, revisando projetos, teses, dissertações e livros, recolhendo dados e documentos esparsos em instituições brasileiras, lendo poemas, depoimentos autobiográficos, buscando enfim recolher agulhas num palheiro durante uma noite sem luar, já que é esse o sentimento de um pesquisador que se propõe a pesquisar o periodismo literário brasileiro, sobretudo o produzido no século XIX.

BIBLIOGRAFIA ATIVA E PASSIVA

ACOSTA, Bianca Ramires. *A moderna moral feminina em "Desafogo" de Rocha Galo*. Artigo apresentado na VIII Semana de Letras da UFRGS. Porto Alegre, maio de 2002.

ACOSTA, Bianca Ramires. A figura feminina na poesia do jornal Eco do Sul. *XXI Semana de Letras da UFSM. Caderno de Resumos*. Santa Maria: UFSM, 2002, p. 31.

ACOSTA, Bianca Ramires; VAZ, Artur Emilio Alarcon. O resgate da produção poética no jornal Eco do Sul. *10º Congresso de Iniciação Científica. Resumos*. Rio Grande: FURG, 2002, p. 267.

AGUIAR, Vera Teixeira de. Notícias da vida literária na imprensa. In *História da literatura em questão. Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, setembro 2004, p. 62-68.

ALMEIDA, Joaquim Carlos de. *Musa antiga*. Rio Grande: s/ed, 1864.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Inventário da coleção Ferreira Rodrigues*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1985.

ÁVILA, Leila. *Imprensa e Literatura no Rio Grande: o periódico Inúbia (1868)*. Rio Grande: 2004. Dissertação (Mestrado em História da Literatura) - FURG.

AZEVEDO JÚNIOR. *Frisos de Luz*. Porto Alegre: Tip. do Mercantil, 1884.

BARRETO, Abeillard. A imprensa do Rio Grande no tempo do Império. *Rio Grande*. Rio Grande, p. 4-5, 27 jun. 1935.

BASTOS, J (org.). *Almanaque do Comércio 1894: Guia do viajante no estado do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Au Trocadero, 1893, p. 12.

BRANCO, Fernanda Ávila. *A presença e o papel da literatura no jornal caricato O Diabrete (1875-1881)*. Rio Grande: 2005. Dissertação (Mestrado em História da Literatura) - FURG, p. 80-86.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: MEC, 1970.

CAGGIANI, Ivo. *Albino Costa e a Criação da Alfândega*. Santana do Livramento: s/ed, 1961.

- CÉSAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: estudos de fontes primárias da história rio-grandense acompanhados de vários textos*. Porto Alegre: UFRGS, 1969.
- CÉSAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1971.
- COSSON, Rildo (org). *Literatura, Jornal e Cultura: Autores Pelotenses - 1851/1889*. Porto Alegre: PUCRS, no prelo. CD-ROM
- COSTA, Albino. O Cruzeiro Austral: Ao Exmo. Sr. General Francisco Maria da Cunha. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p. 4, 13 maio 1900.
- COSTA, Albino. *Cedrim*. 1ª ed. Lisboa: José Bastos, 1915.
- COSTA, Albino. *As epopéias da raça*. Rio de Janeiro: O Farol, 1922.
- COSTA, Albino. *Cedrim*. 2ª ed. Cedrim: Riográfica, 1992.
- COSTA, Lobo da. *Flores do campo*. Pelotas, Rio Grande: Livraria Comercial, 1904. p. 83-84.
- COSTA, M. Fernandes (coord.). *Almanach Bertrand*. 1923. Paris: Aillard; Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922, p. 02-09.
- COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante. *Enciclopédia de literatura brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: ABL, 2001.
- CUNHA, Jaqueline Rosa da. *Arauto das Letras: literatura e imprensa*. Rio Grande: 2004. Dissertação (Mestrado em História da Literatura) - FURG.
- DAVID, Luciano. A vida. À memória de José Antonio da Rocha Galo. *Almanaque literário e estatístico do Rio Grande do Sul*. Rio Grande. 1891, p. 156.
- DOMINGUES, Antônio José. *Coleção das poesias que ao muito alto e muito poderoso senhor D. Pedro II, Imperador e defensor perpétuo do Brasil*. Pelotas: C. A. Melo, 1852.
- DOMINGUES, Antônio José. *O suicida salvo pelo amor e pela amizade*. Rio de Janeiro: Tip. Brasiliense de Maxiliano Gomes Ribeiro, 1858.
- DOMINGUES, Antônio José. Epicédio. In SOUZA, Bernardo Xavier Pinto de (org). *Mausoléu levantado à memória da excelsa Rainha de Portugal, D. Estefânia*. Rio de Janeiro: Livraria e Tipografia de Bernardo Xavier Pinto de Souza, 1860, p. 70-72.

DOMINGUES, Antônio José. Ao hospital da Caridade. In RODRIGUES, Sued de Oliveira (org.) *Rio Grande nos versos dos poetas*. Rio Grande: Academia Rio-Grandina de Letras, 1989, p. 14.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975.

GALO, Rocha. Necrológico. Lobo da Costa. *Eco do Sul*. Rio Grande, p. 1, 24 jun. 1888.

GALO, Rocha. *Discurso proferido nas exéquias de D. Luiz I*. Rio Grande: Tipografia do Eco, 18 nov. 1889.

HERCULANO, H. Rocha Galo. *Corimbo*. Rio Grande, n. 30, p. 1, 06 abr. 1890.

HESSEL, Lothar F. *et alii*. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama/IEL, 1976.

LIMA, Patrícia de Ávila. *A produção poética de Rocha Galo no Eco do Sul*. Ensaio apresentado na VII Semana de Letras da UFRGS, 2000.

LIMA, Patrícia de Ávila; VAZ, Artur Emílio Alarcon. A poesia de José Antônio de Rocha Galo. In *9º Congresso de Iniciação Científica. Resumos*. Pelotas: UFPel, 2000, p. 985-985.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: EDUFPel, 1993.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/IEL, 1978.

MENESES, Raimundo de. *Dicionário de literatura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos, 1978.

MOURA, Reinaldo Araújo de; VAZ, Artur Emílio Alarcon. A prosa no jornal *Eco do sul* (1874-1881). 11º Congresso de Iniciação Científica. Resumos. Rio Grande: FURG, 2002, p. 456.

MOURA, Reinaldo Araújo de; VAZ, Artur Emílio Alarcon. A mulher em poemas narrativos resgatados do jornal *Eco do Sul*. In *II Mostra de Produção Universitária*. Resumos. Rio Grande: FURG, 2003. CD-ROM.

MOREIRA, Maria Eunice (Coord.). *Narradores do Partenon*. Porto Alegre: IEL, Corag, 2002.

- MOREIRA, Maria Eunice (Coord.). *Uma voz ao Sul*. Os versos de Maria Clemência da Silveira Sampaio. Florianópolis: Mulheres, 2003.
- NEVES, Décio Vignoli das. *Vultos do Rio Grande*. Santa Maria: Palloti, 1981.
- PÓVOAS, Mauro Nicola. Ao Partenon Literário. *Revista do Partenon Literário*. Porto Alegre, n. 4, p. 25-28, 2003. Editora Evangraf.
- RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Homens e fatos do passado. Bento Manoel Ribeiro. *Almanaque do Rio Grande do Sul*. 1903. Rio Grande, p. 143-144, 1902.
- SILVA, Inocêncio Francisco. *Dicionário bibliográfico português*. 8. tomo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.
- SILVA, João Pinto da. *História literária do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1930.
- SOUZA, José Soares de. *Índice alfabético do Dicionário bibliográfico português de Inocêncio Francisco da Silva*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.
- TAVEIRA JÚNIOR, Bernardino. À memória de Rocha Galo. *Eco do Sul*. Rio Grande, n. 90, p. 1., 17 abr. 1890.
- VAZ, Artur Emilio Alarcon. Resgate da produção literária do jornal Eco do Sul (Rio Grande). In SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA LITERATURA, 4º, 2001, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: PUCRS, 2001. CD-ROM.
- VAZ, Artur Emilio Alarcon. A poesia portuguesa no sul do Brasil no século XIX. *Lusitano*, Lisboa, n. 658, p. 10, 26 jan. 2002.
- VAZ, Artur Emilio Alarcon. “Canção do exílio” e seus intertextos no século XIX. *Cadernos Literários*, Rio Grande, n. 7, p. 19-24, 2002.
- VAZ, Artur Emilio Alarcon. Intertextos portugueses da “Canção do exílio” no século XIX. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABRALIC, 8º, 2002, São Paulo. *Anais...* São Paulo: NovoDisc, 2003. CD-ROM. Disponível em www.dla.furg.br/ecodosul/abralic.pdf.
- VAZ, Artur Emilio Alarcon. Portugal no sul do Brasil: intertextos da “Canção do exílio”. *Revista Letras*, Curitiba, n. 59, p. 225-237, jan./jun. 2003.
- VAZ, Artur Emilio Alarcon. *Silvino Vidal, um português no Partenon Literário*. Artigo apresentado no I Seminário Nacional de História da Literatura”, em abril de 2003, na cidade de Rio Grande (RS).

- VAZ, Artur Emilio Alarcon. O jornal *Eco do Sul*, de Rio Grande, como fonte de intertextos da “Canção do exílio”. In ANAIS DAS JORNADAS E DO ENCONTRO NACIONAL - PERIÓDICOS LITERÁRIOS, 1º, 2002, Porto Alegre. *Anais das jornadas e do encontro nacional - periódicos literários*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. CD-ROM.
- VAZ, Artur Emilio Alarcon. A construção da nação brasileira na poesia de Antônio José Domingues (1791-1860). In ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 7º, 2004, Pelotas. *Anais...* Porto Alegre: ANPUH/RS, 2004. CD-ROM.
- VAZ, Artur Emilio Alarcon. O tema do estrangeiro em poemas gaúchos nos fins do século XIX. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA LITERATURA, 5º, 2003, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: PUCRS, 2004. CD-ROM.
- VAZ, Artur Emilio Alarcon. “Minha terra”, de Rocha Galo (1852-1890), releitura de “Canção do exílio”. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PROFESSORES DE LITERATURA PORTUGUESA, 18º, 2004, Santa Maria. *Anais...* Santa Maria: UFSM, 2005.
- VAZ, Artur Emilio Alarcon. Panlusismo em As epopéias da raça, de Albino Costa. In CONGRESSO INTERNACIONAL ABRALIC, 9º, 2004, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- VAZ, Artur Emilio Alarcon. Os conceitos de diáspora, pós-colonial e multiculturalismo no contexto brasileiro e português. In *Artexto*. Rio Grande, v. 14, (no prelo).
- VAZ, Artur Emilio Alarcon; PÓVOAS, Mauro Nicola. Os imigrantes e a “Canção do exílio”: cinco releituras. In *Literatura e imigrantes: sonhos em movimento*.
- VAZ, Artur Emilio Alarcon; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre; CURY, Maria Zilda Ferreira (organizadores). Belo Horizonte: FALÉ-UFMG; Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2006.
- VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário bio-bibliográfico*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, MEC, 1937-40, p. 444.
- VIANA, Lourival. *Imprensa gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: Museu de Comunicações Social Hipólito José da Costa, 1977.
- VIDAL, Silvino. *Aquarelas*. Rio Grande: Diário, 1885.
- VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense*: autores. Porto Alegre: A Nação; IEL, 1974

VILLAS-BÔAS, Pedro. *Dicionário bibliográfico gaúcho*. Porto Alegre: EST; EDIGAL, 1991.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABREU, Casimiro de. *Minha terra. As primaveras*. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972. p. 19-23.

ABREU, Márcia. *Os caminhos do livro*. Campinas: Mercado de Letras, ALB; São Paulo: FAPESP, 2003.

ALBUQUERQUE, Luís de. *Ciência e experiência nos Descobrimentos*. Lisboa: Bertrand, 1983.

ALIGHIERE, Dante. *Vita Nuova*. S/l: Garzanti, 1982, p. 51.

ALMEIDA, Antônio da Rocha. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1969.

ALMEIDA, Antônio da Rocha. Titulares do império nascidos na província do Rio Grande do Sul. In *Primeiro seminário de estudos gaúchos*. Porto Alegre: PUCRS, 1957, p. 143-168.

ALMEIDA, Norlândio Meirelles de. *São Paulo de Castro Alves*. São Paulo: SOGE, 1997.

ALVES, Francisco das Neves. A gênese da imprensa dos trabalhadores na cidade de Rio Grande (1895-1906). *Histórica: Revista da APG em História PUCRS*, Porto Alegre, v. 3, p. 88-98, 1998.

ALVES, Francisco das Neves. Imprensa e política; algumas reflexões acerca da investigação histórica. *História em Revista*, Pelotas, v. 7, p. 93-115, dez. 2001.

ALVES, Francisco das Neves. *O partidarismo por opção discursiva: o Echo do Sul e seu discurso político-partidário*. Rio Grande: FURG, 2001.

ALVES, Francisco das Neves. *A imprensa na cidade de Rio Grande: um catálogo histórico*. Rio Grande: FURG, 2005a.

ALVES, Francisco das Neves; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Imprensa, literatura e história no Rio Grande do Sul: escritores gaúchos*. Rio Grande: FURG, 2005b.

- AMANTE, Adriana. Los contornos del exílio. PEREIRA, Maria Antonieta; REIS, Eliana Lourenço de L. *Literatura e estudos culturais*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2000, p.145-157.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.
- AREIAS, Armando. *Primeira travessia aérea do Atlântico Sul*. Recife: Bagaço, 2002.
- ASSIS, Machado de. Instinto de nacionalidade. In *Crítica Literária*. São Paulo: Editora Brasileira, 1955, p. 129-149.
- BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: PARAULA, 1997.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Crítica e literatura na imprensa (1868-1880)*. Porto Alegre: EST, 1982.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do Romantismo ao Modernismo*. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1997.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. MOREIRA, Maria Eunice. Apresentação. In: TAVEIRA JUNIOR, Bernardo. *Provincianas*. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Minc/Pró-Memória, INL, 1986. p. 10.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BÍBLIA SAGRADA. Rio de Janeiro: Delta, 1980.
- BONOW, Imgart Grützmänn. *A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 1999. Tese (Mestrado em Teoria da Literatura) - PUCRS.
- BONOW, Imgart Grützmänn. A poesia em língua alemã nos anuários sul-riograndenses (1874-1941). *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 35-61, mar. 1992.
- BONOW, Imgart Grützmänn. *Onde o sabiá canta e a palmeira farfalha: a poesia em língua alemã publicada nos anuários (1874-1941) sul-riograndenses*. Porto Alegre: 1991. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) - PUCRS.

BORDINI, Maria da Glória. *Acervos e história da literatura: a fonte primária na escrita dos eventos*. Disponível em <www.pucrs.br/letras/pos/historiada-literatura/gt/maria_bordini.php>. Acesso em: 23 fev. 2005.

BORGES, Jorge Luís. O escritor argentino e a tradição. In *Discussão*. Trad. Cláudio Fornari. São Paulo: DIFEL, 1986, p. 115-126.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1993.

BRUNEL, Pierre (org.) *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1998.

BULHÕES, Antonio. *Diário da cidade amada*. Rio de Janeiro - 1992. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

CABRAL, Sacadura; COUTINHO, Gago. *A primeira travessia aérea do Atlântico Sul: relatório oficial da viagem*. s/d: s/ n, 1964.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Biblex, 1980.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. *O destino e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004, p. 105-129.

CARNEIRO, José Fernando. *Karl von Koseritz*. Porto Alegre: IEL, 1959.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. da Unb, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

- CASTRO, José da Gama e. Inventos portugueses. In CÉSAR, Guilhermino (org.). *Historiadores e críticos do Romantismo*. A contribuição europeia, crítica e história literária. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1978, p. 109-126.
- CAVALCANTI, Paulo. *Eça de Queirós e o Brasil*. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/escritores/eca>>. Acesso em: 12 out. 2004.
- CELSO, Afonso. O raid aéreo. *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 79, ano VII, p. 265-267, jul. 1922.
- CHALHOUB, Sidney, RIBEIRO, Gladys Sabina, ESTEVES, Martha de Abreu. Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio: vivência de libertos, “galegos” e mulheres pobres. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 55, p. 85-116, setembro de 1984/ abril de 1985.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- CHAVES, Flávio Loureiro (org.). *O ensaio literário no Rio Grande do Sul (1868-1960)*. Brasília: INL, 1979.
- CORREA, Pinheiro. *Sacadura Cabral. Homem e aviador*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.
- COSTA, A. B. Rodrigues. *Dicionário de navios & Relação de efemérides*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 1996.
- COSTA, M. Fernandes. Os gloriosos aviadores G. Coutinho e S. Cabral. *Almanaque Bertrand*. 1923. Paris, Lisboa, Rio de Janeiro, p. 2-9, 1922.
- COSTA, Lobo da. *Obra poética*. (Pesquisa, introdução, notas e glossário por Alice Campos Moreira). Porto Alegre: EDIPUCRS, IEL, 1991.
- COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo de Faria. *A literatura no Brasil*. 7. ed. rev. e atual. v. IV parte II: estilos de época: era realista/era de transição. São Paulo: Global, 2004.
- CURY, Maria Zilda Ferreira. Acervos: gênese de uma nova crítica. MIRANDA, Wander Melo (org.). *A trama do arquivo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995, p. 53-63.
- CURY, Maria Zilda Ferreira. Pátria amada, pátria amarga: momentos da idéia de nação. OLIVEIRA, Luiz Cláudio Vieira de; FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). *Ensaio de semiótica*, Belo Horizonte, v. 28-30, p. 133-142, 1994-1995.

CURY, Maria Zilda Ferreira. Acervos, História da Literatura e Educação. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS* - Porto Alegre, Volume 8, número 1. Porto Alegre: Programa de pós-graduação em Letras, novembro de 2002, p. 34-38.

DECRETOS DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 23.

DIMAS, Antonio. *Tempos eufóricos* (Análise da Revista *Kosmos*: 1904-1909). São Paulo: Ática, 1983.

DURINGAN, Jesus Antonio (org). *Alexandre Herculano*. São Paulo: Abril Educação, 1982.

ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ESPANCA, Florbela. *Cartas. 1906-1922. Vol. V*. Lisboa: Dom Quixote, 1986, p. 249-254.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI*. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Lexikon, Nova Fronteira, 1999.

FISCHER, Luís Augusto. *Um passado pela frente: poesia gaúcha ontem e hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

FONSECA, Martinho; SILVA, Inocêncio Francisco da. *Aditamentos ao Dicionário bibliográfico português de Inocêncio Francisco da Silva*. Lisboa: s/ ed, 1972.

FRANCO, Maíza; MIRANDA, José Américo. Critérios utilizados na preparação do índice e na edição do editoriais. In *Minerva Brasiliense: Jornal de Ciências, Letras e Artes* publicado por uma associação de literatos: editoriais e índice. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 13-14.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 1o v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.

GARCIA, Sônia Tavares; LONER, Beatriz Ana. Relação de jornais existentes na Biblioteca Pública Pelotense. *História em Revista*, Pelotas, v. 6, p. 133-164, dez. 2000.

GUEDES, Max Justo. Os mapas da mina. In *Nossa história*. São Paulo, fev. 2004, n. 4, ano I, p. 38-44.

GUIMARÃES, Júlio Castañon. *Sobre um projeto de edição crítico-genética da poesia de Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997

HALL, Stuart. *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALLAL, Marcos dos Anjos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Porto Alegre: 1996. Dissertação (Mestrado em História) - PUC.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 1985.

HÉLIO, Mário. *O mais porco dos viajantes*. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/escritores/eca/porcviajante.htm>>. Acesso em: 12 out. 2004.

HOBBSAWN, Eric. *A era dos impérios*. 1875-1914. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWN, Eric. *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Panlusismo. In *Cobra de vidro*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 73-83.

HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliografia*. Rio de Janeiro: INL, 1967.

JORGE, Silvio Renato; ALVES, Ida Ferreira. Dossiê Relações luso-brasileiras: entre o ressentimento e o fascínio. *Revista Letras*, Curitiba, n. 59, p. 79-237, jan./jun. 2003. Editora UFPR.

KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEQUIN, Lucie. E'preuve de l'exil et la traversee des frontieres: des voix de femmes. SAINT-MARTIN, Lori (org.). *L'autre lecture*. Tome II. Montreal: XYZ, 1994.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

LOPES, Mirtes Esteves. *A emigração portuguesa para o Brasil - Século XIX. O imigrante português em Belo Horizonte e o centro da comunidade luso-brasileira (1897-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana). PUCRS, Porto Alegre, 2003, p. 18-27.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MACHADO, Antônio Carlos. *Coletânea de poetas sul-riograndenses (1834-1951)*. Rio de Janeiro: Minerva, 1952.

MACHADO, Álvaro Manuel. *Dicionário de literatura portuguesa*. Lisboa: Presença, 1996.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico da língua portuguesa*. 2 v. Lisboa: Confluência, [1984?].

MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. RJ: EdUERJ, 2001.

MARQUES, Reinaldo. *Poesia e nacionalidade: a construção da diferença*. In MARQUES, Reinaldo; BITTENCOURT, G. N. *Limiares críticos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 51-63.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Brasileiros e portugueses*. Contribuição para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: ABL, 2000.

MIRANDA, José Américo. Critérios utilizados nesta edição. In SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *Bosquejo da história da poesia brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 1997, p. 17-20.

MOISÉS, Leila Perrone. História literária e julgamento de valor. CONGRESSO INTERNACIONAL ABRALIC, 2º, 1991, Belo Horizonte. *Anais...* v. 1, Belo Horizonte: UFMG, p. 141-151, 1991.

MOISÉS, Massaud (org.). *Obras escolhidas de Machado de Assis*. Crônicas, Crítica, Poesia e Teatro. Vol. IX. São Paulo: Cultrix, 1961.

- MOISÉS, Massaud. *Pequeno dicionário de literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- MORAIS, Carlos Dante. *Figuras e ciclos da história rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1959, p. 179-205.
- MORAES, Evaristo de. *Da Monarquia para a República (1870-1889)*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1985.
- MOREIRA, Alice Campos. *Lobo da Costa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, IEL, 1991.
- NEGREIROS, Almada. *Obras completas*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- NEMÉSIO, Vitorino. *Nave etérea: em memória do descobrimento do caminho celeste para o Brasil*. Coimbra: Imprensa Académica, 1922.
- NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DE LÍNGUA PORTUGUESA. 2. ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- PEDROSA, Célia. Nacionalismo literário. JOBIM, José Luís (org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 277-306.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. *A vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1943.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *A política de emigração portuguesa (1850-1930)*. In TENGARRINHA, José (org.). *A historiografia portuguesa, hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 183-208.
- PESSOA, Fernando. *Obras poéticas*. Seleção, organização e notas de Maria Aliete Galhoz. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986, p. 663.
- PORTO ALEGRE, Apolinário. *Paisagens*. Porto Alegre: Movimento; Brasília: MinC, 1987.
- PÓVOAS, Mauro Nicola. *Literatura e imprensa em Porto Alegre: a revista Murmúrios do Guaíba (1870)*. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) - PUCRS, Porto Alegre, 2000.
- PÓVOAS, Mauro Nicola. *Murmúrios do Guaíba: índices e antologia*. Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS, Porto Alegre, v. 7, n. 1, maio 2001.

- PÓVOAS, Mauro Nicola. Um poema para o Partenon. In *Partenon*. Revista contemporânea. Porto Alegre, v. 4, p. 25-28, 2003.
- PÓVOAS, Mauro Nicola. Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX. Tese (Doutorado em Literatura). PUCRS, Porto Alegre, 2005.
- QUEIROZ, Maria José. *Os males da ausência ou a literatura do exílio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da república*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RENAN, Ernest. Qu'est-ce qu'une nation? (1882). In MELLO, Renato de. Tradução: A nação de Renan. In *Caligrama* - Revista de Estudos românicos. Belo Horizonte, v. 4, p. 137-180, dez. 1999.
- RESENDE, Maria Ângela de Araújo. A república em folhetim: a Pátria Mineira formando almas. Tese (Doutorado em Literatura). UFMG, Belo Horizonte, 2005.
- RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1968.
- RIO GRANDE DO SUL. TERRA E POVO. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1969.
- RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Um episódio da Revolução. In BROSSARD, Paulo (org.). *Vultos e fatos da Revolução Farroupilha*. Brasília: Imprensa Nacional, 1990, p. 189-209.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- RÜDIGER, Francisco Ricardo. O nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre, v. 13, p. 116-143, 1985.
- RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SANDMANN, Marcelo. As comemorações do tricentenário de Camões no Brasil. In *Revista Letras*, Curitiba, n. 59, p. 197-205, jan./jun. 2003. Editora UFPR.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

- SCHMIDT, Rita Terezinha. Revocata Heloísa de Melo. In: MUZART, Zahidê Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. v. 2. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 306-319.
- SCHMIDT, Siegfried J. Sobre a escrita de histórias da literatura: observações de um ponto de vista construtivista. In: OLINTO, Heidrun Krieger (Org.). *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996. p. 101-132.
- SCHNEIDER, Edgar Luiz. Imprensa sul-rio-grandense do século XIX. In *Fundamentos da cultura rio-grandense*. v. 5. Porto Alegre: UFRGS, 1958.
- SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SCHWANTES, Cíntia. *Autores Pelotenses: quem fomos nós ontem e anteontem?*. Artigo apresentado no XX Encontro nacional da ANPOLL - Cartografias. (mimeo).
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos*. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2001.
- SILVA, Susana Serpa. Em busca de novos horizontes. Açores, emigração e aculturação nos finais do século XIX, inícios do século XX. Arquipélago. *História*. 2º série, n. VI, p. 347-360, 2001.
- SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. *Teoria da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOMMER, Doris. *Ficções de fundação*. Os romances nacionais da América Latina. Trad. Gláucia Renate Gonçalves e Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UNB, 1982.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Ars Poetica, 1994
- TOPA, Francisco. Normas de transcrição dos textos publicados. In *Para uma edição crítica da obra do arcade brasileiro Silva Alvarenga*. Porto: Helvética, 1998, p. 19-20.

VAZ, Artur Emilio Alarcon; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre; CURY, Maria Zilda Ferreira. *Literatura em revista (e jornal): periódicos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais*. Belo Horizonte: FALE-UFMG; Rio Grande: FURG, 2005.

VIEIRA, Cila Milano; JAEGER, Leila Maria Gama; CABERLON, Vera Isabel. *Levantamento bibliográfico de obras raras e/ou valiosas da Biblioteca Rio-Grandense*. Rio Grande: FURG, 1987.

VELLINHO, Moysés. *O Partenon Literário*. PRIMEIRO SEMINÁRIO DE ESTUDOS GAÚCHOS. Porto Alegre: PUCRS, 1958.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

VIEIRA, Nelson. *Brasil e Portugal*. A imagem recíproca. Lisboa: ICLP, 1991.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

ZILBERMAN, Regina. De sabiás e rouxinóis: o diálogo Brasil-Portugal na nascente historiográfica da literatura brasileira. *Portuguese Literary & Cultural Studies*. Massachusetts, n. 1, p. 33-54, fall 1998.

ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmem Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos A. *O Partenon Literário: Poesia e Prosa - Antologia*. Porto Alegre: EST, 1980.

ZILBERMAN, Regina *et alli* (org). *Pequeno dicionário da literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Novo Século, 1999.